

15 ANOS



UM ESQUEMA CORROMPIDO EM SUA ESSÊNCIA

15 Anos de REDD.

Um esquema corrompido em sua essência

Autores: Boaventura Monjane, Chris Lang, Dercy Teles de Carvalho, Euridse Samuel, Izzuddin Prawiranegara, Joanna Cabello, Jutta Kill, Larry Lohmann, Letícia Yawanawa, Muyissi Environnement, Natacha Bruna, Prince Lungungu, Tamra L. Gilbertson, Tom Goldtooth e Secretariado Internacional do WRM.

Editoras: Joanna Cabello e Jutta Kill

Layout e ilustrações: Edições Athena

Essa publicação também está disponível em espanhol, inglês, francês e indonésio.

**Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
(WRM)
2022**

Este trabalho foi possível graças às contribuições de Misereor/KZE (Alemanha), da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Sida), através da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC), e da organização suíça Pão para Todos (BfA). As visões aqui expressas não refletem necessariamente a opinião oficial dos colaboradores ou de seus financiadores.



**Movimento Mundial pelas
Florestas Tropicais**

Av Bolívia 1962 BIS
CP 11500 – Montevideo, Uruguai
Tel.: +598 2605 6943
Email: wrm@wrm.org.uy
www.wrm.org/pt

Sumário

5	Prefácio SECRETARIADO INTERNACIONAL DO WRM
6	Observações importantes sobre alguns termos usados nesta publicação
11	REDD: Mais que um fracasso JUTTA KILL
14	O que está oculto detrás das letras R-E-D-D?
26	Todo o carbono é igual? Carbono fóssil, violência e poder JOANNA CABELLO
31	Acabar com o colonialismo implica acabar com o REDD+ LARRY LOHMANN
36	Não é só a apropriação da nossa terra... É a apropriação da nossa identidade ENTREVISTA COM TOM GOLDTOOTH
45	10 anos do REDD+ no Acre e seus impactos sobre mulheres indígenas e extrativistas ENTREVISTA COM LETÍCIA YAWANAWA E DERCY TELES DE CARVALHO
52	Carvão sangrento por carbono sangrento na Colômbia: ampliação de impostos sobre o carbono com REDD ressalta o fracasso na precificação TAMRA L. GILBERTSON
59	O Projeto Katingan REDD+ na Indonésia: a mercantilização da natureza, do trabalho e da reprodução das comunidades IZZUDIN PRAWIRANEGARA
67	O legado do projecto comunitário de carbono em Nhambita, Moçambique: nostalgia, desilusão e revolta BOAVENTURA MONJANE, NATACHA BRUNA E EURIDSE SAMUEL
75	O Projeto de REDD+ PIREDD/ Plateaux em Mai-Ndombe, na RDC: conflitos e um mecanismo de queixas PRINCE LUNGUNGU
84	Perigosas para as comunidades e para o clima: as Soluções Baseadas na Natureza no Gabão MUYISSI ENVIROMENTAL E WRM
95	Grandes poluidores, compensação de carbono e REDD+ CHRIS LANG
106	Materiais recomendados

Prefácio

Desde que foi introduzido, em 2007, o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) tornou-se a política predominante para florestas em todo o mundo, impactando comunidades que dependem delas, principalmente em países com florestas tropicais.

A experiência dos últimos 15 anos revelou um fracasso catastrófico do REDD para enfrentar o desmatamento e a degradação florestal. E pior: também intensificou a crise climática e deixou intocadas as causas do desmatamento. Na verdade, o REDD se tornou mais uma causa subjacente do desmatamento e da própria mudança climática.

Isso não deveria ser surpresa porque o REDD se baseia numa lógica corrompida.

Há 15 anos, o REDD vem ajudando a ocultar crimes de projetos de compensação por meio de contabilidade “criativa” de carbono, propaganda “verde” e intermináveis compromissos climáticos que empresas e governos assumem com base em promessas enganosas e falsas

Ela permite que os principais causadores da poluição e do desmatamento continuem e ampliem seus negócios legalmente. É uma lógica que permite que empresas poluidoras, governos e elites neguem que a extração de combustíveis fósseis esteja na raiz da crise climática, enquanto enganam muitas pessoas para que acreditem que os problemas estão sendo resolvidos e nada precisa mudar de verdade. É uma lógica baseada também em opressões coloniais, racistas e patriarcais, que culpa pela destruição aqueles que mantêm e protegem florestas e outros espaços de vida há gerações, que os constrange por manter suas práticas ancestrais, seus meios de subsistência e suas visões, e que lhes nega acesso aos seus próprios territórios.

Há 15 anos, o REDD vem ajudando a ocultar crimes de projetos de compensação por meio de contabilidade “criativa” de carbono, propaganda “verde” e intermináveis compromissos climáticos que empresas e governos assumem com base em promessas enganosas e falsas.

Povos Indígenas e outras comunidades que vivem dentro ou nas proximidades de projetos de REDD têm tido o acesso às suas florestas ancestrais negado repetidas vezes, e suas comunidades e plantações vem sendo destruídas ou despejadas. Eles foram proibidos de levar seu modo de vida e impedidos de continuar suas atividades na agricultura, na pesca ou na caça. Árvores foram plantadas, porém em monoculturas de escala industrial, em terras das quais as comunidades dependiam para sobreviver ou que consideram sagradas, e em áreas de sepultamento ou de rituais. Muitos projetos de REDD usam guardas, militares ou forças de segurança para proteger o carbono armazenado nas árvores, resultando em mais violência e medo, principalmente para mulheres e meninas. Vários desses projetos também usam táticas de coerção e manipulação para obter a terra, destruindo o tecido social e gerando conflitos dentro das comunidades.

Por causa do REDD, as empresas de combustíveis fósseis e o complexo industrial e financeiro que delas depende têm conseguido continuar devastando, desmatando e poluindo cada vez mais territórios e espaços de vida, e com impunidade. Para eles, o REDD não é um fracasso catastrófico.

Muitas comunidades florestais se opuseram ao REDD desde sua introdução. Quinze anos depois, mais do que nunca é necessário se opor, de forma mais incisiva e forte, a essa perigosa distração para não enfrentar as causas do desmatamento. E essa oposição tem que ser exercida não apenas ao REDD, mas também a seus novos roupagens, como “soluções baseadas na natureza”, “emissão líquida zero” ou qualquer outra expressão que venha a ser inventada com base na mesma lógica enganosa e enganadora.

Esta publicação reúne 11 artigos que refletem sobre as dimensões fundamentais e perigosas do REDD. Esperamos que cada um deles ajude a fortalecer nossos argumentos e nossas ações contra a compensação e a desmascará-la, mostrando o que ela realmente é: um esquema racista, que nunca poderá ser melhorado nem corrigido porque foi pensado para “manter o petróleo fluindo” e, com ele, o sistema capitalista que está impulsionando a atual crise climática, florestal e social.

Secretariado Internacional do WRM

Observações importantes sobre alguns termos usados nesta publicação

Um termo pode aparecer muitas vezes ao longo da publicação e sempre será destacado assim.

1 Agricultura de corte e queima ou **Cultivo itinerante** descrevem uma ampla variedade de sistemas agrícolas em que um pedaço de terra em uma floresta ou savana é desmatado e cultivado por um tempo, e depois deixado para que se regenere. Há um reconhecimento crescente de que as práticas de *cultivo itinerante* fazem parte de sistemas complexos de uso da terra, que contribuem para a diversidade das florestas e mantêm seu funcionamento ecológico. No entanto, as práticas agrícolas rotativas ainda costumam ser chamadas pejorativamente de “*corte e queima*”. O uso dessa expressão alimenta a falsa afirmação de que o *cultivo itinerante* causa desmatamento. O Banco Mundial e governos do mundo todo têm um longo histórico de uso da expressão “*corte e queima*” como parte de seus esforços para erradicar o *cultivo itinerante*. Muitas atividades de REDD se concentraram na proibição ou na restrição dessa modalidade, por exemplo, proibindo o uso do fogo para preparar a terra para o cultivo.

Para obter mais informações, consulte: Survival International. *Shifting cultivation. What is it and who does it?* <https://www.survivalinternational.org/about/swidden>

2 Corte seletivo. A expressão é enganosa. De acordo com a indústria madeireira, o *corte seletivo* não prejudica a floresta porque remove apenas algumas árvores cuidadosamente selecionadas (de valor comercial). Na realidade, porém, a maior parte desse *corte seletivo* é *corte industrial*, que destrói e degrada grandes áreas de floresta para extrair as poucas árvores comercialmente valiosas. Descrever a prática como seletiva esconde a realidade de que, principalmente em regiões de floresta tropical, o *corte industrial* – seletivo ou não – tem um longo histórico de causar conflitos violentos, condições de trabalho abusivas e impactos extremamente danosos aos que vivem no entorno dessas operações.

3 Emissão líquida zero. Muitas empresas (e governos) prometeram reduzir a zero suas emissões prejudiciais ao clima, em termos líquidos. A palavrinha *líquida* permite que as empresas continuem queimando petróleo, gás e carvão enquanto afirmam que isso não está prejudicando o clima. Como funciona essa mágica? Elas preparam um balanço que mostra como a mesma quantidade de emissões que continuam lançando foi retirada da atmosfera por alguém em outro lugar (veja *compensações de carbono* para saber por que isso não funciona para o clima e coloca em risco a soberania dos povos da floresta sobre seus territórios). Alguns insistem em que as promessas de *emissão líquida zero* devem incluir grandes reduções de emissões, e que apenas as emissões “difíceis de evitar” devem ser compensadas, mas a realidade é diferente. As promessas de *emissão líquida zero* disfarçam o crescimento do tráfego aéreo, a abertura de novos campos de petróleo e gás, e assim por diante. Em essência, essas promessas são, acima de tudo, uma tática para proteger o lucro das empresas com a queima de combustíveis fósseis.

Para mais informações, veja: Friends of the Earth International et al. (2021). *A Grande*

Trapaça: Como grandes poluidores estão promovendo uma agenda climática “net zero” para atrasar, enganar e negar. https://www.foei.org/wp-content/uploads/2021/06/A-Grande-Trapaca_PT.pdf

4 **Compensações de carbono** ganharam força como ferramenta no contexto da “Economia Verde” – porque a *compensação* permite a continuação de um modelo econômico construído a partir da destruição da “natureza”, sob pretexto de que os prejuízos causados em um lugar podem ser compensados por atividades extras para restaurar a “natureza” em outro. Para proteger seus lucros atrelados à disponibilidade de combustíveis fósseis baratos pelo maior tempo possível, as empresas fizeram um lobby particularmente forte pela *compensação de carbono* como alternativa à intervenção do governo que poderia acelerar o fim da queima de combustíveis fósseis.

Para uma breve explicação sobre as contradições das compensações de carbono, que as tornam uma distração perigosa para evitar o colapso climático, veja o livreto do WRM *10 alertas sobre REDD para as comunidades*: <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/10-alertas-sobre-redd-para-comunidades>

5 **Racismo ambiental.** A exploração por empresas, que expõe desproporcionalmente comunidades ou bairros de população majoritariamente negra, indígena ou de outras minorias à poluição mais tóxica e às operações mais destrutivas, contaminantes e arriscadas, é uma realidade do *racismo ambiental*. A recusa em reconhecer essas realidades é outra forma de *racismo ambiental*. Esse *racismo* também se manifesta quando as visões não ocidentais de territorialidade nem sequer são reconhecidas como existentes ou quando as cosmologias dos Povos Indígenas são retratadas como obstáculos à expansão das empresas. Os Povos Indígenas enfrentam regularmente o *racismo ambiental* quando seus territórios são declarados Áreas Protegidas ou áreas de projetos de REDD+. O *Boletim 223 do WRM – Racismo nas florestas: um processo de opressão a serviço do capital* explora como esse racismo se manifesta como estruturalmente inerente ao capitalismo: <https://www.wrm.org.uy/pt/boletins/nro-223>

6 **Contabilidade de carbono.** Para além dos números amplamente utilizados para representar o volume de emissões liberadas ou supostamente compensadas, talvez a *contabilidade de carbono* esconda mais do que revela. Uma coisa que ela esconde é o *racismo ambiental* inerente à economia dos combustíveis fósseis. A *contabilidade de carbono* transforma conflitos violentos que ocorrem em locais de extração, processamento e refino de combustíveis fósseis, bem como em locais onde a *compensação de carbono* ocorre, em números organizados e desprovidos de conflitos, inseridos em um balanço de carbono.

Nesse contexto, a *contabilidade de carbono* é usada para rastrear as *estimativas de emissões* de governos e empresas produzidas por diferentes partes da economia ou das atividades de uma empresa no momento em que essas emissões são lançadas na atmosfera. Isso faz com que os conflitos continuem, já que o objetivo não é acabar com a queima de combustíveis fósseis. Os governos também usam a *contabilidade de carbono* para demonstrar quantas emissões causadas em uma parte da economia do país foram *compensadas* pelo armazenamento extra

de carbono em solos, árvores e outros tipos de vegetação do país. As empresas também usam a *contabilidade de carbono* para mostrar que suas emissões foram equilibradas por meio da compra de *créditos de carbono*.

A *contabilidade de carbono* criou a suposição, agora amplamente aceita, de que os danos climáticos causados por diferentes gases de efeito estufa e por emissões oriundas de diferentes fontes podem ser comparáveis – por meio da unidade de CO₂ *equivalente*. Isso, por sua vez, abriu caminho para o REDD e as “*soluções baseadas na natureza*” – projetos fundamentados no pressuposto de que evitar o desmatamento que teria sido previsto pode compensar os danos climáticos causados pelas emissões oriundas de combustíveis fósseis. Portanto, a *contabilidade de carbono* é uma ferramenta fundamental para empresas e governos que prometem que suas economias ou empresas terão *emissão líquida zero* no futuro.

Para mais informações, veja: Larry Lohmann (2009). *Neoliberalism and the Calculable World*. <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/neoliberalism-and-calculable-world>

7 Mercantilização da natureza retira a singularidade de um lugar – as histórias, memórias e interações entre a vida humana e a não humana, que tornam esse lugar diferente dos outros – e o redefine em termos de unidades de algo que interessa àqueles que impulsionam a mercantilização no momento em que ela é iniciada. Territórios identificados pelas memórias, histórias e cosmologias específicas de um povo foram transformados em áreas marcadas em mapas que mostram onde podem ser encontrados minerais, solos férteis, reservatórios de água ou árvores valiosas. Uma vez mapeadas essas áreas, pode-se reivindicar a propriedade privada ou estatal, e os minerais, a água, as árvores etc. podem ser rebatizados como recursos disponíveis para venda. Mais recentemente, funções ecológicas como a capacidade de armazenamento de carbono das florestas são alvo de mercantilização. No processo, o valor de uma floresta é determinado apenas por sua capacidade de armazenar carbono. O suposto teor de carbono de cada floresta é mapeado por agrimensores modernos, e a unidade de preço da vez são as toneladas de carbono por hectare de floresta.

Como a história tem mostrado, os processos de mercantilização envolvem violentos conflitos e deslocamentos. A mercantilização de funções ecológicas como a capacidade de armazenamento de carbono das florestas não é exceção. As empresas já usam mapas que mostram a distribuição da capacidade de armazenamento de carbono em diferentes florestas ou em diferentes partes de uma floresta para restringir o acesso das comunidades a seus territórios: não seria possível implementar projetos de REDD sem retirar as florestas de sua singularidade e reduzi-las a “instalações para o armazenamento de carbono” oferecidas a empresas poluidoras, onde as toneladas de carbono nas árvores são a única coisa que conta, é contada e é transformada em dinheiro.

Para obter mais informações, consulte o documento: Comércio de Serviços Ecosistêmicos: quando o pagamento por serviços ambientais dá uma licença para destruir <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/comercio-de-servicos-ecossistemas-quando-o-pagamento-por-servicos-ambientais-da-uma-licenca-para-destruir> (disponível também em Bahasa Indonésio)

8 **certificação / salvaguardas.** O fato de que as compensações de carbono em geral e os projetos de REDD em particular tendem a gerar conflitos quando os donos desses projetos transformam a terra usada pelos povos da floresta em uma área de compensação de carbono nunca foi contestado pelos defensores dos mercados de carbono e do REDD. Sua resposta aos que alertam sobre essa violência tem sido o desenvolvimento de diretrizes voluntárias que seriam capazes de prevenir esses conflitos. Os negociadores climáticos da ONU adotaram esse conjunto de salvaguardas, e grandes programas de REDD muitas vezes alegaram ter “salvaguardas rigorosas” para evitar as críticas. Na realidade, essas salvaguardas não evitaram conflitos nem garantiram que os generosos financiamentos de REDD dos últimos 15 anos chegassem àqueles que enfrentaram as mudanças prescritas no uso da terra, ou seja, as comunidades cuja terra foi declarada área do projeto de REDD. No entanto, para vender créditos de carbono, os projetos de REDD precisavam de uma ferramenta de marketing mais forte: a certificação. Os padrões de certificação ajudam a enfeitar, com muitos cálculos confusos e fórmulas matemáticas, as histórias contadas pelos projetos de REDD sobre futuros hipotéticos que teriam ocorrido se os projetos não existissem.

Sendo assim, a certificação oferece um selo de aprovação externo que transforma histórias sobre supostas emissões futuras que foram evitadas em um produto comercializável: as toneladas de CO₂ equivalente supostamente não liberadas na atmosfera como previsto. Já foi demonstrado que muitos projetos certificados de REDD exageraram no volume de emissões que dizem ter evitado. A maioria deles conta com um padrão de certificação chamado Verified Carbon Standard (VCS), que é gerenciado por uma organização chamada Verra. Conforme amplamente documentado, a certificação não impediu os projetos de vender créditos de carbono que existem apenas no papel, nem evitou conflitos ou a violação dos direitos das comunidades sobre suas terras.

Para obter mais informações, veja os materiais do WRM sobre certificação em <https://www.wrm.org.uy/pt/temas/esquemas-de-certificacao>

9 **Fogo e floresta.** Um trecho de um artigo do *Boletim 238 do WRM – Fogo bom, fogo mau, quem decide? Uma reflexão sobre o fogo e as florestas* destaca como uma concepção capitalista do fogo hoje domina o mundo e determina se uma forma é considerada boa ou ruim: “No capitalismo, o *fogo* se move da paisagem aberta para caldeiras, turbinas e câmaras de combustão. Ao mesmo tempo, o *fogo* aberto usado por milhares de anos para criar e manter florestas e campos agrícolas torna-se suspeito, é denegrido, até mesmo criminalizado. Enquanto isso, uma forma muito mais intensa, destrutiva e movida a combustíveis fósseis, dentro de motores e turbinas, passa a ser sinal de civilização e progresso, junto com a extração e os resíduos que a acompanham. Então, ao ligar a TV durante a estação seca nas regiões de plantações de árvores do Chile ou de Portugal ou das florestas estatais no oeste da América do Norte, você pode ver relatos assustadores sobre *incêndios florestais* incontroláveis e os bandidos que supostamente estariam por trás deles. Os relatos nunca mencionam o *fogo* movido a combustíveis fósseis que, ao mesmo tempo, arde invisível

dentro de cada automóvel e usina termelétrica. Esse é um *fogo* que – apesar do aquecimento global e da devastação que acompanha a extração de combustíveis fósseis – ninguém jamais sonharia em considerar criminosos. Nem os relatórios mencionam que esses dois fenômenos problemáticos são apenas lados opostos da mesma moeda.”

Poucas arenas demonstram o impacto dessa concepção capitalista dominante sobre o *fogo* nas respostas predominantes ao colapso climático com mais clareza do que as *compensações* de REDD. O uso de fogo controlado para *cultivo itinerante* está sendo denegrido e criminalizado para proporcionar *créditos de carbono* àqueles que contribuem para o colapso climático com seu *fogo alimentado por combustíveis fósseis* dentro de motores e turbinas. <https://www.wrm.org.uy/pt/boletins/nro-238>

10 **Áreas Protegidas.** A expressão está carregada com a violenta concepção colonial de *Áreas Protegidas* como meio de proteger a “natureza” em relação aos Povos Indígenas e preservá-la na forma de “áreas selvagens intocadas” onde a elite possa caçar seus troféus e desfrutar da beleza cênica e do turismo de safári. Essa abordagem colonial e racista à conservação trouxe à tona a mentalidade de “conservação de fortaleza”, que expõe comunidades cujos territórios foram declarados Áreas Protegidas a atrocidades indescritíveis, violações de direitos humanos, despejos violentos e destruição de seus meios de subsistência¹. Apesar dos atestados de ONGs conservacionistas de que essas são ações ruins que ficaram no passado, para muitas comunidades dentro de Áreas Protegidas, os ataques violentos continuam sendo uma realidade. As ONGs conservacionistas internacionais estão envolvidas, de uma forma ou de outra, na maioria das Áreas Protegidas, muitas vezes em aliança com empresas que promovem o desmatamento em outros lugares.

1 Boletim 249 do WRM (2020). Áreas Protegidas alimentando o lucro empresarial e a destruição. <https://wrm.org.uy/pt/boletins/nro-249/>



REDD: Mais que um fracasso

O REDD tem dominado a política florestal internacional nos últimos 15 anos, sob a promessa de fazer com que as árvores valham mais em pé do que cortadas e, ao fazê-lo, proporcionar uma maneira rápida e barata de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. As empresas que embolsam bilhões ao transformar florestas em plantações de monoculturas e pastagens para o gado ou as destruir para estabelecer minas, hidrelétricas e outras infraestruturas, não estavam interessadas no REDD. O REDD, sem dúvida, fracassou em reduzir o desmatamento em grande escala, mas para entender seu legado prejudicial, é preciso ir além desse fracasso óbvio.

REDD é a sigla em inglês para “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal”, e tem dominado as políticas florestais internacionais nos últimos 15 anos. O ponto de partida para o REDD foi a suposição de que oferecer recompensas financeiras convenceria os responsáveis pela destruição de florestas a desistir de seus planos. Em troca do pagamento de REDD, eles protegeriam a floresta. Assim, o mecanismo de REDD faria com que as árvores valessem mais em

pé do que cortadas e, portanto, seria uma maneira rápida e barata de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Para os defensores do REDD, para acabar com o desmatamento, bastava oferecer recompensas financeiras para proteger e não destruir.

Mas as empresas que embolsam bilhões transformando florestas em plantações de monoculturas de dendê ou soja, em pasto para o gado, ou as destroem para instalar minas, barragens, rodovias e outras infraestruturas, não estavam interessadas no REDD. Algumas não se interessaram porque podiam ganhar muito mais se continuassem destruindo as florestas. Qualquer um “que respondesse a incentivos puramente econômicos optaria pelo óleo de dendê”, como escreveu o grupo pró-REDD Ecosystem Market Place lá em 2014. Outras não estavam interessadas porque seu desmatamento era ilegal. Que empresa candidataria a pagamentos de REDD dizendo que estaria disposta a abandonar os planos de destruição ilegal de florestas? Houve também quem praticasse o desmatamento principalmente como forma de reivindicar a propriedade da terra ou fortalecer as alegações de que era proprietário. Para esse grupo, a promessa de pagamentos de REDD era de pouco interesse porque sua principal motivação para limpar a terra não era o lucro financeiro imediato¹.

Quinze anos depois, o conceito introduzido nas negociações climáticas da ONU, com a promessa de que levaria a uma redução rápida e barata das emissões resultantes da destruição das florestas tropicais, não conseguiu reduzir o desmatamento em grande escala. Em países como Brasil, Peru ou República Democrática do Congo, o desmatamento inclusive vem aumentando desde que o REDD foi introduzido².

Esse fracasso em reduzir o desmatamento já foi amplamente documentado³. Um estudo recente sobre a eficácia do financiamento do governo alemão para o REDD explica por que, mesmo com todas essas características, existem tantas histórias de sucesso: uma “redução de expectativas” sobre o que o REDD deveria alcançar permitiu que seus defensores construíssem “efeitos aparentemente positivos no contexto do apelo limitado do instrumento.” O preço dessa redução: “diluir o objetivo mais amplo de parar o desmatamento.”⁴

Contudo, concentrar-se apenas no óbvio fracasso do REDD em ajudar a reduzir a perda florestal parece apresentar uma imagem incompleta do legado prejudicial do instrumento.

O REDD não fracassou para todos

O REDD não fracassou para aqueles que o usaram como ferramenta para aumentar o controle sobre as terras cultivadas por comunidades que dependem da floresta. A narrativa de que a agricultura de “**corte e queima**” está destruindo a floresta, de que a agricultura camponesa está causando o desmatamento e de que as práticas de cultivo dos povos da floresta precisam ser “modernizadas” é aceita ainda mais amplamente hoje do que há 15 anos, apesar de ser falsa e reforçar os padrões coloniais de dominação⁵. E mais: como quase todas as atividades de REDD visam alterar a forma como camponeses e povos da floresta usam as florestas, e *não* reduzir o desmatamento em grande escala, a destruição por parte das empresas tornou-se menos visível como resultado.

O REDD e principalmente sua última versão chamada de “soluções baseadas na natureza” (SbN) ou “soluções naturais para o clima”, também não foi um fracasso para a indústria de combustíveis fósseis. Ele proporcionou uma desculpa para essa indústria continuar destruindo as reservas subterrâneas de carbono, que estão no centro tanto de seu modelo de negócios quanto do colapso climático. Com o REDD, e agora as SbN, as empresas de petróleo, carvão e gás fóssil afirmam que podem continuar sua destruição lucrativa sem prejudicar o clima, basta pagar a alguém que diga estar guardando carbono em outro lugar⁶. Companhias aéreas, mineradoras, agroindústrias, empresas de fertilizantes e alimentos, entre outras, também adotaram o REDD como estratégia para manter o modelo capitalista baseado em modos de produção e consumo dependentes dos combustíveis fósseis, com os quais elas lucram.

A realidade, no entanto, é que é impossível compensar o impacto climático causado pelo carbono liberado a partir de depósitos subterrâneos que levaram milhões de anos para se formar. Fingir que essa **compensação** pode ser alcançada pagando por atividades de REDD, como plantar mais árvores ou evitar o desmatamento supostamente planejado é uma ilusão perigosa (ver texto e ilustração *Todo o carbono é igual? Carbono fóssil, violência e poder*). Ao alimentar essa ilusão, o REDD ajuda a adiar discussões inevitáveis sobre o fim da queima de combustíveis fósseis, tornando-se, ele próprio, um impulsionador do colapso climático.

Por fim, um elemento muito importante: empresas de consultoria, ONGs internacionais de conservação e *think tanks* (instituições de formulação e promoção de ideias e políticas) se beneficiaram, todos, dos generosos programas de financiamento do REDD e compras corporativas para **compensação de carbono** de países industrializados e instituições filantrópicas⁷. Agências especializadas na venda do REDD, donos de projetos privados REDD, desenvolvedores de padrões de **certificação** e empresas de auditoria de projetos REDD também criaram para si um nicho lucrativo. Para eles, o REDD tampouco foi um fracasso.

O que está oculto detrás das letras R – E – D – D?

O que significam as letras REDD?

É uma sigla, em inglês, para “redução de emissões por desmatamento e degradação florestal”.

Por que as florestas são discutidas nas reuniões climáticas da ONU?

O fato de o carbono ser encontrado no carvão, no petróleo e no gás, bem como nas árvores, costuma ser usado para argumentar que a redução do desmatamento é importante para evitar o caos climático (veja a ilustração e o texto *Todo o carbono é igual? Carbono fóssil, violência e poder*). O painel de cientistas que assessora a ONU sobre questões climáticas sancionou esse argumento questionável alegando que, para evitar o colapso climático, o que importa é a quantidade de dióxido de carbono do gás de efeito estufa que está se acumulando na atmosfera, e não de onde vem esse dióxido de carbono⁸. Empresas de combustíveis fósseis e governos de países industrializados estão usando esse argumento para desviar a atenção da necessidade urgente de proteger os antigos depósitos subterrâneos dos quais vem a maior parte do carbono dos gases de efeito estufa. Isso significa acabar com a extração de carvão, petróleo e gás. O REDD ajuda a postergar essa decisão inevitável ao fingir que proteger as florestas (ou plantar milhões de árvores) pode desfazer os danos causados pela queima contínua de carbono fóssil. É, portanto, uma perigosa distração.

Por que há tantos nomes diferentes para o REDD, e qual é a diferença entre eles?

A explicação de como o REDD ajudaria a acabar com o desmatamento mudou várias vezes desde que o instrumento foi apresentado, em 2005. Em parte, essas mudanças refletem a influência de diferentes grupos de interesse sobre o formato do REDD. Inicialmente, o instrumento visava reduzir as emissões do desmatamento oferecendo dinheiro a empresas que destroem florestas. Com cada mudança subsequente, mais atividades foram se tornando elegíveis para o que na época se acreditava ser uma porta aberta a grandes volumes de financiamento internacional. Plantio de árvores, extração de madeira, conservação florestal e intensificação de práticas agrícolas tradicionais, como o **cultivo itinerante**, acabaram sendo declaradas elegíveis para financiamento de REDD. Existem pelo menos cinco variações diferentes do instrumento, cada uma com seu próprio nome.

- Começou em 2005 com o RED, onde o foco era o D, de desmatamento. A suposição era de que os pagamentos do RED fariam com que as florestas valessem mais em pé do que cortadas. O dinheiro convenceria as empresas que planejassem destruir florestas a parar de cortar árvores.

- Em 2007, foi acrescentado um segundo D, de degradação: o REDD permitia pagamentos também para aqueles que danificassem uma floresta, desde que algumas árvores fossem mantidas em pé, de modo que o restante ainda fosse chamado de floresta nas estatísticas internacionais.

Tanto no RED quanto no REDD, foram prometidos pagamentos a quem tivesse planos de destruir ou degradar uma floresta e se dispusesse a abandoná-los. Era um incentivo muito perverso porque convidava à chantagem: se não me pagarem, destruo a floresta.

- Pouco depois, foi acrescentado um sinal de mais: o **REDD+** permitia pagamentos a madeireiras e empresas de plantações, bem como à indústria da conservação. Especificamente, o + acrescenta às atividades para as quais se podem solicitar pagamentos de REDD o “aumento dos estoques de carbono” (plantações), o “manejo florestal sustentável” (exploração industrial) e a conservação (áreas protegidas).

Os argumentos para acrescentar esses elementos variam. Entre as justificativas mais comuns estão a de que as árvores absorvem carbono à medida que crescem, de modo que plantar muitas árvores deve ser bom para o clima (9) e a de que as madeireiras precisam de dinheiro extra para que possam se dar ao luxo de cortar com mais cuidado e praticar o “**corte seletivo**”, com cuidados especiais com o clima.

O argumento para incluir a conservação na lista é ainda mais problemático. Para poder receber financiamento do REDD, aqueles que já protegem as florestas precisam concordar com uma das seguintes narrativas: **1** algumas de suas atividades (**cultivo itinerante**, em geral) estão prejudicando a floresta, e eles precisarão interromper ou modificar essas atividades em troca de dinheiro do REDD; **2** sua floresta está ameaçada por invasores que entram em seu território, e essa invasão e o desmatamento resultante dela só podem ser enfrentados com o dinheiro do REDD; sem o REDD, aqueles que estavam protegendo a floresta não teriam financiamento suficiente para parar o desmatamento.

Essas narrativas reforçam a falsa percepção de que o desmatamento é impulsionado pelas populações que dependem da floresta ou isentam o Estado de sua obrigação de impedir a invasão e a destruição de florestas nos territórios dos Povos Indígenas. A segunda narrativa ignora que, em muitos países, proteger os territórios indígenas contra invasões é obrigação legal das autoridades. O REDD atribui essa responsabilidade aos povos que dependem da floresta, e cujas florestas estão sendo invadidas.

- A mudança seguinte produziu os nomes **REDD+ de paisagem** e **REDD+ jurisdicional**. O argumento para isso era que o REDD+ precisava ir além de projetos individuais e cobrir áreas maiores. Agora, para reduzir o desmatamento, eram necessários Programas de REDD que cobrissem regiões, estados ou países inteiros. Caso contrário, a destruição poderia simplesmente sair dos limites da área do projeto. O Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, promovido pela ONU em 2016, se refere a essa versão do REDD. Por envolver muitas áreas diferentes de floresta sob diferentes regimes de posse e propriedade, os governos assumem a responsabilidade de contabilizar as mudanças no volume de carbono armazenado nas florestas que estejam sob REDD+ jurisdicional. A **contabilidade de carbono** de projetos individuais de REDD+ precisa ser integrada de alguma forma ao balanço de carbono florestal nacional ou estadual do governo. O Fundo BioCarbon do Banco Mundial deu início a essas iniciativas. No chamado mercado voluntário de carbono, os projetos individuais de REDD continuam predominando, embora haja a expectativa de sua integração, de alguma forma, aos planos do REDD+ jurisdicional. Como e quando isso acontecerá, e o que significará para projetos individuais de REDD, ainda não se sabe.

- O nome REDD nunca funcionou bem para os departamentos de comunicação. A expressão era demasiado longa, técnica, difícil de explicar e complicada para traduzir a outros idiomas. Com o aumento da oposição ao REDD e as falhas no formato do instrumento

cada vez mais visíveis, grandes ONGs de conservação começaram a promover o REDD sob outro nome: **Soluções baseadas na natureza (SbN)** ou **Soluções naturais para o Clima**¹⁰.

- O **REDD Indígena** foi uma concessão à pressão dos Povos Indígenas, lembrando aqueles que promoviam o instrumento de que a resistência desses povos à destruição das florestas e à demarcação de territórios indígenas era o que mantinha as florestas em pé em muitos lugares. Essa proposta surgiu após a conservação ter se tornado uma atividade elegível no âmbito do REDD. A demarcação e o reconhecimento legal de seus territórios tem sido uma reivindicação central desses povos para se engajar no REDD Indígena. Na maioria dos casos, essa promessa ainda não foi cumprida¹¹.

Quem teve a ideia do REDD e quem o promove?

As discussões remontam ao início das negociações climáticas da ONU. Projetos que dizem reduzir as emissões evitando o desmatamento (por exemplo, empresas de óleo de dendê ou soja não desmatam para expandir suas plantações) foram excluídos do comércio de carbono sob o Protocolo de Kyoto da ONU em 1997. Os negociadores climáticos apresentaram quatro razões principais para essa decisão: **1** esses projetos gerariam tantos créditos de carbono que “inundariam o mercado” e reduziram o preço dos créditos; **2** as florestas podem queimar e, quando isso acontece, perde-se a **compensação das emissões de carbono fóssil** (o argumento usado no debate na época foi que o armazenamento de carbono nas florestas não tinha a permanência necessária para possibilitar a **compensação das emissões de carbono fóssil**); **3** desacelerar o desmatamento na área limitada de um projeto de **compensação de carbono** florestal não impede que os destruidores de florestas simplesmente continuem destruindo em outros lugares; e **4** não há uma maneira direta de medir quanto carbono é armazenado em uma floresta, portanto, os números são muito pouco confiáveis e os cálculos revelaram grandes variações e imprecisões.

ONGs conservacionistas internacionais como Environmental Defense e The Nature Conservancy e *think tanks* como o World Resources Institute (WRI) fizeram campanhas intensas para que os projetos de **compensação** florestal fossem incluídos no mecanismo de comércio de carbono do Protocolo de Kyoto. Eles continuaram suas campanhas e, em 2005, a “Coalizão para as Nações de Floresta Tropical”, através de representantes dos governos de Papua Nova Guiné e Costa Rica, reapresentou a ideia nas negociações climáticas da ONU como RED (redução de emissões por desmatamento, veja acima). Essa coalizão costuma ser descrita, de forma equivocada, como uma coalizão *de* nações de florestas tropicais, enquanto seu nome correto – “Coalizão *para* Nações de Florestas Tropicais” – revela seu verdadeiro caráter de ONG. Ela foi criada por duas pessoas formadas em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração de Columbia nos EUA, uma estadunidense e a outra, italiana. Uma delas cresceu em Papua Nova Guiné e tem participado regularmente da delegação do país nas conferências climáticas da ONU.

Apoiada por governos de países industrializados como Noruega, Alemanha e Reino Unido, essa “Coalizão para Nações das Florestas Tropicais” cumpriu um papel fundamental para que o REDD se enraizasse firmemente nas negociações climáticas da ONU em Bali, na Indonésia, em 2007. No mesmo ano, o Banco Mundial lançou a **Parceria para o Carbono**

Florestal (FCPF, na sigla em inglês), com a intenção de “impulsionar um mercado de carbono florestal”¹². Posteriormente, também lançou o **Fundo BioCarbon** e o **Programa de Investimento Florestal (FIP)**. Juntamente com iniciativas como o programa **REDD Early Movers (REM)** do governo alemão e a **Norwegian International Climate and Forest Initiative (NICFI)** do governo norueguês, esses programas estiveram à frente do REDD+ em muitos países do Sul global.

Ainda que os argumentos para não incluir o carbono florestal nos mecanismos de **compensação** do Protocolo de Kyoto tenham permanecido inalterados, o REDD foi estabelecido como uma ferramenta internacional de política florestal. Apoiada por uma ampla gama de programas de financiamento governamental e filantrópico, surgiu uma indústria totalmente nova, que incluía consultorias, empresas de projetos de REDD como a Wildlife Works Carbon, padrões de **certificação** como o Climate, Community and Biodiversity Standards (CCBS), e agentes de vendas especializados em projetos de REDD. Com empregos e carreiras agora vinculados ao REDD, é improvável que a questão da eficácia e a adequação real da ideia ao propósito estejam entre as principais prioridades desse grupo de defensores do REDD.

E o dinheiro prometido pelo REDD?

O financiamento para o REDD era oriundo principalmente de quatro fontes. A maioria dos fundos vinha de governos, diretamente ou por meio de entidades como o Banco Mundial e o Fundo Verde para o Clima¹³. Instituições filantrópicas e empresas interessadas em comprar créditos de carbono têm financiado projetos individuais de REDD e organizações que promovem o mecanismo.

O Banco Mundial e outras iniciativas bilaterais de REDD usaram sua “assistência técnica” para supervisionar a criação de “linhas de base” de emissões de desmatamento e carbono armazenado em árvores, além de sistemas para medir, relatar e verificar (MRV) movimentos de carbono florestal. Eles também prepararam setores para inclusão na **contabilidade de carbono** e esquemas de comércio de carbono, e iniciaram as alterações de legislação necessárias para permitir a participação dos países do Sul nos mercados de carbono dentro do Acordo de Paris, da ONU, ou outros esquemas internacionais de comércio de carbono, como o CORSIA, da indústria da aviação¹⁴.

O Banco Mundial, especificamente, também usou iniciativas de REDD como o **Programa de Investimento Florestal (FIP)**, a **Parceria para o Carbono Florestal (FCPF)**¹⁵ ou a Iniciativa para **Paisagens Florestais Sustentáveis (ISFL)** do Fundo BioCarbon, para abrir ainda mais as economias do Sul aos mercados de carbono e de *commodities* agrícolas. Por exemplo, a ISFL envolve atividades em cinco países (Etiópia, Zâmbia, Indonésia, Colômbia e México). Seu impacto sobre as políticas nacionais que afetam a agricultura camponesa pode ser duradouro e preparar o terreno para pressioná-la em direção à agricultura industrial. O Fundo BioCarbon não esconde o objetivo da iniciativa: ser pioneiro em programas que permitam aos países e ao setor privado “adotar mudanças na forma como os agricultores trabalham no campo”¹⁶. Mesmo que acabem vendendo poucos créditos de carbono, esses programas ainda pressionarão a agricultura camponesa em direção à produção agroindustrial e prejudicarão as práticas agrícolas tradicionais, como o **cultivo itinerante** e o uso controlado do **fogo** para o preparo do solo.

Pagamentos de REDD e créditos de carbono apesar do aumento do desmatamento. Como isso é possível?

Em 2019, o Fundo Verde para o Clima pagou 96,5 milhões de dólares ao governo de Jair Bolsonaro no Brasil por supostamente reduzir o desmatamento; desde 2015, o programa REDD Early Movers do governo alemão transferiu milhões de dólares em pagamentos de REDD+ por “desempenho” para os governos dos estados brasileiros do Acre (EUR 25 milhões/US\$ 28 milhões) e Mato Grosso (EUR 44 milhões). Esse dinheiro foi pago apesar de o desmatamento ter aumentado em ambos os estados desde a introdução do REDD.

Pagamentos no âmbito do REDD, mesmo quando o desmatamento na área do programa ou projeto de REDD está aumentando, têm sido comuns. Isso tem a ver com a forma como o “sucesso” é definido no REDD. No caso dos pagamentos do Fundo Verde para o Clima (GCF na sua sigla em inglês) e do REDD Early Movers, os governos envolvidos concordaram que os pagamentos seriam feitos desde que o desmatamento real permanecesse abaixo do índice médio de algum período no passado. No caso dos estados brasileiros do Acre e do Mato Grosso, os anos de pico do desmatamento, 2004 e 2005, foram incluídos no cálculo. O desmatamento havia caído drasticamente após esses anos, devido às medidas tomadas pelo governo brasileiro para reduzi-lo antes mesmo de o REDD existir. Isso incluiu a demarcação dos territórios dos Povos Indígenas e inspeções e multas regulares àqueles que destruíssem a floresta ilegalmente. Ao se introduzir o REDD, a demarcação e a aplicação da lei foram substituídas pela lógica de incentivos financeiros, que é a base do instrumento. Resultado: o desmatamento voltou a subir.

Por que eles ainda estão recebendo pagamentos de REDD? Ora, porque o período de referência foi escolhido com o objetivo de mostrar um desmatamento muito alto no passado. Portanto, mesmo grandes aumentos no desmatamento após a introdução do REDD são considerados um êxito do REDD, pois, como o desmatamento já foi muito maior em algum momento do passado, o atual – mesmo que esteja aumentando – é menor do que poderia ter sido sem o REDD.

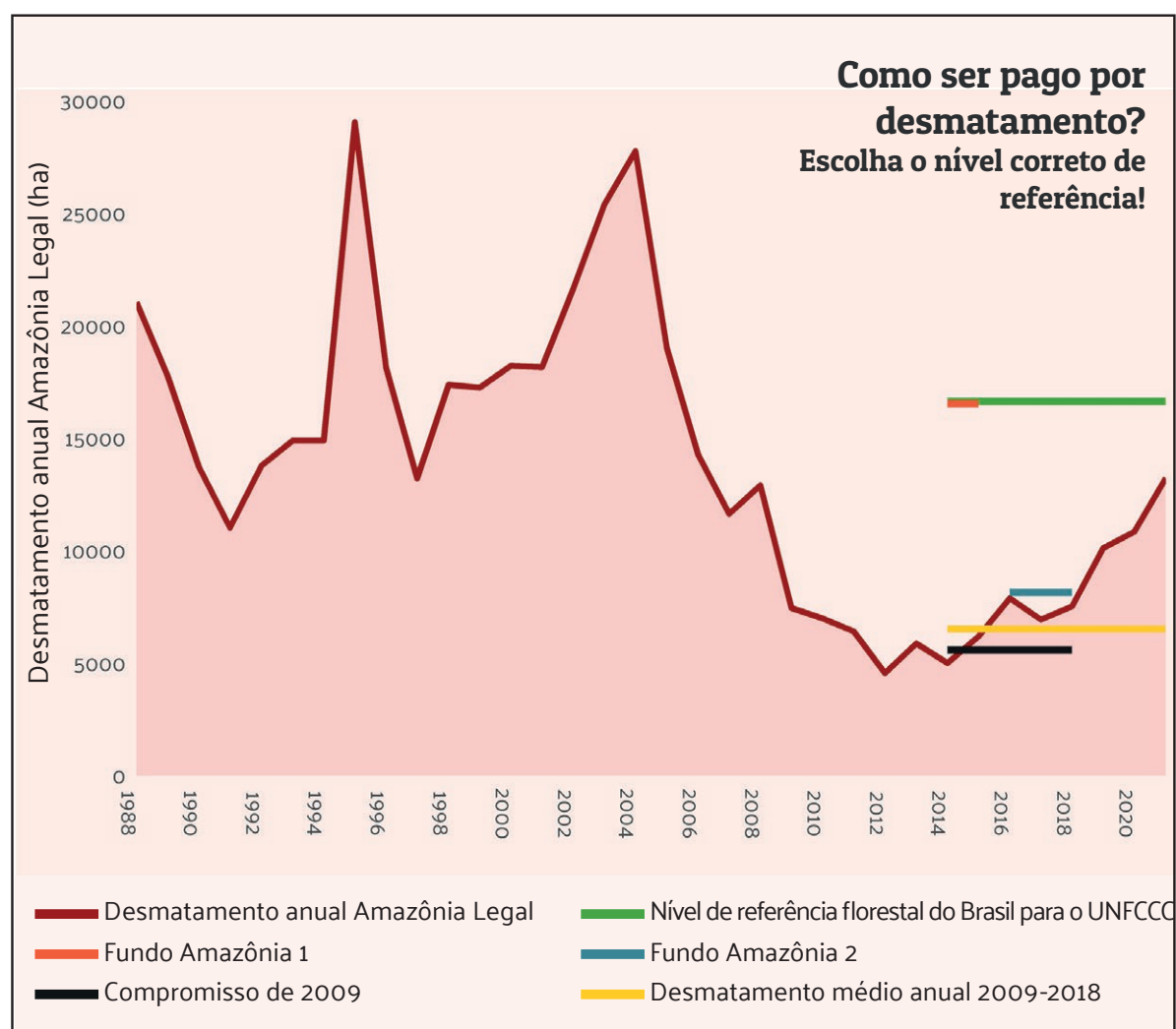
A imagem a seguir mostra como o valor do pagamento de REDD depende dos números de referência negociados e não do que realmente acontece na floresta. A linha verde escura indica o desmatamento real na Amazônia brasileira. As barras coloridas entre 2014 e 2018 mostram valores de referência negociados pelo governo brasileiro em diferentes iniciativas de REDD. Embora tenha descumprido o seu próprio compromisso de 2009 com a redução do desmatamento, o governo ainda cumpria os requisitos para o financiamento de REDD. O montante de financiamento recebido dependeu menos do desmatamento real do que da diferença entre esse desmatamento e o número de referência negociado (a linha vermelha). Ou seja, quanto maior se supunha o desmatamento de acordo com o número de referência, mais dinheiro era pago dentro do REDD, mesmo que o desmatamento estivesse aumentando.

Esses pagamentos de REDD+ jurisdicional miram no passado para estabelecer uma linha de base (inflada). Projetos específicos de REDD+ usam um método ainda

mais duvidoso: comparam o desmatamento real dentro do projeto com a narrativa fictícia de quanto desse desmatamento teria acontecido sem o projeto. Vários relatos já denunciaram a forma como esse método levou ao exagero de supostas economias de emissões¹⁷.

Para piorar as coisas, o REDD traz embutido um incentivo perverso para exagerar a destruição florestal que supostamente teria acontecido sem o projeto: **quanto maior a destruição hipotética, maior a diferença entre o desmatamento real e o que o dono do projeto alega que teria acontecido. E essa diferença se transforma em créditos de carbono que o projeto pode vender.** Muitos projetos de REDD atuais, se não a maioria, são baseados em alegações inverossímeis de que as florestas seriam destruídas sem o projeto¹⁸.

Um exemplo é um projeto de REDD gerenciado pela maior ONG de conservação do mundo, The Nature Conservancy (TNC). A história contada pela TNC é que, sem



O desmatamento na Amazônia brasileira poderia dobrar, de acordo com o nível de referência proposto no programa FP100, e ainda assim gerar “pagamentos baseados em REDD+, por resultados”.

(a) *FREL* Nível de Referência Florestal Brasileiro UNFCCC. Base para conversão em toneladas de CO₂ apresentadas como resultado de mitigação na proposta do UNDP ao pagamento de REDD+ com base em resultados do programa piloto GGF RfP: Média 1996-2010: 16.640 km².

(b) Nível de referência do *Fundo da Amazônia* brasileiro para pagamentos em 2011-2015: Média 2001-2001: 16.640 km²

(c) Nível de referência do *Fundo da Amazônia* brasileiro para pagamentos em 2016-2020: Média 2006-2015: 8.150 km²

(d) Compromisso de 2009 do governo brasileiro com a redução do desmatamento na Amazônia em 90% até 2020, comparado com a média de 1996-2005: 3.925 km²

o projeto, a organização iria derrubar a floresta e retirar a madeira mais valiosa nos próximos anos. Isso é muito inverossímil, até porque, duas décadas antes, a TNC havia realizado uma campanha bem-sucedida de arrecadação de fundos para comprar a terra, argumentando que a compra protegeria a floresta da ameaça da extração de madeira¹⁹.

Pagamentos no âmbito do REDD, mesmo quando o desmatamento na área do programa ou projeto de REDD está aumentando, têm sido comuns.

O REDD como ferramenta para aumentar o controle sobre a terra usada pelos povos da floresta

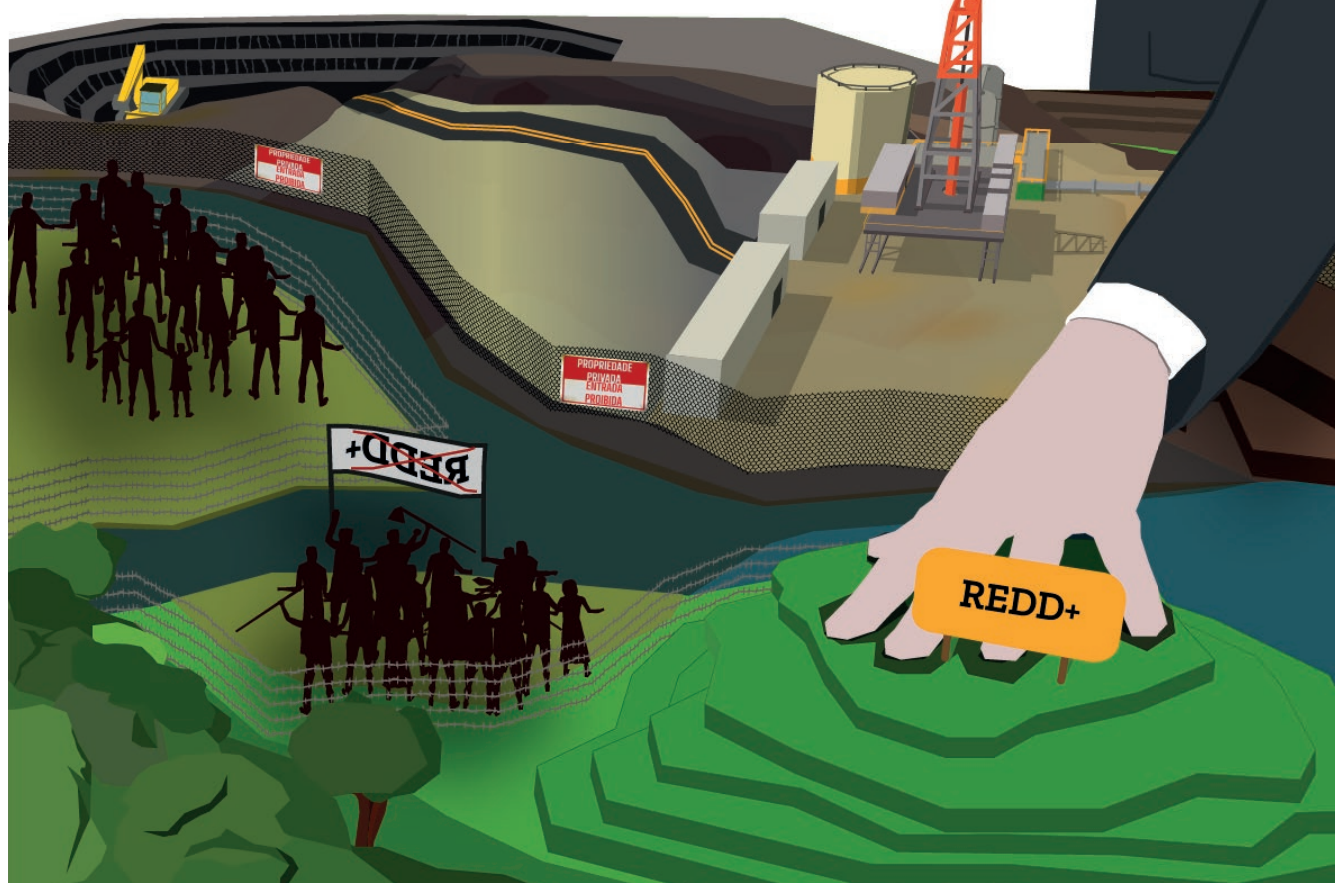
Os conflitos causados por projetos de REDD e seu impacto negativo sobre os povos da floresta já foram amplamente documentados²⁰. Eles ocorrem com frequência, quando os projetos são implementados em terras cuja propriedade está em disputa. Por exemplo, quando o projeto impõe restrições ao uso da terra dentro de sua área. Aqueles que impõem as restrições tendem a ignorar que sua reivindicação à terra pode ser contestada e que povos da floresta podem estar usando há muito tempo o território agora declarado como projeto de REDD²¹.

As restrições geralmente incluem proibição de coleta de lenha e práticas agrícolas que usem o **fogo**. Famílias afetadas por projetos de REDD também relataram restrições de acesso e confisco de gado, por exemplo, onde o projeto de REDD não permite mais que as pessoas usem as terras como pastagens para seus animais, como costumavam fazer. Os conflitos entre seres humanos e animais selvagens também teriam aumentado. Por exemplo, as famílias afetadas pelo projeto de REDD Corredor Kasigau, no Quênia, contaram que suas plantações são frequentemente destruídas por elefantes sem que elas recebam a devida **compensação** do projeto de REDD nem do Parque Nacional localizado nas proximidades. Cada um afirma que os elefantes eram de responsabilidade de outros, e as comunidades ficam imprensadas no meio, sem ser indenizadas pelas plantações destruídas.

O REDD também tornou mais fácil para governos e ONGs de conservação justificarem programas que restringem práticas como o **cultivo itinerante** ("**corte e queima**"). Muitas dessas iniciativas impõem mudanças que tornam as práticas agrícolas de povos da floresta e camponeses mais dependentes da tecnologia e introduzem métodos agrícolas controlados por grandes empresas. Eles podem promover práticas que dependem do uso de fertilizantes e sementes especializadas e controladas por empresas para supostamente aumentar a produtividade por hectare (para que os povos da floresta desmatem menos terra, diz o argumento). Isso permite que empresas, consultores e órgãos estatais aumentem o controle sobre a terra usada pelos povos da floresta e integrem muito mais a agricultura camponesa aos mercados globalizados de commodities alimentares. Dessa forma, o REDD contribui para que camponeses e povos que dependem da floresta percam sua autonomia, bem como sua cultura e seu conhecimento ancestrais sobre suas terras e espaços de vida.

Muitos projetos de REDD também empregam drones e câmeras para monitorar quem está usando a terra e como são usadas as áreas dentro do projeto de REDD²². Às vezes, o monitoramento é apresentado como algo positivo, uma forma de detectar invasores que destroem florestas ilegalmente dentro dos territórios dos Povos Indígenas, por exemplo. Mas esse tipo de monitoramento não seria uma forma de controlar como, onde e quando uma comunidade usa seu território, principalmente em áreas onde o direito à terra está em disputa? Os povos da floresta serão multados se os drones do projeto de REDD mostrarem que eles cortaram árvores em seu território, digamos, para a construção de uma casa comunitária? Os formuladores e os consultores de projetos de REDD conseguirão coletar informações cruciais do equipamento de mapeamento digital que eles fornecem aos membros da comunidade envolvidos em uma atividade de REDD? Quem controla essas informações?

Esteja ele focado nas práticas agrícolas das comunidades florestais ou no uso da floresta, o REDD, na prática, tende a colocar em risco a autonomia e a soberania alimentar das comunidades de uma forma ou de outra. Também aumentou a influência de gestores e consultores de REDD sobre o uso da terra nas florestas que estão dentro dos projetos. Ao atribuir um valor financeiro às árvores como depósitos de carbono, o REDD, e as “soluções baseadas na natureza” de forma mais ampla, também alimentaram a apropriação de terras



como forma de lucrar com seu novo valor associado ao carbono²³.

O REDD como impulsionador do caos climático

Ao se revelar uma boa desculpa para postergar o fim da queima de combustíveis fósseis, o REDD está, na verdade, impulsionando a continuidade e a expansão do uso desses combustíveis. Com a pressão crescente para que mostrem que estão “tomando medidas para reduzir seu impacto climático”, muitas grandes empresas se apresentam como defensoras entusiasmadas das florestas. Companhias petrolíferas como Eni e Shell escrevem sobre seu “compromisso com a proteção e conservação das florestas” (Eni) e sobre como “as soluções baseadas na natureza podem dar uma grande contribuição para a ambição da Shell de ser uma empresa de energia com **emissão líquida zero** até 2050, ou antes” (Shell).

No entanto, essas mesmas empresas carecem de entusiasmo comparável quando se trata de se comprometer a “proteger e conservar” os depósitos **subterrâneos** de carbono que elas continuam destruindo para extrair petróleo, carvão e gás. Onde está o compromisso de acabar com essa destruição que é a principal causa do colapso climático?

Um artigo do REDD-Monitor, de dezembro de 2020, resume as razões pelas quais empresas como Eni, Shell e muitas outras estão tão entusiasmadas com as florestas, o REDD e as “soluções baseadas na natureza” ou soluções naturais para o clima: Uma série de companhias de petróleo e gás, incluindo Shell, BP, Total, Gazprom, Eni, Petronas, PetroChina e Occidental, anunciaram recentemente entregas de gás natural liquefeito “neutras em carbono”. Os combustíveis fósseis obviamente não podem ser “neutros em carbono”, e afirmar que as emissões foram “compensadas” pela compra de créditos é pura lavagem verde. Esquemas climáticos fraudulentos como o REDD e as soluções naturais para o clima existem exatamente com esse propósito: permitir que a indústria dos combustíveis fósseis faça lavagem verde em si mesma²⁴.

Permitir que se faça essa lavagem verde na continuidade da queima de combustíveis fósseis, assim como na exploração econômica e na destruição socioecológica e cultural inextricavelmente ligadas à extração de combustíveis fósseis, é o que torna o REDD muito pior do que apenas um fracasso colossal na redução da perda florestal.

Jutta Kill

Secretariado Internacional do WRM

¹ Branford, S. & T. Borges (2021). Facebook enabling Amazon land grabbing, deforestation, finds investigation. <https://news.mongabay.com/2021/03/facebook-enabling-amazon-land-grabbing-deforestation-investigation/> and Branford, S. & M. Torres (2017). Crime and not enough punishment: Amazon thieves keep stolen public land. [https://news.mongabay.com/2017/03/crime-and-not-enough-punishment-amazon-thieves-keep-stolen-public-](https://news.mongabay.com/2017/03/crime-and-not-enough-punishment-amazon-thieves-keep-stolen-public-land/)

[land/](#); veja também, Forest Trends (2014). Consumer Goods and Deforestation. An Analysis of the Extent and Nature of Illegality in Forest Conversion for Agriculture and Timber Plantations. http://www.forest-trends.org/documents/files/doc_4718.pdf

2 Para obter estatísticas sobre desmatamento na Amazônia brasileira, veja o projeto PRODES, do governo do Brasil: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes> e http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5811; fpara conhecer tendências sobre desmatamento em países específicos, veja, também, o banco de dados da Global Forest Watch em: <https://tinyurl.com/ncseahyh>

3 Veja, por exemplo: Song, L. (2019). An even more inconvenient truth. Why carbon credits for forest preservation may be worth than nothing. <https://features.propublica.org/brazil-carbon-offsets/inconvenient-truth-carbon-credits-dont-work-deforestation-redd-acre-cambodia/>; sobre o FCPF do Banco Mundial, veja REDD-Monitor (2022). Congo's forest 'emissions reductions programme': Germany, Norway and UK taxpayers paying for nothing, as the World Bank-backed Forest Carbon Partnership Facility produces only 'hot air' emissions reductions. <https://redd-monitor.org/2022/01/19/congos-forest-emissions-reductions-programme-germany-norway-and-uk-taxpayers-paying-for-nothing-as-the-world-bank-backed-forest-carbon-partnership-facility-produces-only/>; WRM (2019): REDD+: um esquema podre em sua essência. <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/redd-um-esquema-podre-em-sua-essencia/>; Milne, S. et al. (2019). Learning From 'Actually Existing' REDD+. <https://www.environmentandsociety.org/mml/learning-actually-existing-redd-synthesis-ethnographic-findings>

4 German Institute for Development Evaluation (DEval) (2020). Germany's Contribution to the Forest and Climate Protection Programme REDD+. <https://www.deval.org/de/publikationen/germanys-contribution-to-the-forest-and-climate-protection-programme-redd>

5 Geist, H. and Lambin, E. F. (2002). Proximate causes and underlying driving forces of tropical deforestation. *BioScience*, 52 (2002), 143-150.

6 REDD and Natural Climate Solutions are a massive distraction from real climate solutions. REDD-Monitor, 14 December 2021. <https://redd-monitor.org/2021/12/14/redd-and-natural-climate-solutions-are-a-massive-distraction-from-real-climate-solutions/>

7 Lund, J. F. et al. (2016). Promising Change, Delivering Continuity: REDD+ as Conservation Fad. *World Development*. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X15312821> and Svarstad H. & Benjaminsen, T. (2017). Nothing succeeds like success narratives: a case of conservation and development in the time of REDD, *Journal of Eastern African Studies*. https://www.researchgate.net/publication/318754737-Nothing_succeeds_like_success_narratives_a_case_of_conservation_and_development_in_the_time_of_REDD

8 Veja a palestra de 2020 "Carbon Policy is not Climate Policy", de Larry Lohmann, sobre algumas das razões pelas quais essa suposição é questionável: <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/carbon-policy-not-climate-policy>

9 WRM (2020). O que há de errado com plantar árvores? <https://www.wrm.org.uy/pt/node/14834/>

- 10** Counsell, S. (2021). ONGs conservacionistas presentaram os poluidores com uma enorme possibilidade de concentração de terras chamada “Soluções baseadas na natureza”. In: “Soluções baseadas na natureza”: ocultando um grande roubo de terras. Boletim 255 do WRM – março/abril de 2021. <https://wrm.org.uy/pt/boletins/nro-255/>
- 11** Veja, por exemplo, uma carta de 25 de setembro de 2020, da AIDSEP ao FCPF: Letter N° 156-2020-Aidsep. <http://www.aidsep.org.pe/sites/default/files/media/COMUNICADOS/Letter%20N%C2%B0%20156-2020-Aidsep%20about%20PRE.pdf>; Forest Peoples Programme (2021). La realidad de REDD en Peru. Entre el dicho y el hecho. https://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2011/11/la-realidad-de-redd-en-peru-entre-el-dicho-y-el-hecho-para-el-sitio-web_0.pdf and Rights and Resources Initiative (2018). Mai-Ndombe: Will the REDD+ Laboratory Benefit Indigenous Peoples and Local Communities? <https://rightsandresources.org/publication/mai-ndombe-will-redd-laboratory-benefit-indigenous-peoples-local-communities/>
- 12** Forest Carbon Partnership Facility Takes Aim at Deforestation. <https://archive.md/BDXmG>
- 13** Global Forest Coalition (2020). 15 years of REDD. Has it been worth the money? <https://globalforestcoalition.org/wp-content/uploads/2020/09/REDD-briefing.pdf> WRM (2019). Misguided funding: Green Climate Fund support for REDD+. <https://www.wrm.org.uy/bulletin-articles/misguided-funding-green-climate-fund-support-for-redd>
- 14** Cabello, J. (2013). The World Bank and ‘market readiness’: A ‘carbon bible’ for Southern countries. <https://www.twm.my/title2/resurgence/2013/269-270/cover09.htm>
- 15** Fern and Forest Peoples Programme (2011). Smoke and Mirrors: A critical assessment of the Forest Carbon Partnership Facility. <https://redd-monitor.org/2011/03/15/smoke-and-mirrors-a-critical-assessment-of-the-forest-carbon-partnership-facility/>
- 16** <https://www.biocarbonfund-isfl.org/> e https://www.biocarbonfund-isfl.org/sites/isfl/files/2020-04/ISFL%20CSO%20Briefing_June%202016.pdf para um panorama de quem está envolvido nas diferentes iniciativas.
- 17** Veja, entre outros: Foodwatch (2021). Offsetting: ‘climate neutral’ through forest protection? Assessment of the ‘climate neutral’ claims related to the Tambopata-area REDD project in Brazil nut concessions in Madre de Dios, Peru. https://www.foodwatch.org/fileadmin/-DE/Themen/Windbeutel/Bilder/2021/Dokumente/foodwatch2021_Tambopata-offset-project_Assessment.pdf; West, Th. et al. (2020). Overstated carbon emission reductions from voluntary REDD+ projects in the Brazilian Amazon. PNAS. <https://www.pnas.org/content/117/39/24188>
- 18** Além dos relatos em **17** e **19**, veja: REDD-Monitor (2017). Is Wildlife Work’s Mai Ndombe REDD+ project “additional”? <https://redd-monitor.org/2017/09/13/is-wildlife-works-mai-ndombe-redd-project-additional/>; Seyller, C. et al. (2016). The ‘Virtual Economy’ of REDD+ Projects. International Forestry Review. <https://bit.ly/3aPnrdp>; Mulungu, K. (2021). The Luangwa Community Forests Project (LCFP) in Zambia. A review of the

biggest REDD+ project in Africa financed by the Italian oil and gas company ENI. Relatório encomendado pelo Greenpeace Itália. https://www.greenpeace.org/static/planet4-italy-stateless/2021/06/719f406b-gp-lcfp_scientific-report_english-version-1.pdf; REDD-Monitor (2019). Indonesia's Katingan REDD project sells carbon credits to Shell. <https://redd-monitor.org/2019/12/12/indonesias-katingan-redd-project-sells-carbon-credits-to-shell-but-that-doesnt-mean-the-forest-is-protected-its-threatened-by-land-conflicts-fire-s-and-a-palm-oil-plantation/>.

19 A maioria das atividades de REDD+ é financiada no Sul Global, mas também há projetos nos Estados Unidos e no Canadá. Veja, por exemplo Ben Elgin (2020). These Trees Are Not What They Seem. How the Nature Conservancy, the world's biggest environmental group, became a dealer of meaningless carbon offsets. Bloomberg Green. <https://www.bloomberg.com/features/2020-nature-conservancy-carbon-offsets-trees/>

20 Entre os projetos que causaram conflitos estão os projetos de REDD Corredor Kasigau, no Quênia, Russas e Valparaíso, no Brasil, Montanhas Cardamon no Camboja, Mai Ndombe, na República Democrática do Congo, bem como os projetos de REDD+ Alto Mayo, Cordillera Azul e Tambopata no Peru, e Katingan, na Indonésia. O REDD-Monitor publicou artigos sobre todos eles. www.redd-monitor.org. Veja também: Nel, A (2017). Contested carbon: Carbon forestry as a speculatively virtual, falteringly material and disputed territorial assemblage. *Geoforum* 81: 144-152; Flynn, G. (2021). REDD+ Projects Still Struggling to Live up to Expectations in Cambodia. <https://cambodianess.com/article/redd-projects-still-struggling-to-live-up-to-expectations-in-cambodia>

21 Veja, por exemplo, REDD-Monitor (2021). Indigenous Kichwa community takes the Peruvian State and Cordillera Azul National Park to court. <https://redd-monitor.org/2021/07/02/indigenous-kichwa-community-takes-the-peruvian-state-and-cordillera-azul-national-park-to-court/> and Comunidad Kichwa Puerto Franco se reúne con representantes del Parque Nacional Cordillera Azul y exige que respeten sus derechos. <https://www.idl.org.pe/comunidad-kichwa-puerto-franco-se-reune-con-representantes-del-parque-nacional-cordillera-azul-y-exige-que-respeten-sus-derechos/>

22 Basta! & Amis de la Terre (2013): "REDD+ in Madagascar: You Can't See the Wood for the Carbon". English; <http://vimeo.com/79770272>

23 BBC News Brasil (2021): Documentário: BBC revela venda ilegal de terras na Amazônia pelo Facebook.

24 <https://redd-monitor.org/2021/12/14/redd-and-natural-climate-solutions-are-a-massive-distraction-from-real-climate-solutions/>

Extração de petróleo na Amazônia Equatoriana.
Foto: Equador sem petróleo



Todo o carbono é igual?

Carbono fóssil, violência e poder

O pressuposto por trás do REDD é uma mentira perigosa: a de que o impacto climático de todo o carbono é igual – seja ele liberado pela vegetação (“Carbono Biótico”) ou a partir da queima de petróleo, gás ou carvão (“Carbono Fóssil”). Esse pressuposto ofusca o fato de que a queima de “carbono fóssil” está impulsionando as mudanças climáticas. Também oculta a violência, a destruição e os abusos que estão na raiz dos impérios dos combustíveis fósseis. Então, quais são exatamente as diferenças e por que elas são tão importantes?

Nos últimos 15 anos ou mais, cientistas tradicionais e responsáveis por decisões endossaram amplamente a ideia de que o impacto climático de todo o **carbono** é igual... seja aquele armazenado na vegetação ou o que é liberado na extração de petróleo, gás e carvão. Esse é um pressuposto fundamental por trás dos mercados de **carbono**, do REDD+, da “**emissão líquida zero**”, do “desmatamento líquido zero” e agora, também, das chamadas “soluções baseadas na natureza”. Essencialmente, sem a premissa de que o **carbono** de diferentes fontes tem o mesmo impacto sobre o clima, as **compensações** não poderiam ser estabelecidas.

Independentemente de sua fonte, ao entrar em contato com o oxigênio, o **carbono** se transforma em moléculas de dióxido de carbono. Também é verdade que o excesso de dióxido de carbono acumulado na atmosfera é um problema que desequilibra o clima. Para além do impacto climático, esse excesso também está ligado a histórias de violência, poder e espoliação.

No contexto do atual caos climático, afirmar que todo o **carbono** é igual é uma mentira perigosa.

Por que tanta gente, inclusive cientistas como os membros do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), continuam insistindo em que não há diferença entre o impacto climático do carbono que está acima do solo e o que é liberado quando o petróleo, o carvão e o gás são extraídos?

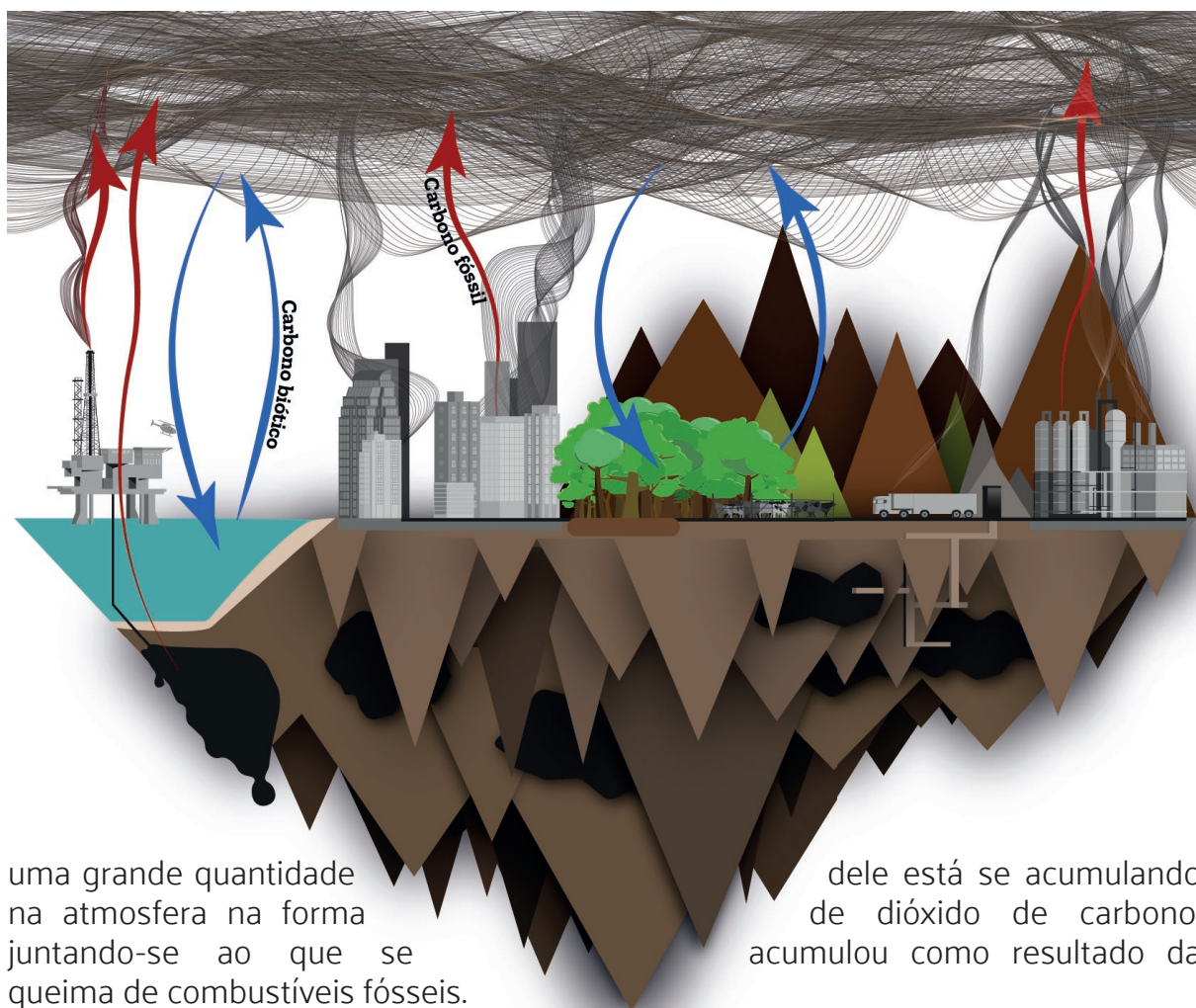
Claro que é mais fácil e conveniente supor que o impacto climático de qualquer carbono é igual. Essa afirmação serve de base para se afirmar que gases de efeito estufa oriundos de diferentes fontes (fábricas, refinarias, uso do solo, transporte, produção de cimento, geração de energia etc.) e mesmo diferentes gases de efeito estufa (monóxido de carbono, metano e outros ligados à produção industrial) têm o mesmo impacto sobre o clima e que, portanto, os danos causados pelas emissões de uma fonte podem ser compensados pela redução das emissões de outra. É por isso que os cientistas que assessoram as negociações climáticas da ONU converteram diferentes gases que causam mudanças climáticas em unidades equivalentes de dióxido de carbono, ou CO₂e. Essa equivalência é uma condição prévia para a **compensação**. Mas o **carbono** de diferentes fontes não é o mesmo, e dizer que é esconde as histórias violentas, os conflitos e a opressão relacionados à extração de **carbono** na maior parte do mundo.

É fundamental reconhecer que o impacto climático da liberação do **carbono** que ficou preso no subsolo por milhões de anos e que agora é queimado na forma de petróleo, gás ou carvão em grandes quantidades, em um curto período, é diferente do impacto causado quando se libera algum **carbono** de ciclo rápido, que foi temporariamente armazenado acima do solo, em árvores, por exemplo.

[No contexto do atual caos climático, afirmar que todo o carbono é igual é uma mentira perigosa.]

E por que essa diferença é tão importante?

O carbono que circula no ar, nos oceanos, na vegetação e acima do solo costuma ser chamado de **Carbono Biótico**. Ele pode ser armazenado temporariamente em qualquer um desses locais, inclusive na vegetação, por exemplo, nas árvores. A partir daí, esse **Carbono Biótico** pode ser liberado facilmente de forma natural, por meio de incêndios, tempestades ou surtos de insetos, para citar alguns exemplos importantes. No entanto, a histórica destruição de florestas em grande escala, principalmente em países industrializados e para a expansão da agricultura industrial, resultou na acumulação, na atmosfera, de muito **carbono** que poderia ser armazenado nas florestas. O desmatamento criou um desequilíbrio no ciclo do **Carbono Biótico**:



uma grande quantidade na atmosfera na forma juntando-se ao que se queima de combustíveis fósseis.

dele está se acumulando de dióxido de carbono, acumulou como resultado da

Para queimar combustíveis fósseis, os antigos depósitos de **Carbono Fóssil** que ficaram trancados no subsolo por milhões de anos precisam ser destruídos. Esses depósitos subterrâneos são compostos de restos de plantas que cresceram milhões de anos atrás. O processo que transformou a vegetação em **Carbono Fóssil** envolveu enormes quantidades de tempo, pressão e calor, e resultou na concentração extrema do carbono. Essa alta concentração nos depósitos subterrâneos de **Carbono Fóssil** faz dele um poderoso transportador de energia. Pequenas quantidades de **Carbono Fóssil** contêm muita energia, em comparação com aquela contida na madeira ou no carvão vegetal.

Para transformar o **Carbono Fóssil** em gasolina, diesel e carvão, os seres humanos precisam de grandes máquinas para desenterrar e extrair o carbono desses depósitos subterrâneos. Quando for queimado como combustível fóssil, esse **Carbono Fóssil** que ficou bloqueado fora da atmosfera por milhões de anos permanecerá acima do solo por um tempo consideravelmente longo.

A vegetação, os oceanos e os solos do mundo só conseguem absorver uma quantidade limitada desse excesso, e certamente não são capazes de absorver o bastante, e com velocidade suficiente, para conter o desequilíbrio de CO₂ na atmosfera da Terra. Como resultado, grande parte desse excesso de **Carbono Fóssil** se acumula na atmosfera, com impactos sobre o clima global.

A maioria dos cientistas atualmente reconhece que a queima de **Carbono**

Fóssil está impulsionando as mudanças climáticas. No entanto, em suas conversas e recomendações de políticas, eles tratam o **Carbono Fóssil** e **Biótico** como se tivesse o mesmo impacto sobre o clima. A consequência é que o debate climático está focado nos gases de efeito estufa “equivalentes” na atmosfera, em vez de impedir que mais **Carbono Fóssil** seja liberado de seus depósitos subterrâneos.

Isso é muito problemático. Ao promover a falsa premissa de que todo o **carbono** é o mesmo, cientistas e formuladores de políticas também estão minimizando radicalmente a contribuição da indústria de combustíveis fósseis como principal causa do caos climático. E o estrago vai ainda mais longe. Afirmar que todo **carbono** é o mesmo também ajuda a ocultar a violência, a destruição ecológica e o abuso de poder que foram a base dos impérios empresariais dos combustíveis fósseis. Também espalha essa violência e esse abuso para onde os projetos de **compensação** supostamente armazenam uma quantidade equivalente do **carbono** liberado.

Essa conveniente narrativa de que “todo carbono é igual” permitiu que as empresas de combustíveis fósseis e todas as indústrias que dependem deles continuassem com suas atividades lucrativas como se nada estivesse acontecendo, apesar de quase três décadas de negociações climáticas da ONU. Também protegeu os lucros empresariais e financeiros, enquanto expressões como “neutro em carbono” ou “**emissão líquida zero**” estão legitimando a destruição continuada por parte das empresas.

Responsabilizando a indústria dos combustíveis fósseis!

O capitalismo depende da energia do **Carbono Fóssil**. Os combustíveis fósseis são o motor e o ingrediente em que o capitalismo globalizado de hoje está viciado.

Portanto, o caos climático é uma consequência direta da destruição constante dos depósitos subterrâneos de **Carbono Fóssil** e sua queima como combustíveis fósseis. A falsa narrativa da equivalência entre **Carbono Biótico** e **Carbono Fóssil** é claramente política. Ela permite que a indústria de combustíveis fósseis e seus aliados continuem com seus negócios muito lucrativos e destrutivos. Essa equivalência é mais um exemplo do poder da indústria de combustíveis fósseis, que, ao longo dos últimos dois séculos, destruiu e militarizou os territórios que ocupa para extrair, processar e transportar **Carbono Fóssil** ao longo de imensas redes de infraestrutura, dutos, estradas, portos e hidrovias, até chegar às refinarias poluentes e mortais e às áreas de poluição ao seu redor.

Quando, por exemplo, a companhia de petróleo Shell afirma falsamente que está compensando seu **Carbono Fóssil** com grandes plantações de árvores, pelo menos três mentiras estão sendo espalhadas. A primeira é que o **Carbono Fóssil** pode ser igualado ao **Carbono Biótico** acima do solo, e seu estrago, compensado com o armazenamento temporário deste. A segunda mentira é que o “problema da mudança climática” está sendo enfrentado, enquanto a realidade é que as compensações permitem a continuação da queima de combustíveis fósseis. E a terceira mentira é dizer que a “natureza” está lá, vazia, para que as empresas peguem e usem como seu reservatório de **compensação de carbono**. Nada pode estar mais

longe da verdade.

É importante denunciar as mentiras e as falsas narrativas que estão por trás dessas premissas. Aceitar a falsa suposição de que o **Carbono Fóssil** e o **Carbono Biótico** afetam o clima da mesma maneira simplesmente fará com que o caos climático e a destruição contínua de territórios sejam acelerados ainda mais.

Joanna Cabello

Secretariado Internacional do WRM

Leituras complementares:

Carbon Trading – A Critical Conversation on Climate Change, Privatisation and Power, Larry Lohmann: <https://www.daghammarskjold.se/publication/carbon-trading-critical-conversation-climate-change-privatisation-power/>

O que as florestas têm a ver com a mudança climática, os mercados de carbono e o REDD+?: <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/o-que-as-florestas-tem-a-ver-com-a-mudanca-climatica-os-mercados-de-carbono-e-o-redd>

Perseguindo Unicórnios de Carbono: A Decepção dos Mercados de Carbono e DO “Net Zero”: <https://www.foei.org/wp-content/uploads/2021/02/Amigos-da-terra-internacional-unicornios-decarbono-portugues.pdf>



Acabar com o colonialismo implica acabar com o REDD+

Para funcionar, o REDD+ tem que dividir as pessoas em três classes. Uma é aquela que supostamente salva as florestas – “pessoas ativas, com iniciativa”. Uma segunda classe supostamente deixa as florestas morrerem quando não houver pagamentos de REDD+ para mantê-las vivas – “seres previsivelmente passivos”. E há uma terceira classe, que principalmente aplaude os esforços da primeira. Isso vem das divisões entre os seres humanos, que colonialistas e racistas vêm inventando e reinventando há séculos. O fato é que o REDD+ funciona melhor quando é mais colonialista. Como ele conseguiu encobrir sua verdadeira natureza por tantos anos?

Antes de conseguir fazer com que alguém ganhe dinheiro, o REDD+ precisa dividir as pessoas do mundo em três classes diferentes.

Uma dessas classes é aquela que supostamente salva as florestas. É ela que paga o que, dizem, faz a diferença entre salvar florestas e deixá-las morrer.

Em troca do dinheiro que supostamente faz essa diferença, essa primeira classe pode continuar extraindo e usando combustíveis fósseis – atividades cruciais para sua identidade, sua riqueza, seu poder. Para ela, o investimento em REDD+ precisa valer a pena. Para cada dólar gasto, ela deve economizar mais de um dólar ao não ter que abrir mão dos combustíveis fósseis.

Depois, há uma segunda classe, a que supostamente permite que as florestas morram quando não há nenhum dinheiro de REDD+ sendo pago para mantê-las vivas.

Pode ser que essa classe deixe as florestas morrerem porque, sem o dinheiro do REDD+, ela simplesmente não tem poder para impedir o avanço da extração de madeira, da mineração, das barragens e das plantações agrícolas comerciais em seus territórios. Ou talvez deixe as florestas morrerem porque, sem o dinheiro do REDD+, não consegue saber como fazer com que se absorva a quantidade suficiente do dióxido de carbono que está sendo emitido pela queima de combustíveis fósseis. Ou talvez porque, sem o dinheiro do REDD+, essa classe seja formada apenas por “assassinos por natureza” da floresta, agindo na ignorância ao fazer “**corte e queima**”, coleta de lenha e recursos florestais, alugar sua mão de obra para madeiras ou mineradoras, ou estabelecer povoados onde não deveria.

Seja como for: o importante é que, para que o REDD+ funcione, seria necessário inventar uma segunda classe de seres previsivelmente passivos para fazer com que uma primeira classe de pessoas ativas, com iniciativa, se destacasse. Caso contrário, seria impossível argumentar que a economia de algumas árvores foi “resultado” do dinheiro do REDD+ e não de habilidades de organização da própria população rural, por exemplo, ou do aumento das chuvas.

Por fim, há uma terceira classe, o público ao qual a primeira classe pode afirmar estar salvando as florestas do mundo da destruição que, de outra forma, resultaria da inação da segunda classe. Os aplausos dessa terceira classe são cruciais para a sobrevivência da primeira.

Como o REDD+ conseguiu encobrir sua natureza colonialista por tantos anos?

Uma antiga dicotomia

O contraste entre a primeira e a segunda classes parece familiar? Pois deveria, porque ele descende das divisões entre os seres humanos que os colonialistas e racistas vêm inventando e reinventando há séculos.

A divisão entre a primeira e a segunda classes é como a velha divisão imperialista entre conquistadores brancos que “fazem história” e “pessoas sem história” não-brancas¹ que mexem superficialmente na terra da mesma maneira, ano após ano. É como o antigo contraste que pensadores como John Locke estabeleciam entre europeus “produtivos”, donos da propriedade privada, e povos indígenas que nunca fizeram nenhuma “melhoria” em suas terras e, portanto, não tinham direito a elas². É como a dicotomia que os capitalistas promovem quando dizem que sua “iniciativa” e sua “engenhosidade” diferenciadas lhes dão o direito de se servir do suor de seus

trabalhadores preguiçosos e menos inteligentes.

Na verdade, o REDD+ funciona melhor quando é mais colonialista. Quanto mais a segunda classe for retratada como indefesa e quanto mais previsível for o futuro de suas florestas, mais será fácil inventar números precisos sobre quantas árvores foram “salvas” pelo dinheiro do REDD+. O REDD+ não apenas é baseado no racismo como também traz em si incentivos para tornar mais e mais racista à medida que vai ficando mais refinado e “aprimorado”.

Por que tudo isso provoca tão pouco escândalo? Como o REDD+ conseguiu encobrir sua natureza colonialista por tantos anos?

Escondendo-se atrás do jargão

O segredo é a **contabilidade do carbono**.

A **contabilidade de carbono** do REDD+ é como a lei e a literatura do colonialismo clássico: existe para manter a desigualdade. A diferença é que essa contabilidade não proclama abertamente que trabalha com dois pesos e duas medidas. Ela esconde isso literalmente sob milhões de páginas de jargão técnico. Nunca usa expressões como “pessoas de segunda classe” e “pessoas de primeira classe”. Nunca usa palavras como “desperdício” para se referir às terras das pessoas da segunda classe, nem “hectares produtivos” para se referir às terras das pessoas de primeira classe. Em vez disso, usa as expressões “linha de base” e “projeto ou programa financiado por REDD+”.

“Linha de base” é um código para “destino”. Uma linha de base é tudo o que as potências coloniais decidiram que não pode mudar até que elas cheguem para mudar as coisas. Pode ser a natureza estática dos selvagens (nobres ou não) que habitam territórios florestados. Pode ser algo como a visão do acima mencionado Locke sobre as Américas como um território destinado ao atraso eterno até a chegada dos europeus. Ou pode se referir à marcha imparável do progresso capitalista em cada vez mais “zonas de sacrifício” de extração na terra ou no espaço sideral: o destino universal imaginado por muitos ideólogos capitalistas hoje.

De qualquer forma, o índice de destruição florestal considerado como “linha de base” em uma zona de projeto de REDD+ é sempre estatisticamente previsível, seja por meio de modelagem econômica, seja por imagens de satélite, medições de árvores, extrapolação linear de exemplos selecionados ou qualquer outro método. Os contabilistas de carbono do REDD+ estão profissionalmente comprometidos com a suposição de que, em princípio, eles conseguem prever o futuro das florestas dos povos da floresta assim como os químicos preveem os resultados das reações químicas.

Um projeto de REDD+ é diferente. De acordo com as regras da **contabilidade de carbono**, o que o projeto fará nunca pode ser previsto estatisticamente a partir do comportamento anterior de consultores ou do dinheiro do REDD+. Diferentemente de uma linha de base, um projeto de REDD+ nunca é definido pelo passado. Enquanto se imagina que os povos da floresta estejam limitados pelo destino estatístico, os financiadores do REDD+ não estão.

REDD+ sem colonialismo é tão inconcebível quanto o extrativismo sem colonialismo.

Sem essa ficção dicotômica, os projetos de REDD+ nunca poderiam ser definidos como “adicionais” (fazendo a diferença). Os “resultados” que o dinheiro do REDD+ proporciona nunca poderiam ser calculados, e as licenças para poluição de carbono nunca poderiam ser concedidas.

Os consultores de REDD+ – e as empresas e os governos para os quais eles trabalham – certamente ficariam muito ofendidos se os contabilistas do carbono tentassem prever seu comportamento futuro relacionado ao carbono com base em seus sombrios registros anteriores, e depois o reduzissem a um número único. Dos povos da floresta, no entanto, espera-se que fiquem parados enquanto os contabilistas lhes ditam qual será o destino inevitável de seus territórios se eles não aceitarem projetos de REDD+.

Por tanto, em muitos aspectos, a contabilidade do carbono de REDD+ é apenas mais um exercício de escrita da história colonialista. Ao tratar falsamente os moradores da floresta como pessoas presas ao passado, os contabilistas apagam partes inconvenientes de seus próprios registros. REDD+ sem colonialismo é tão inconcebível quanto o extrativismo sem colonialismo.

Seguindo em frente com as críticas ao REDD+

Resumindo, o **racismo** da **contabilidade de carbono** do REDD+ é muito mais profundo do que apenas o fato de os contabilistas geralmente terem pele branca (embora a tenham). A verdadeira questão é que a **contabilidade de carbono** do REDD+ é colonialista, mesmo quando usada por pessoas de pele negra, marrom, amarela ou vermelha. E quanto melhor o REDD+ faz seu trabalho técnico de mostrar que seu dinheiro faz a diferença, mais colonialista ele se torna.

Ironicamente, isso acontece mesmo quando o REDD+ tenta tratar Povos Indígenas e pequenos agricultores como partes ativas na preservação das florestas, em vez de invasores irresponsáveis. O REDD+ não tem escolha a não ser assumir que as práticas dos povos da floresta, por melhores que sejam, podem se tornar mensuravelmente mais eficazes com o dinheiro do REDD+. Mas esse dinheiro precisa da contabilidade das moléculas de carbono para quantificar os direitos à poluição que o REDD+ concede à indústria de combustíveis fósseis.

Isso significa que as práticas benéficas dos povos da floresta só podem ser reconhecidas e “ativadas” quando forem registradas, medidas, reconceitualizadas, reorganizadas, certificadas e pagas por instituições tipicamente dominadas pelo Norte – as quais estão contratualmente obrigadas a defender a extração contínua de petróleo, carvão e gás, que é um perigo para tantos outros povos da floresta em todo o mundo.

REDD+ precisa ser eliminado, e não reformado.

Então, mais uma vez, é um “suplemento branco” que faz fluir o dinheiro do REDD+. Não é a organização política entre os próprios povos da floresta, o que,

presume-se sem evidências, nunca pode ser eficaz. Sob o REDD+, os Povos Indígenas e os pequenos agricultores só podem obter reconhecimento por suas práticas florestais – e por sua própria agência – quando são ensinados a tratá-las como meios de fabricar direitos de poluição a baixo custo, para potências dominantes.

É por isso que o REDD+ precisa ser eliminado, e não reformado. Reformas que exijam “linhas de base mais precisas” e “REDD+ indígena” podem levar apenas a um colonialismo mais intenso e a movimentos florestais enfraquecidos. Em um momento em que até mesmo alguns dos defensores mais antigos das **compensações de carbono** estão descobrindo que não podem mais defender a prática³, é hora de os críticos do REDD+ serem ainda mais duros para que a instituição possa ser extinta de uma vez por todas.

Larry Lohmann
The CornerHouse

¹ Eric Wolf, *Europe and the People Without History*, 2010, <https://www.ucpress.edu/book/9780520268180/europe-and-the-people-without-history>

² The 18th Century Common, *Locke’s American Wasteland*, 2018, <https://www.18thcenturycommon.org/lockes-american-wasteland/>

³ REDD/Monitor, *Bloomberg Green: “How the Carbon Offset Market is Slowing the Fight Against Climate Change”*, 2021, <https://redd-monitor.org/2021/04/29/bloomberg-green-how-the-carbon-offset-market-is-slowing-the-fight-against-climate-change/>; and The Conversation, *Climate scientists: concept of net zero is a dangerous trap*, 2021, <https://theconversation.com/climate-scientists-concept-of-net-zero-is-a-dangerous-trap-157368>



“Não é só a apropriação da nossa terra... É a apropriação da nossa identidade”

Entrevista com Tom Goldtooth, Environmental Indigenous Network

Para refletir sobre o que REDD+ significou para os Povos Indígenas e suas lutas, é necessário inserir esse mecanismo em uma reflexão muito mais ampla sobre a história dos Povos Indígenas. Uma história marcada pela resistência à colonização e ao racismo, bem como ao capitalismo e à globalização neoliberal. Nessa perspectiva, a resistência ao REDD+ não é um problema apenas dos Povos Indígenas nas florestas tropicais; ela tem a ver com sua luta global histórica por justiça.

O WRM conversa com Tom Goldtooth, da Rede Ambiental Indígena (*Environmental Indigenous Network, IEN*) dos EUA e membro do Comitê Consultivo do WRM.

WRM: Por favor, apresente-se e explique por que e como você se envolveu com a questão do REDD+, considerando que vem de uma região sem florestas tropicais nem projetos de REDD+.

A questão sempre foi a terra. E isso inclui todos os diferentes recursos e conceitos de como olhar a natureza.

Tom: Eu recebi a tarefa de alguns povos, líderes espirituais e grupos indígenas de base em 1998, quando tivemos uma reunião sobre mudanças climáticas na Environmental Indigenous Network (IEN), que eu estava representando. Acho que é bom as pessoas saberem que o governo dos Estados Unidos reconhece todas as nossas 574 tribos, incluindo os nativos do Alasca, e alguns aspectos de nossa soberania. A IEN é uma organização comunitária de base da qual participamos. Não somos representantes da liderança indígena eleita. Quando uso a palavra *tradicional*, quero dizer formas originais.

Nos séculos XVI e XVII, houve um conflito muito intenso com a chegada dos colonos, os colonizadores europeus. No início, fomos muito simpáticos com os colonos; é a nossa natureza, nós somos assim. Mas depois de um tempo, descobrimos que essas pessoas tinham sua própria agenda: se apropriar das nossas terras. E sempre se reconheceu, no Norte, que com a colonização, sempre vem a Igreja. A Igreja precisa dar a sua bênção à conquista de todo um país, basicamente por colonizadores europeus. O direito internacional da época se baseava nas leis da Europa, mas era ilegal conquistar um continente inteiro sem a bênção da Igreja. Eles diziam que éramos incivilizados. Na verdade, eles diziam que não tínhamos almas, a-l-m-a-s, que éramos menos que humanos. Isso faz parte do processo de colonização. É fundamental compreender um pouco da história dos Povos Indígenas do Norte. Mas ocorreu basicamente o mesmo processo nas terras e territórios da Amazônia e nas florestas tropicais com os Povos originais de lá, Povos Indígenas, habitantes.

Portanto, há uma longa história de colonização e apropriação de terras, a-p-r-o-p-r-i-a-ç-ã-o. A questão sempre foi a terra. E isso inclui todos os diferentes recursos e conceitos de como olhar a natureza. Por exemplo, os colonizadores que vieram para a América do Norte queriam as árvores da Costa Leste para construir suas frotas de navios. Essas frotas eram operadas como negócios do Estado, de pessoas físicas ou de empresas. E muita gente não sabe que, ao longo de centenas de milhares de anos, eles devastaram suas próprias florestas na Europa. Então, eles estavam procurando mais madeira para seus navios e outros produtos. Os espanhóis procuravam minérios, por exemplo, e os holandeses tinham seus próprios interesses, mas tudo baseado no colonialismo.

Portanto, com isso em mente, nossa Organização (IEN) recebeu a responsabilidade de começar a trabalhar com as mudanças climáticas em 1998. Buenos Aires foi minha primeira reunião climática da ONU, e havia apenas cinco Povos Indígenas presentes. Eu não estava familiarizado com as questões relacionadas aos mecanismos de **compensação de carbono**, mas à medida que continuei participando dessas reuniões, logo ouvi falar do comércio de emissões e soube mais sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), e isso me interessou, porque a IEN não se limita aos Estados Unidos ou o Canadá. Na formação da nossa Rede, em 1990, tivemos a participação de Povos Indígenas do Sul global, principalmente no que diz respeito à proteção da biodiversidade. Aqueles foram os anos iniciais de

formação da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) da ONU. Naqueles primeiros anos da década de 1990, a maioria das questões importantes estava relacionada a produtos químicos tóxicos em torno de aterros sanitários, lixões tóxicos e despejo de lixo nuclear em terras indígenas. Mas, à medida que continuamos, começamos a identificar a terminologia de injustiça ambiental e **racismo ambiental**, o que ampliou o diálogo com nossas 574 tribos e além, com nosso povo no chamado Canadá.

Essas terminologias criaram um de nossos marcos para abordar as questões de desigualdade que estávamos enfrentando diante do governo dos Estados Unidos. Estávamos tratando de como manter nossos ecossistemas saudáveis, mas eles só enxergavam os chamados *recursos*. Os povos indígenas que foram e são praticantes do conhecimento indígena, dos modos de vida indígenas, sempre nos aconselharam a não olhar a natureza como recursos naturais e a não considerá-la como um recurso. Assim, fomos orientados pelos que detêm conhecimentos tradicionais, que sempre disseram que não devemos participar da visão colonialista, que enxerga a natureza de uma perspectiva capitalista ou monetária. Nossa Rede foi formada por esse tipo de representantes comunitários de nossas tribos, membros que ainda são portadores de nosso conhecimento tradicional indígena, das nossas instruções originais, que nos foram dadas desde o início dos tempos.

De muitas maneiras, as lutas contra essa globalização econômica e contra os mercados de carbono são a mesma luta.

Como tivemos a participação de Povos Indígenas da América Latina, da África e das Filipinas na formação da IEN, sempre nos colocamos em uma posição de que também é necessário investigar quais são os problemas deles. Queremos enfrentar problemas que possam desrespeitar os direitos humanos dos irmãos e irmãs do Sul global. É por isso que eu aceitei o convite para ir a Durban [participar da reunião climática da ONU]. Comecei a ver que os planos de mitigação estavam se fundindo em nível da ONU, e que eles falavam como se esses planos dos mercados de carbono fossem salvar a Mãe Terra, salvar o nosso povo, e nos levar a um nível onde não precisássemos nos preocupar com o aquecimento global, com as mudanças no clima. Eu sempre agi com cautela em relação ao governo federal aqui nos Estados Unidos, mas tenho ainda mais cautela com as reuniões da ONU em que trazem governos, mas também o Banco Mundial, grandes ONGs e grandes empresas. Soam todos os meus alertas. Foi nessas reuniões da ONU que eu ouvi falar de Kyoto e alguns dos debates em torno das florestas, e que havia uma luta para evitar que se transformassem em um esquema de **compensação**. Eu aprendi como o MDL se tornou o maior esquema de **compensação** do mundo e, mais tarde, todas essas coisas se juntaram, incluindo as florestas como sumidouros de carbono. Isso realmente passou a ser uma preocupação para mim.

Eu venho de uma região florestada aqui nos Grandes Lagos, ao longo da fronteira dos Estados Unidos e do Canadá. Estou cercado por florestas. Eu entendo a relação com as árvores. As árvores têm espírito. De acordo com nosso conhecimento tradicional, nós entendemos como as árvores respiram, então eu entendo o conceito de carbono. Mas eu logo aprendi que as pessoas que vivem nas florestas do Sul global

estão realmente correndo um risco enorme, e que haveria problemas graves, como concentração de terras, se a floresta fosse incluída não apenas nesses sumidouros de carbono, mas também como um MDL. E eu tive que conhecer uma nova terminologia, como os conceitos de florestamento e reflorestamento, e como eles poderiam ser considerados como metodologia no MDL. Mas chamá-los diretamente de crédito de carbono florestal foi algo em torno do qual começamos a nos organizar, mas depois de um tempo veio o RED, com um D, que se tornou REDD, e depois, REDD+.

Assim como o MDL, o REDD+ foi lançado pelo Banco Mundial. Comecei a observar os mecanismos financeiros que sustentavam essa falsa solução, as instituições de fomento. E foi aí que eu comecei a fazer a ligação com a forma como nós, a IEN, podemos ajudar a apoiar os direitos de nossos irmãos e irmãs indígenas do Sul global, em áreas florestadas. Porque nós também estávamos nos envolvendo, desde 1996, com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD). E na ida à CDB é que essas questões preocupantes começaram a fazer sentido, e fomos entendendo o papel do Banco Mundial e das instituições de desenvolvimento. Eles estão por trás de algo que conhecemos muito aqui no Norte: a globalização neoliberal que começou a mostrar sua cara feia. Eu me lembro de que usamos esse termo, globalização econômica, e sua ligação com o capitalismo.

Naquela época, parte da IEN também estava construindo alianças com outras pessoas não brancas marginalizadas aqui nos Estados Unidos, e trabalhando e estabelecendo redes globais com organizações que estão lutando contra o capitalismo, lutando contra a globalização econômica. Então, tudo começou fazer sentido para nós, e começamos a nos envolver mais, e tentar acabar com o REDD+ se tornou um símbolo da nossa resistência. De muitas maneiras, as lutas contra essa globalização econômica e contra os mercados de carbono são a mesma luta. Eu gosto de enfatizar isso. E se para nós, os mercados de carbono fazem parte da continuidade da colonização, não foi uma surpresa que durante a reunião climática da ONU em 2007, em Bali, o Banco Mundial, a ONU e o paradigma de desenvolvimento tenham encontrado uma maneira de contornar as compensações florestais, expressas em uma sigla e uma linguagem estranhas, como o REDD+. Acho que foi para criar confusão e conflito, com muita desinformação climática.

O REDD+ é apenas uma continuação da mesma lógica colonial, capitalista e patriarcal que levou este planeta à beira da violência e da destruição.

É claro que as organizações de conservação, como o WWF, estavam por trás disso, e já começamos a ser considerados os vilões da história. Mesmo naquela época, as ONGs tentavam encontrar Povos Indígenas favoráveis, que trabalhassem com elas, e tentavam nos colocar uns contra os outros, não só aqui nas Américas, mas também no Sudeste da Ásia, na Indonésia e em um encontro da ONU sobre o clima, em Bali. Não me surpreendeu que as ONGs conservacionistas que estavam por trás disso comessem a agir como “verificadoras independentes”, e que isso tenha começado a mostrar que elas iriam ganhar dinheiro com o REDD+. E elas têm ganhado dinheiro: Conservation International (CI), WWF, Environmental Defense

Fund (EDF) e outras com sede aqui em Washington construíram suas organizações nas últimas décadas para estabelecer compensações de carbono e verificar esses programas falsos. Essa é a minha resposta à sua pergunta.

WRM: Você disse que o REDD+ se tornou um símbolo em sua luta de resistência mais ampla. O que faz você afirmar isso?

Eu mencionei o colonialismo, a colonização. Esses programas de colonização, como o REDD+, estão baseados na lógica do desenvolvimento. São construídos com base no princípio de que os países do Sul global podem seguir o exemplo ocidental de expansão capitalista e ser retirados da pobreza. Mas, como membro de Povos Indígenas do Norte, eu sei que isso não é verdade. Sabemos que essa é a mentira contada desde a Segunda Guerra Mundial. Então, eu acho que foi benéfico para mim, que venho do ventre da besta, dos Estados Unidos, poder entender esse vínculo com a colonização, com a lógica colonialista do desenvolvimento.

Os impactos sobre os povos indígenas são profundos e complexos. O REDD+ é apenas uma continuação da mesma lógica colonial, capitalista e patriarcal que levou este planeta à beira da violência e da destruição. É quase impossível dizer quais foram os impactos do REDD+ nos últimos 15 anos porque ele faz parte de um sistema que remonta a mais de 500 anos. Do meu ponto de vista, no Norte, isso traz à tona aquele trauma histórico que vem com o que aconteceu desde a colonização das nossas terras no Norte. Não se trata apenas da apropriação da terra, das nossas árvores e da nossa água, das nossas montanhas e dos nossos campos, mas da apropriação de nossa identidade. É a substituição de nossas cerimônias tradicionais indígenas pelo cristianismo; é se apropriar da nossa linguagem. Isso vem literalmente com o estupro das nossas crianças, o trauma histórico que está documentado no Canadá, nos colégios internos fundados pela Igreja. Essa é uma questão séria. Se compararmos 15 anos de uma iniciativa global que tem um grande impacto nas vidas e no futuro de nossos Povos Indígenas das florestas tropicais, não é diferente dos últimos 500 anos para nós.

Estou preocupado com a forma como esses mecanismos de mercado de carbono que prometem compartilhar os benefícios estão resultando na divisão de nossos Povos Indígenas, e isso dói profundamente, porque impacta nossa solidariedade nacional, regional e global, e a forma como trabalhamos juntos. Muitos de nós trabalharam durante 19 anos na elaboração da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que não foi fácil de fazer, e depois vemos iniciativas como o REDD+ se tornando ferramentas de divisão, uma estratégia de dividir para conquistar. Mas, novamente, esses não são impactos novos, há um histórico desse tipo de tática sendo usado por governos coloniais e seus agentes, as grandes empresas. Esse nível de racismo não é novo. Os Povos Indígenas têm as respostas para as mudanças climáticas. Mas se estivermos sendo divididos, não seremos capazes de liderar o rumo que o mundo precisa. As pessoas que promovem o REDD+ estão realmente causando a crise climática, nesse sentido. Elas têm muito a responder.

WRM: Em resposta às críticas e aos impactos, os defensores do REDD+ criaram as salvaguardas, de Cancún, melhores práticas, padrões de certificação, REDD+

participativo e assim por diante, argumentando que isso pode prevenir violações de direitos humanos. Qual é a sua opinião?

Esses são mecanismos de certificação de roubo de terras

Eu considero as **salvaguardas** como cortinas de fumaça usadas para nos silenciar, para silenciar nossos irmãos e irmãs indígenas. Para fazer parecer que vão assumir a responsabilidade. Eles criam **salvaguardas** para confundir e desviar a narrativa da destruição, da violência que vem com essa destruição, pela qual eles são responsáveis. Eles não dizem às pessoas na Amazônia que o dinheiro vem de empresas poluidoras. Não dizem a elas que em algum lugar distante pode haver uma refinaria, uma cidade de refinarias, que continuam emitindo substâncias químicas tóxicas e gases de efeito estufa que estão causando contaminação e doenças respiratórias para as comunidades locais onde essas refinarias de petróleo estão localizadas, matando pessoas. Eles não vão contar a elas sobre todos os impactos da violência e da destruição pelos quais o REDD+ é responsável.

Eu falei com alguns povos indígenas depois de organizações como a EDF ou a Conservation International (CI) fazerem workshops e perguntei: “Eles contaram a vocês de onde vem o dinheiro?” E a resposta foi: “Não, acho que vem do Banco Mundial”. E eu disse: “Não, vem da Chevron”, porque naquele caso era a Chevron. E eles ficaram surpresos, chocados. “Gazprom”, “Como?”, disseram. Então é assim que funciona. E eu também disse a eles: “vocês sabiam que existem povos indígenas, negros, brancos pobres, mexicanos que falam espanhol, que vivem perto da refinaria de petróleo em Richmond, Califórnia, na região de São Francisco, que estão morrendo de doenças respiratórias decorrentes das emissões dessas refinarias? E essas empresas estão dizendo às pessoas que se tornaram neutras em carbono. Elas estão dizendo às pessoas que estão investindo seu dinheiro na floresta amazônica para proteger as pessoas”.

No Norte, eu tive que explicar essa lavagem verde. As pessoas das florestas não entendem como isso funciona, mas sentem que estão sendo violadas, que estão sendo convencidas de que é bom aceitar dinheiro que vem do REDD+. É por isso que a única discussão sobre **salvaguardas** confunde e desvia a narrativa, afastando da violência e da destruição pelas quais esses cowboys do carbono são responsáveis e dos governos que estão promovendo isso. Muitas pessoas em organizações de conservação acreditam que o REDD+ pode funcionar. Elas estão confusas e não enxergam como o REDD+ e outros programas de **compensação** são racistas. Eu disse a elas que esses são mecanismos de certificação de roubo de terras, e elas não gostam que eu fale assim, sobre Certificação de Roubo de Terras. **Salvaguardas** para justificar mais combustíveis fósseis e poluição? É simplesmente uma loucura. Melhores Práticas? Para quê? Expropriação? É ridículo.

O multimilionário Jeff Bezos criou o Jeff Bezos Earth Fund. Ele investiu 100 milhões de dólares logo após a reunião climática da ONU em Bali, para financiar WWF, Environmental Defense Fund, CI e TNC. Por trás desse financiamento está a agenda para ajudar a impulsionar a **compensação** e os programas de conservação, captura e armazenamento de carbono. São 400 milhões de dólares no bolso de organizações que promovem essa agenda! A IEN e outras organizações ainda estão tentando

montar campanhas para combater isso.

Continuará havendo violações dos direitos humanos, despejos. Quem responsabilizará o Presidente da República Democrática do Congo? Quem responsabilizará o presidente do Brasil? Eles querem apagar a história dos povos indígenas originais de seus países. Eles querem reescrever a história. Eles querem ignorar que os primeiros povos têm direitos inerentes. É disso que eles têm medo.

WRM: Algumas organizações indígenas têm trabalhado ativamente com o REDD+, resultando em propostas como “REDD+ Indígena” e campanhas como “Sem direitos, não há REDD”. Olhando retrospectivamente, você acha que é possível conciliar os direitos e os valores fundamentais defendidos pelos Povos Indígenas com o que REDD+ representa?

Pode-se dizer que toda essa história que eu tenho de trabalho com o REDD+ nos afetou. Sempre foi um problema que agora cobra seu preço. Eu fui convidado para o Fórum Social Mundial em Belém, no Brasil, em 2009. Uma pessoa me convidou para uma reunião com Povos Indígenas para explicar, da minha perspectiva, as preocupações e questões que temos em relação à implementação do REDD+. Quando eu apareci, Steve Schwartzmann, do EDF, me viu e perguntou: “Por que ele está aqui?” Ele já teve conflitos comigo. Foi nessa época que as ONGs começaram a tentar se aproximar dos nossos Povos Indígenas. O EDF tinha muito dinheiro e obteve o favoritismo de muitas lideranças da Amazônia, inclusive da COICA. (1) Então a COICA começou a trabalhar com as ONGs e desenvolveu o conceito de “REDD+ Indígena”.

Mas o caminho foi longo. Tenho uma longa história de trabalho nisso, e havia uma estratégia em Bangkok, na Tailândia, quando aconteceu uma reunião climática da ONU lá, e traçamos estratégias [sobre direitos e REDD]. Eu não achava naquela época, e ainda não acho, que os governos onde há comunidades, Povos Indígenas, que vivem na floresta, concederão direitos a esses Povos, ou seja, direitos à terra, títulos de suas terras e, na Amazônia, também os direitos de superfície. Mas, olhando retrospectivamente, acho que eu cometi um erro, porque havia uma estratégia na reunião da ONU na Tailândia, com o pessoal do sudeste asiático que tentava fazer o REDD+ funcionar, junto com outros delegados indígenas da Amazônia, a COICA, e nós elaboramos uma estratégia de protesto naquela reunião da ONU usando o slogan “Sem direitos não há REDD”, o que chamou alguma atenção. Até hoje, existem alguns debates sobre aquela estratégia. Era uma boa estratégia? Levantou a questão: há possibilidade no Peru, ou mesmo na Colômbia ou no Brasil, de conceder direitos aos Povos Indígenas? Direitos à terra em áreas florestais? Eu acho que não há. E essa estratégia está por trás da abordagem do “REDD+ Indígena”.

Eu tenho conversado com alguns povos indígenas sobre a questão: Como você pode conciliar com seus costumes indígenas, sua cosmovisão, sua espiritualidade, como você pode conciliar e participar de um sistema de mercado capitalista branco? Mesmo que consiga implementar uma iniciativa de REDD+ de base indígena, você ainda terá que participar da mercantilização e da privatização de suas florestas e do carbono de suas árvores. Não é o governo que está fazendo isso, nem entidades externas; vocês estão fazendo isso agora como povos indígenas. Parece muito

contraditório quando nossos irmãos e irmãs indígenas da Amazônia estão lutando contra as concessões de petróleo e, em um projeto qualquer de REDD+ indígena, eles descobrem que o financiamento vem da Chevron e de outras poluidoras. É possível conciliar isso? Eu ainda faço essa pergunta. Eu não sei como eles conseguem conciliar. Isso significa que eles deixaram de lado esse conhecimento espiritual indígena para participar do capitalismo climático.

Quando eu aprofundo essa questão com pessoas de base na Amazônia, lá nas aldeias remotas, elas entendem; não é complicado. Elas geralmente não apoiam isso. E nos últimos anos, elas começaram a questionar as alianças indígenas da Amazônia que atuam como intermediárias e corretoras de projetos de REDD+. A questão é muito política na Amazônia, e também lá de onde eu venho, no Norte. No caso da IEN, eu sempre valorizo mecanismos reais que garantam uma participação significativa, e para essas questões complicadas de mercados de carbono e regimes de **compensação**, os princípios do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) devem ser verdadeiramente implementados. As informações completas sobre todos os aspectos desses esquemas de REDD+, e agora as chamadas “Soluções baseadas na natureza”, são fundamentais nessas relações políticas complexas que existem na Amazônia. É uma estrutura política complexa. O cacique Ninawa Huni Kui, do Acre, tem sua perspectiva e sua posição, e há grupos que tentam dividir seu povo com relação a esse assunto. O mesmo aconteceu com Marlon Santi, dos Sarayako, no Equador, quando começou a falar sobre isso. Até mesmo Gloria Ushigua, dos Sápára, da Amazônia, no Equador, tem diferenças com seus parentes em sua aldeia, que são favoráveis a trazer um projeto de REDD+ para a região. Ter informações é muito importante. O princípio de implementação do CLPI é muito importante. Os Povos Indígenas e as comunidades que dependem da floresta devem ter um entendimento completo e profundo das complexidades dos projetos de REDD+ e como eles fazem com que as indústrias poluidoras, na verdade, sejam donas do carbono nas florestas. Eu estou realmente preocupado, e rezo para que não haja derramamento de sangue nas aldeias por causa dessas questões.

WRM: Quais são os principais desafios enfrentados pelos Povos Indígenas com o novo impulso pelo REDD+, sob um nome de boa sonoridade: “Soluções baseadas na natureza”?

Eu venho pensando sobre isso e temos considerado como soluções falsas. Nosso desafio é: como podemos transmitir a ideia de que essa é uma espécie de última fronteira da colonização, que está sistematicamente assumindo o controle da Mãe Terra por meio da privatização e da mercantilização? Esse processo global está fazendo isso com mecanismos que separam e quantificam os ciclos e as funções da Mãe Terra, como carbono e biodiversidade, e os transforma em “unidades” a serem vendidas em mercados financeiros e especulativos.

Como podemos transmitir isso e desenvolver materiais de educação popular para ligar os pontos das estruturas de uma economia fóssil e a financeirização da natureza, que não tem qualquer respeito pelos direitos humanos e pelos direitos dos povos indígenas? Como construímos nosso movimento de resistência para que seja entendido pelos ativistas contra os oleodutos, os combatentes do petróleo e os

defensores da terra das comunidades que resistem a estes projetos?

Os instrumentos dos governos dos países colonizados giram em torno dos direitos de propriedade. Portanto, as “Soluções baseadas na natureza” são compensações. Grandes empresas poluidoras fornecem o dinheiro para colocar terras como compensações, como compensações de conservação e, no final das contas, são as grandes empresas que possuem essas terras que foram separadas para este fim. Essa é a ideia por trás do plano 30 x 30 [cobrir 30% do território mundial com **áreas protegidas** até 2030]. Portanto, a mudança da marca REDD+ para “Soluções baseadas na natureza” é perigosa neste momento.

Morando aqui nos Estados Unidos, no ventre da besta, nós estamos testemunhando um grande impulso nesse sentido, em todo o mundo. Há um projeto de lei, uma legislação agora, chamada de “Lei de soluções climáticas crescentes”, que dá autoridade ao Departamento (Ministério) de Agricultura para criar um sistema de registro de **compensação de carbono** on-line que ajudará os agricultores a entrar no mercado voluntário de **compensação**. Então o REDD+ também está nessa situação. Mas ele também é encontrado em outros lugares, dentro dos sistemas de precificação de carbono, como na Colômbia. A grande questão agora é como vamos parar essa matriz que permite esses oleodutos e gasodutos. Esses programas, como a precificação do carbono, estão ficando cada vez mais complexos. São impostos com REDD+, bancos de carbono, títulos verdes, e assim por diante.

Todas essas compensações baseadas na terra estão sendo consideradas favoráveis à natureza. Como se pode argumentar contra algo que protege a natureza? Isso é o que as pessoas me perguntam. Estamos preocupados porque estamos perdendo a batalha, estamos perdendo a batalha aqui em Washington, com as falsas soluções que Biden defende, porque ele é neoliberal. E tudo isso tem a ver com capitalismo e colonialismo. E alguns dos grupos ambientalistas dizem: “Bom, não force a barra aqui, temos que trabalhar com o Biden”. Mas não podemos, continuamos atuando, com muitas campanhas educativas.

Além disso, existem as promessas de “**emissão líquida zero**” por parte de muitas empresas. E é importante vincular as questões e também falar sobre isso. Sob o guarda-chuva da “**emissão líquida zero**”, eles estão adotando duas abordagens. Eles vão comprar compensações terrestres que são chamadas de “Soluções baseadas na natureza” ou usar a captura e o armazenamento de carbono. Ambas as abordagens prolongam e sustentam a indústria de combustíveis fósseis. Isso não permite que as políticas dos Estados Unidos e do Canadá, da Europa e de outros países que têm combustíveis fósseis se afastem desses combustíveis. Não permite que eles os mantenham no solo, e sim que continuem lucrando com seus negócios, como se nada estivesse acontecendo. Então vamos continuar tendo oleodutos, vamos continuar tendo tráfego de petroleiros, vamos continuar tendo transporte de energia suja, de combustíveis fósseis, a não ser que chegarmos ao cerne da matriz, dos problemas: as “Soluções baseadas na natureza”, que é a privatização final da Mãe Terra da Natureza.

Manifestação contra as falsas soluções do
Capitalismo Verde em Xapuri (Acre),
Brasil, 2018.



10 anos do REDD+ no Acre e seus impactos sobre mulheres indígenas e extrativistas ¹

Durante anos, os defensores do REDD+, como o WWF e o Banco Mundial, propagandearam o programa de REDD+ do estado do Acre, na Amazônia brasileira, como um modelo para o mundo. O WRM conversou com Letícia Yawanawa, liderança indígena do Acre, e Dercy Teles de Carvalho, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e defensora dos extrativistas, sobre como o REDD+ afetou a vida das mulheres em comunidades que dependem das florestas.

O programa REDD+ no estado do Acre na Amazônia brasileira tem sido usado como modelo para o mundo durante muitos anos por promotores do REDD+ como WWF e Banco Mundial. Mas em todas as avaliações feitas deste programa, pouco se fala dos impactos que o REDD+ tem causada na vida das mulheres em comunidades que dependem das florestas. O WRM conversou com a Letícia Yawanawa, uma

liderança indígena do Acre, e Dercy Teles de Carvalho, ex-presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais em Xapuri, defensora das populações *extrativistas*.

O Acre é um estado na Amazônia brasileira com mais de 80% do seu território coberto de floresta. A história do processo de **mercantilização da natureza** no Acre começou com a chegada ao poder do governo do estado, em 1999, do Partido dos Trabalhadores. Este governo que se autodenominou ‘governo da floresta’ adotou um discurso de que era possível iniciar um novo ciclo de negócios no território Acreano, mantendo a ‘floresta em pé’, e inserir o estado na era do chamado ‘capitalismo verde’.

Um marco neste processo aconteceu em 2010 com a lei estadual SISA, criando o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais. Esta lei viabilizou o primeiro programa REDD+ jurisdicional do mundo, abrangendo todo o território do estado². Em 2012, o governo alemão através de seu banco público KfW e seu programa REM (*REDD Early Movers*) recompensou o governo Acreano por ter criado esta Lei e pela redução do desmatamento no Acre na década anterior num período que o REDD+ nem existia. Em seguida, o KfW repassou 16 milhões de euros (mais de US 18.5 milhões de dólares) durante 4 anos, seguido por outros repasses milionários.

A WWF, que estava entre as ONGs internacionais que ajudaram a elaborar a lei SISA, tem chamado o programa REDD+ do governo do Acre “uma iniciativa inédita e pioneira”³. O programa recebeu um forte apoio também do Banco Mundial, que facilitou ao longo dos anos a visita de pessoas de ONGs e governos de outros países do Sul global ao Acre, considerado grande exemplo do REDD+ no mundo.

O WRM conversou com a Letícia Yawanawá, na língua indígena Atai Yawanawá. Ela atua no movimento indígena desde 1996 e atualmente é conselheira da organização das mulheres indígenas SITOAKORE - Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul da Amazônia e Noroeste de Rondônia. Ela ficou por dois mandatos na frente da organização. Letícia também faz parte do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas (CONAMI). O WRM também conversou com Dercy Teles de Carvalho, que nasceu em Xapuri, Acre, e vive na “colocação”⁴ pimenteira, seringal Boa Vista. Em 1981, foi eleita primeira presidenta mulher no Acre do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, e uma das primeiras no Brasil. Antecedeu Chico Mendes, que foi eleito no final de 1982.

WRM: Como você avalia estes 10 anos do REDD+ no Acre para os Povos Indígenas, um programa que sempre disse que os Povos Indígenas seriam uma das prioridades?

Letícia: Faço uma avaliação muito negativa. Eu fiquei quase 6 anos como conselheira do SISA. Quando a coordenadora do REM/SISA chegava das COPs (Conferências do Clima da ONU), dizia que muitos indígenas seriam beneficiados. Daí eu começava a observar quais são os benefícios que os Povos Indígenas tinham. O que me lembro quando era coordenadora da SITOAKORE e andava muito nas terras indígenas na época, não vi nenhuma comunidade que tem um benefício desse programa REDD+. Além disso, a gente ainda tem terra para ser demarcada aqui e que nunca foi apoiado, é ainda uma luta a demarcação das terras.

Agora, o que eu via na cidade, no governo, é que eles tinham uns setores bonitos,

bem equipados, com muitos técnicos, vindas de outros lugares que ganham do SISA. Mas eu não vi um índio trabalhando lá dentro, nem mulheres, nem homens. Porque não dá para dizer que os índios não têm capacidade, tem várias indígenas parentes formadas também que poderiam estar trabalhando, mas a gente via, vê até hoje, só os técnicos.

Como conselheira do SISA no passado, eu falei que os recursos que vinham para os Povos Indígenas, eles teriam que ser um recurso que tivessem um resultado, que ficasse na aldeia, que ficasse por bem da comunidade. Entrar no escritório do SISA era muito bonito, mas os Povos Indígenas sequer tem uma estrutura de referência para os Povos Indígenas, nem para mulheres, nem para homens. Eu falava, e muitas vezes as pessoas me olhavam dizendo que ela só vem para criticar. Há outras parentes que vinham para uma reunião do SISA, que ganhavam diária e que não podiam falar nada não.

Eu nunca fui bem visto pelo governo. Eles obrigaram chamar a nossa organização porque nos era uma organização de mulheres que é todo legalizado, que é o que eles pedem. Então não tinha como não nos convidar, porque também éramos uma organização de representatividade de três estados, do Acre inteiro, do Sul da Amazônia que é a Boca do Acre e do Noroeste da Rondônia. Enquanto o SISA se apresentava dizendo que estava trabalhando com 20-30 associações, eu digo: mentira! Porque a maioria não existe mais. Hoje você vê outras [associações] ONGs que tomava conta destes recursos, a própria CPI (Comissão Pró Índio), AMAIAC (Associação do Movimento de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre).

WRM: O programa REDD+ provocou uma mudança na organização dos povos, criando mais associações para que o governo pudesse distribuir recursos. Você já disse que não viu mudanças, que o dinheiro do REDD tampouco ajudou a demarcação das terras indígenas. Como tudo isso afetou as mulheres indígenas nas comunidades?

Letícia: Como coordenadora da organização de mulheres, eu disse que nós mulheres indígenas não era abelha não, nem formiga, para viver de cheiro. Nós vivemos de ação concreta, por mais que seja pouco. Teve uma reunião onde estavam vários países num hotel aqui muito luxuoso. Estavam autoridades de vários países. Mas não me convidaram porque eles não queriam que eu aparecesse para falar a verdade.

Mas eu cheguei nessa reunião. Esperei tudo mundo falar. Tinha muitas pessoas olhando para mim com muita preocupação porque sabiam que eu ia falar. Aí eu pedi a palavra, porque eu era conselheira do REM/SISA, eu era titular. Estávamos quatro mulheres, eu disse: olha mulheres, eu vou falar. Eu não costumo mentir, não costumo falar coisas que não é certo. Falaram de vários orçamentos, de milhões e milhões. Aí eu falei: aonde estão os milhões, nós mulheres, aonde estamos incluídos nestes milhões? Tudo mundo olhou assustado. Eu disse: onde é que nós estamos? Nós estamos esquecidos no meio da floresta com este programa do REM, que é o mesmo programa do REDD. A moça que é da Alemanha, Christina, ela me ouviu, ela disse: dona Letícia, eu preciso falar com você. Esperei e quando ela saiu ela já nem ligou mais. Ela já nem mais olhou para mim. Aí escrevi a carta para me sair do conselho.

Então não vejo um bom resultado, nós mulheres não fomos incluídos, se tiver o pessoal da CPI, se tiver a nossa parente Francisca Arara, ela é o representante do governo, mas não das mulheres indígenas das aldeias. Porque uma associação indígena que tem uma mulher eleita pela aldeia, é uma outra coisa, que fique claro isso. Não estou esculhambando, estou falando a verdade. As mulheres não têm participação. Se tiver mulher que vai para outro país, são representantes do governo, é outra coisa. Mas as mulheres indígenas do Acre não têm participação.

E como o REDD tem afetado as mulheres extrativistas dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes ao longo destes 10 anos, onde foram implementados vários projetos do REDD+ para supostamente beneficiar as famílias e as mulheres, por exemplo, a 'bolsa verde', um projeto de 'floresta plantado' e o manejo florestal que é o chamado corte seletivo de madeira?

Dercy: Em 2010 quando o governo do Acre assumiu a política do REDD+, decretou o 'fogo zero' e veio com a 'bolsa verde'. Era um pago trimestral em compensação pelo fato que o povo não podia mais abrir uma roça na floresta o que é um prejuízo cultural irrecuperável, porque as mulheres tanto as indígenas como as mulheres das populações tradicionais *extrativistas*, sempre foram quem trabalhavam na roça. Com essa proibição a partir de 2010, deixaram de produzir. E a comida é uma das coisas fundamentais na vida, sem comida ninguém consegue viver e ser feliz. As mulheres plantavam legumes, e vendiam. Hoje as pessoas dependem de comprar comida, arroz polido que vem de outro estado, do Mato Grosso. A 'bolsa verde' é uma esmola, não sei se já aumentou o valor, mas era 100 reais [menos de US 19 dólares] por mês. E neste momento, o ICMBio⁵ está distribuindo sacolões de produtos industrializados dentro da Reserva. Então, é uma coisa que afeta a vida das mulheres profundamente porque ela também deixa de passar para os filhos essa cultura, de se produzir aquilo que consome, sem agrotóxicos, de qualidade, na própria comunidade.

Em relação ao projeto de 'floresta plantada', também chamado de 'sistema agroflorestal', conversei com uma mulher que fez parte deste programa e ela reclamou muito. Primeiro em relação ao volume de trabalho que é acrescentado na vida da família. Segundo, porque enquanto recebiam as mudas preparadas para plantar, não tinham nenhum apoio para realizar o trabalho, como uma roçadeira e combustível, isso para manter o sistema agroflorestal de acordo como eles queriam. E a família era cobrada constantemente sobre essa manutenção pelo presidente da associação que estava a frente deste projeto e visitava periodicamente para verificar se estava dentro dos padrões que estava colocado no projeto. Ela disse que a vida dela se transformou num inferno. Outro problema era que as mudas só eram oferecidas fora da época chuvosa, porque tinha que ter sido nessa época para as plantas se afirmar na época seca. Por isso, a maioria das plantas não se sustentaram porque as pessoas não tinham condições de irrigar. Concluindo, só deu certo para 5 pessoas, e essas 5 pessoas todas estavam ligados ao governo, ou seja, elas não botavam a mão na massa. Elas pagavam alguém para fazer o trabalho. Por isso deu certo para eles.

Sobre o 'manejo florestal', isso na verdade não teve nada de sustentabilidade, pelo contrário, abriu precedentes para que as próprias comunidades destruíssem a floresta. Porque o governo, nestes 20 anos que governou o Acre com este discurso do

desenvolvimento sustentável, ele não implementou nenhuma política que garantisse a sustentabilidade das famílias. O manejo não deixou recursos que mudasse a vida das famílias, pelo contrário, empobreceu-as. E criou um precedente para as famílias continuarem vendendo madeira independente de ter empresa fazendo manejo ou não, elas estão vendendo para os grandes criadores [de gado] cercar seus pastos. E a gente sabe que isso vai causar só o empobrecimento da população, especialmente as mulheres, que vão terminar nas periferias das cidades, passando necessidades, vendo as filhas que ainda têm se prostituírem, entrarem nas facções [ligados ao tráfico de drogas].

Isso é um dado muito complicado porque a gente sabe que antes as mulheres conseguiram criar os filhos dentro de um padrão cultural de respeito e de responsabilidade. Hoje a gente vê as meninas de 14-15 anos com criança no braço, há casos de abuso sexual de menores e tem famílias destruídas. Mas fica no anonimato, fica invisível e fica por isso mesmo. Então a entrada dessas agentes externas levou a uma descaracterização profunda do modo de vida, e só deixaram ruína, nada de positiva.

As pessoas não tem como se contrapor porque eles [os promotores do REDD+] usam uma linguagem que ninguém consegue compreender o que eles estão falando.

Tem uma série de outros elementos que contribuíram para uma espécie de naturalização daquilo que está ocorrendo. Por exemplo, o celular mais moderno está dentro da Reserva, nos mais distintos recantos. A televisão também. São elementos que dispersam, impedem que as pessoas reflitam. Outro elemento que também contribui significativamente, são as igrejas evangélicas. Contribuíram com este processo de dispersão das pessoas em relação à realidade e ao futuro.

WRM: Uma das propostas do programa REDD+ é transformar as mulheres indígenas em micro-empendedoras, criar mercados até no exterior para os artesanatos. O que você acha destas iniciativas?

Letícia: Eu andei em várias terras indígenas. Vi que 90% dos artesãos são as mulheres indígenas, que fazem seu artesanato, suas pinturas, para uso e para comercialização. Cria uma auto-sustentabilidade dentro da aldeia. Tem muitas mulheres, viúvas, as vezes mulheres deixadas pelo marido, que estão ali, com seus filhos. Essa mulher ela se ajuda com seus filhos, faz seu artesanato, é com essas mulheres que a gente tinha compromisso de fazer, de ter um espaço para nos receber os artesanatos das mulheres, vender e devolver o dinheiro para as mulheres. Isso foi que nos falamos para eles, era o desejo das mulheres, mas isso não aconteceu.

O artesanato sempre foi para nosso uso e ele tem um valor simbólico e não se faz um artesanato de qualquer jeito. Você está transformando aquela miçanga num desenho que tem um significado para lembrar nossas pinturas quando ainda não tínhamos contato. E sempre quando a gente vende o artesanato, a gente faz uma cerimônia. Aquela pessoa que leva é abençoada. Tem um anel preto que os Apurinã fazem, né? Eles fazem um ritual quando a mulher está com cólica, coisa de mulher

mesmo, coloca isso aí para que ela não tem tanta cólica. Então todo o artesanato para nós ele tem um significado, um valor cultural e espiritual.

WRM: O REDD+ afirma que é um mecanismo para reduzir o desmatamento, mas depois de 10 anos de REDD no Acre o desmatamento está aumentando, ainda mais com Bolsonaro no poder. Como isso tem afetado as terras indígenas e as Reservas Extrativistas Quais os desafios para as mulheres lidar com isso?

Dercy: As mulheres das comunidades tradicionais, elas faziam muitas atividades, inclusive o cipó. Estive recentemente num ramal e percebi que aonde era só floresta e onde eu, no passado, quando era agente de saúde, andava a pé, a floresta desapareceu. Com isso, as mulheres foram prejudicadas, porque elas faziam coisas do cipó e ganhavam dinheiro: as vassouras; os paneiros para colher milho, juntar arroz na roça; cestas para guardar roupas usadas, outras para juntar ovos de galinha porque ficam bem ventilados e isso facilita a durabilidade. Hoje não dá mais fazer isso, não tem mais cipó porque tudo virou pasto.

O desmatamento ele teve uma celeridade violenta nesse período do Bolsonaro no poder, de 2019, 2020, 2021, em função da desvalorização do *extrativismo*. Como o *extrativismo* não sustenta a demanda de consumo que foi colocado com a chegada dos ramais e a energia, as pessoas estão loteando as colocações, e na medida que elas loteiam cada um desmata um tanto de hectares, ou seja, vai se formando uma grande fazenda com muitos donos. Porque um vende 3 hectares, outro vende 5, outro vende 6. Hoje, você sai daqui de Xapuri e você adentra a reserva *extrativista* de um lado para outro pelo ramal, pela estrada.

Sobre todo este processo que veio com o REDD+, minha perspectiva é que a gente consiga reverter esse quadro a partir de um processo educativo que fosse trabalhado junto a essas comunidades, numa linguagem acessível que as pessoas possam compreender. Até porque as pessoas não tem como se contrapor porque eles [os promotores do REDD+] usam uma linguagem que ninguém consegue compreender o que eles estão falando. E quando você não tem informação, você não tem argumento para se contrapor.

【 Nós vamos continuar na nossa terra, com dinheiro ou sem dinheiro, é nossa obrigação como indígena 】

As mulheres, a gente tem que fazer um investimento no campo político mesmo, de inserir as mulheres nesse debate para que elas compreendam esse processo porque nós somos a maioria no Brasil. Então, a gente pode fazer a diferença, a partir do momento que a gente compreenda tudo que está acontecendo, a gravidade deste processo, e a gente se posicionar politicamente.

Letícia: A gente vê isso com muita tristeza. Nossa Samaúma, segundo nossa história, nossa espiritualidade, ela é uma árvore muito grande no meio da floresta, por isso chama que ela é uma mulher, ela é fruta, ela é sombra, ela é a maior de todas. Agora tá pior porque a gente vê madeiras e madeiras cortado, madeira que cresceu por 40 ou 50 anos cortado em alguns minutos, é muito triste a gente ver isso.

A Samaúma se ela fosse uma mulher que falasse, ela estava chorando, ela estava gritando quando seus filhos são levados embora. Com isso, vêm as secas, que afeta o povo das nossas terras porque nossas terras estão cercadas por pessoas que a gente nem conhece. Os animais acabam saindo daquele lugar desmatado, os igarapés – nome na Amazônia brasileira de riacho que desagua num rio – secando, e no final os rios secando. Como mulher, indígena, a gente vê isso com muita tristeza.

Mas nós vamos continuar na nossa terra, com dinheiro ou sem dinheiro, é nossa obrigação como indígena. Com apoio vai ser melhor, e que não vem orçamento só para beneficiar os escritórios do governo na cidade, e que tenha principalmente apoio para as mulheres, as mulheres precisam

1 *Extractivista / Extractivismo*. Não confundir com indústrias extrativistas; no contexto brasileiro, a palavra extrativismo descreve o modo de vida de várias comunidades tradicionais. A coleta de produtos florestais não madeireiros, muitas vezes combinada com a agricultura de subsistência, define o *extractivismo*. A sangria das seringueiras para a extração do látex das árvores que crescem no interior da floresta é um exemplo. O açaí e a castanha-do-pará são outros exemplos de produtos que formam a base das economias extrativistas. O extrativismo costuma ser associado à extração de látex e à Amazônia brasileira. No entanto, existem comunidades extrativistas tradicionais fora da região amazônica, como as quebradeiras de babaçu, que coletam e processam esses frutos.

2 É chamado “REDD+ jurisdicional” quando a implementação não é apenas na terra atribuída a projetos específicos, mas em toda uma jurisdição, como um departamento, uma província, um estado ou um país. Leia mais: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/de-projetos-de-redd-para-redd-jurisdicional-mais-noticias-ruins-para-o-clima-e-as-comunidades/>

3 <https://www.wwf.org.br/?33524/Acre--primeiro-estado-a-realizar-transaes-com-REDD>

4 Denominação dada ao lugar de vida e trabalho dos seringueiros e sua família. Constituída geralmente pela casa de moradia e uma área destinada à pequena agricultura e criação de animais, circundada pelas estradas de seringa. O tamanho médio dessas colocações gira em torno de 300 ha.

5 ICMBio: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, órgão federal governamental, responsável pela gestão das Reservas Extrativistas - RESEX.

El Cerrejon, mina de carvão em La Guajira, Colômbia.
Janeiro de 2017
Foto: Wikimedia



Carvão sangrento por carbono sangrento na Colômbia: ampliação de impostos sobre o carbono com REDD+ ressalta o fracasso na precificação

Os países do Sul global foram “incentivados” a construir seus próprios sistemas de precificação de carbono, o que muitas vezes significou a aprovação de leis e regulamentações que afetam os territórios das comunidades. Este artigo descreve o sistema de precificação de carbono na Colômbia e revela como as mineradoras têm usado o REDD+ para evitar legalmente o pagamento de impostos enquanto alegam “neutralidade de carbono”. A Glencore, uma grande mineradora multinacional que causou poluição, violência e expulsões na Colômbia, recebeu isenção fiscal relacionada ao carbono em função de seu investimento em um programa de compensação que gera apropriação de terras.

Este artigo descreve a forma como violentas corporações produtoras de “carvão sangrento” na Colômbia recebem reduções de impostos por investirem em um programa de **compensação de carbono**, que gera concentração de terras do

outro lado do país, impactando comunidades afrocolombianas e povos indígenas em ambos os lados.

Situadas no nordeste da Colômbia, as maiores minas de carvão a céu aberto do hemisfério ocidental abrangem as regiões de Cesar e La Guajira. Nelas, a extração violenta vem acontecendo há décadas, desde sua instalação, na década de 1980, pela famigerada corporação norte-americana Exxon: o produto é conhecido na região como “carvão sangrento” em função da violência histórica e continuada, associada às grandes mineradoras. Grupos e comunidades que resistem à sua extração enfrentam a violência extrema das forças militares e paramilitares, ameaças de morte, criminalização e intimidação. Historicamente, a maior parte dos 98% do carvão que são exportados foi para a Europa (PAX)¹.

Somando-se à violência nos locais de extração e combustão, as próprias políticas de mitigação das mudanças climáticas criam brechas financeiras e subsídios para as indústrias extrativas. É a precificação do carbono, que permite o uso de compensações em vez de tratar de reduzir a extração de combustíveis fósseis na fonte. As compensações de carbono permitem que as indústrias extrativas continuem poluindo. Durante anos, vimos esse sistema falho equiparando as emissões decorrentes da superprodução de energia a partir de combustíveis fósseis a programas de conservação baseados na terra. A extração de energia de combustíveis fósseis não deve ser confundida nem misturada com a arena muito complexa e historicamente racista do conservacionismo. Nos últimos cinco anos, os sistemas de precificação de carbono proliferaram no Sul global.

Com base em quinze meses de pesquisas na Colômbia, este artigo descreve o sistema de precificação de carbono no país e demonstra como a Glencore, uma grande mineradora multinacional, tem direito a pagar menos impostos se comprar créditos de carbono de projetos de REDD+ enquanto alega “neutralidade de carbono”. Este artigo trata da subsidiária da Glencore, a Prodeco, que atua na região de Cesar, no nordeste do país. No entanto, é importante observar que, no início de 2021, a Glencore passou a ser a única proprietária da mineradora Cerrejón e opera a imensa mina na vizinha região de La Guajira², afetando gravemente as comunidades indígenas Wayúu³.

Precificação de carbono

Na Cúpula de Liderança Climática do Secretário-Geral da ONU, em setembro de 2014, devido aos baixos preços dos **créditos de carbono** naquele momento, 74 países, 23 estados, províncias e cidades, e mais de 1.000 empresas e investidores com mais de 24 trilhões de dólares em ativos se reuniram para discutir uma série de novas iniciativas para “precificar o carbono”. Essa mudança ocorreu apesar das evidências contundentes de que os mercados de carbono não estavam conseguindo reduzir as emissões.

O novo plano de precificação do carbono visava articular sistemas de comércio de emissões, impostos sobre o carbono, REDD+ e outros programas de precificação. Ao mesmo tempo, o objetivo era vincular os preços em escala global, aumentando

a “flexibilidade” dos mercados financeiros para as maiores indústrias poluentes e os governos dos países industrializados mais poderosos do mundo.

Os países do Sul global foram incentivados a construir seus próprios sistemas nacionais de precificação de carbono, no sentido de se preparar para um sistema global de precificação. Isso foi aprofundado por meio dos planos estabelecidos no Artigo 6 do Acordo de Paris. Em 2015, ano em que o Acordo foi adotado na reunião climática da ONU, em Paris, a Colômbia se comprometeu a reduzir as suas emissões em 20% até 2030. Para isso, assumiu compromissos de ampliar **áreas protegidas**, reduzir o desmatamento, proteger os *páramos* (zonas húmidas específicas), aumentar a conservação das bacias hidrográficas e construir um programa para mitigação das alterações climáticas, além de marcos de adaptação. Desde 2015, uma série de leis sobre precificação de carbono também entrou em vigor na Colômbia.

A primeira foi a Lei 1753 (2015), cujo Artigo 175 criou um Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa. A lei inclui o REDD+, a ser regulamentado pelo Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Em 2016, o governo aprovou uma reforma tributária abrangente, que incluía um imposto sobre o carbono (Lei 1819). A lei aplicava um imposto sobre o CO₂, relacionado à combustão de gasolina, querosene, combustível de aviação, diesel e óleos combustíveis, mas curiosamente, não ao carvão. O gás natural também é tributado, mas só para uso na indústria de refino de hidrocarbonetos e petroquímicos, e gás liquefeito de petróleo (GLP), e apenas para venda a usuários industriais. As emissões decorrentes desses combustíveis representam cerca de 27% das emissões totais do país. O imposto foi estabelecido inicialmente em 15 mil pesos (5,5 dólares) por tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e) e aumentará a cada ano, até atingir cerca de 11 dólares por tCO₂e.

Se cumprirem as disposições sobre compensação, as grandes empresas podem alegar ser “neutras em carbono” e evitar a tributação total.

Em 2017, o Decreto 926 incluiu uma disposição sobre “neutralidade de carbono”, permitindo comprar compensações em vez de pagar o imposto sobre o carbono, por meio de verificadores terceirizados. Não é incomum que haja emendas ou decretos relacionados a compensações depois de se estabelecer um imposto inicial sobre o carbono, como aconteceu no México. Vários projetos dão direito a vender **créditos de compensação de carbono** na Colômbia, incluindo projetos de REDD+. Chamando-os de projetos de REDD+ “aninhados” (ou, às vezes, de REDD+ jurisdicional, ou seja, vários projetos são combinados na mesma área geográfica), o governo colombiano permitiu que mais de 75 deles fossem registrados em maio de 2021, e os números estão aumentando rapidamente.

Os projetos de REDD+ têm sido muito criticados por suas consequências para os modos de vida e territórios dos povos indígenas, elevando os preços da terra, aumentando a violência e gerando divisões nas comunidades. Organizações de povos indígenas e comunidades que vivem na floresta argumentaram que o REDD+ é um mecanismo colonial, que permite que as empresas assumam o controle das florestas ao atribuir preço à natureza. Além disso, os índices de desmatamento não

pararam de crescer com o REDD+.

A Colômbia foi aclamada como líder da precificação de carbono (IETA 2018). Em 2017, como membro da Aliança do Pacífico (Chile, México, Colômbia e Peru), o país assinou a Declaração de Cali para reafirmar o Acordo de Paris e intensificar a verificação nos mercados voluntários da região. Naquele mesmo ano, a Colômbia entrou para a Coalizão de Liderança em Precificação de Carbono do Banco Mundial (CPLC) para conectar países desenvolvidos e em desenvolvimento aos mercados de precificação de carbono. A Colômbia também participou do One Planet Summit, em Paris, com Canadá, Chile, México, Costa Rica e sete estados dos Estados Unidos e do Canadá, para lançar o marco de cooperação para a Precificação de Carbono nas Américas e construir uma plataforma de comércio com o objetivo de conectar os mercados de carbono em todo o hemisfério.

É importante lembrar que cada negociação de carbono representa poluição e violência reais nas comunidades próximas às áreas de poluição e extração.

Se cumprirem as disposições sobre **compensação**, as grandes empresas podem alegar ser “neutras em carbono” e evitar a tributação total. Essas compensações devem ter sido geradas depois de 1º de janeiro de 2010 e implementadas dentro da Colômbia. O programa colombiano de impostos sobre o carbono incentivou o desenvolvimento de mais projetos de REDD+.

Originalmente, a receita tributária deveria ir para o *Fundo Colômbia Sustentável* (FCS), uma iniciativa do governo colombiano, financiada por Noruega, Suécia e Suíça, que implementa programas de conservação, inclusive de REDD+, em 277 municípios de todo o país. O fundo é administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com base em uma Declaração Conjunta de Intenções (DCI) assinada por Colômbia, Noruega, Reino Unido e Alemanha nas negociações climáticas da ONU de 2015, em Paris. O Fundo foi renovado em 2019, durante as negociações climáticas em Madrid, na Espanha.

A Lei sobre Mudanças Climáticas da Colômbia, de 2018, integra o programa do país para a precificação de carbono. Entre outras coisas, ela inclui o *Programa Nacional de Cotas Comercializáveis de Emissão de Gases de Efeito Estufa* (PNCTE), operado pelo governo. A lei permite que uma unidade de carbono seja reconhecida e paga no esquema de compensação de impostos, conectando comércio, impostos e sistemas de **compensação de carbono**.

A Colômbia está examinando formas de vincular seus programas aos mercados internacionais, mas é importante lembrar que cada negociação de carbono representa poluição e violência reais nas comunidades próximas às áreas de poluição e extração.

Comunidades afrocolombianas impactadas pela mineração de carvão e o REDD+ na Colômbia

Os projetos de REDD+ Cocomasure e BioREDD+ estão localizados na costa do Pacífico, onde os afrocolombianos têm direitos fundiários a mais de 5 milhões dos 10 milhões de hectares de floresta tropical. A subsidiária colombiana de mineração de carvão da Glencore, Prodeco, e a petrolífera Chevron estavam entre as primeiras compradoras de REDD+ em toda a Colômbia.

O Diretor de Meio Ambiente da Glencore/Prodeco explicou que a empresa esteve envolvida nas negociações de políticas para formular a legislação relativa ao imposto sobre o carbono, mas essas negociações também foram informadas por ONGs conservacionistas: “O imposto sobre o carbono teve início aqui, em 2016, e começou a ser implementado em 2017 (...) *Ele surgiu de nós nós participamos de tudo o que dizia respeito ao surgimento e à discussão dessa legislação. Discutimos e contribuimos para o nascimento de toda essa legislação, mas era um tema relativamente novo para a indústria de mineração na Colômbia. Demorou um pouco para entendermos, o que acabou acontecendo por meio de aliados como a Conservation International, porque já temos vários projetos com eles*” (comunicação pessoal, 2019, *italico* nosso).

O projeto Cocomasure teve início em 2011, no Corredor Choco-Darien, no Urabá Antioqueño, e gerou 40 mil **créditos de carbono** em cerca de 14 mil hectares onde vivem 20 comunidades. Os créditos de carbono foram adquiridos pela subsidiária colombiana da Glencore, a Prodeco, para compensar as emissões geradas a partir do diesel durante suas operações. Esse projeto inicial foi emblemático porque estabeleceu um precedente para que outros projetos de REDD+ fossem implantados e, posteriormente, vinculados ao sistema de impostos sobre o carbono da Colômbia.

Do outro lado do país, as minas de carvão da Glencore/Prodeco estão localizadas no nordeste do Caribe colombiano e também impactam as comunidades afro-colombianas. As comunidades próximas às minas de carvão em Cesar sofrem com escassez de água, níveis perigosos de poluição, anos de violência e despejos, concentração de terras e discriminação (Gilbertson, 2020)⁴. A Prodeco optou pela pré-compra de créditos de REDD+ em vez de pagar o imposto sobre o carbono.

Esses combustíveis devem ser eliminados gradualmente e mantidos no solo, e a violência racista e socioeconômica que acontece nas áreas de extração, combustão e transporte tem que parar imediatamente.

O programa BioREDD+ foi elaborado pela agência de desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID) em 2013, e replicou o projeto Cocomasure REDD+ em outras oito comunidades.

A Fondo Acción é a operadora de contrato do projeto BioREDD+ para a USAID. A Prodeco e a Conservation International (CI) trabalham juntas em vários projetos relacionados a Pagamentos por Serviços Ambientais, e foi a CI que incentivou a Prodeco a entrar em contato com a USAID. A Prodeco assinou contrato com a Fondo Acción para compra dos créditos. A Fondo Acción está envolvida com compensação e financiamento de conservação há muitos anos, e foi a ONG executora da troca de dívida por natureza com os Estados Unidos em 2004. O diretor da Prodeco explicou

que a Fondo Acción atuou como facilitadora entre a Prodeco e as comunidades (comunicação pessoal, 2019). Ele também explicou que a Fondo Acción sabe como falar “com o setor privado em sua língua, sobre contratos e questões financeiras” (comunicação pessoal, 2019). Ele continuou:

“Eles [Conservation International] fizeram contato com a USAID e com a Fondo Acción, que trabalhava no projeto de REDD no Pacífico há mais de cinco anos, antes mesmo da geração de impostos sobre o carbono na Colômbia. Existe um projeto da USAID que é muito, muito grande, chamado BioREDD, que foi basicamente o impulso que gerou a estruturação do projeto de REDD no Pacífico, replicando o modelo do Projeto de REDD, que foi pioneiro no país” (comunicação pessoal, 2019).

Apesar da confiança do diretor, ao ser abordadas pela Fondo Acción para que vendessem créditos de REDD+ à Prodeco, as comunidades recusaram. Elas resistiram e disseram que não se envolveriam com uma empresa de carvão. No entanto, de acordo com o representante da Prodeco, foi a Fondo Acción que argumentou em nome da empresa:

“Porque, na verdade, eles [a assembleia ou *consejo* da comunidade] disseram: “Não, é uma mineradora que vai comprar, uma empresa de mineração”. Mas a Fondo Acción disse: “Eles não são uma mineradora qualquer, são uma empresa responsável, blá, blá, blá. E saímos de lá com o compromisso e fechamos o acordo, mas ainda assim tem que explicar [para eles] quem é a Prodeco e saber mais sobre eles [a comunidade]. Esse é o processo em que estamos” (comunicação pessoal, 2019).

A Prodeco pagaria cerca de um quarto a um terço do valor do imposto sobre o carbono, o que representa uma significativa economia financeira para a empresa. Além disso, a Prodeco obteria não apenas benefícios fiscais, mas também propaganda positiva em relação ao clima, por ser classificada como “neutra em carbono”.

Hoje, os mais de 75 projetos de REDD+ “aninhados” são usados essencialmente como subsídio/**compensação** relacionados aos combustíveis fósseis, por meio do programa do imposto sobre o carbono da Colômbia. Vários desses programas operam na Amazônia, envolvendo pelo menos mais de 17 comunidades indígenas.

Enquanto discutem como obter a **contabilidade de carbono** correta, a ONU, intermediários de negociações de carbono e instituições de desenvolvimento e conservação perdem de vista a verdadeira questão. Não há cálculo de carbono que conserte esse sistema falho. Definir linhas de base, aumentar a capacidade e enfrentar o risco de liberações prematuras de carbono nunca manterá os combustíveis fósseis no solo. Esses combustíveis devem ser eliminados gradualmente e mantidos no solo, e a violência racista e socioeconômica que acontece nas áreas de extração, combustão e transporte tem que parar imediatamente.

Nenhum sistema de precificação do carbono sangrento pode manter no solo o carvão sangrento nem qualquer outro combustível fóssil.

Tamra L Gilbertson

Com formação em nível de doutorado, é Conselheira para Mudanças Climáticas e Políticas Florestais da Rede Ambiental Indígena, e palestrante no Departamento de Sociologia da Universidade do Tennessee. Este artigo é baseado

na pesquisa feita para sua tese e em um artigo posterior, publicado no Community Development Journal
Agosto de 2021

- 1 PAX, European energy companies contributed to human rights violations and must now contribute to reparation, 2021, <https://paxforpeace.nl/news/overview/european-energy-companies-contributed-to-human-rights-violations-and-must-now-contribute-to-reparation>
- 2 CIMMagazine, Glencore to acquire full stake in Cerrejón mine, 2021, <https://magazine.cim.org/en/news/2021/glencore-to-acquire-full-stake-in-cerrejon-mine-en/>
- 3 Corporate Accountability Lab, El Arte de Operar con Impunidad: La Historia de Cerrejón en la Guajira Colombiana, 2021, <https://corpaccountabilitylab.org/calblog/2021/3/24/el-arte-de-operar-con-impunidad-la-historia-de-cerrejn-en-la-guajira-colombiana>
- 4 Community Development Journal, Financialization of nature and climate change policy: implications for mining-impacted Afro-Colombian communities, 2021, <https://academic.oup.com/cdj/article/56/1/21/5960023?guestAccessKey=575b8542-aeef-441c-b66e-913f6afc4ca7>

O Projeto Katingan REED na Indonésia
Foto: Izzuddin Prawiranegara, Centro de
Recursos Agrários, Indonésia



O Projeto Katingan REDD+ na Indonésia: a mercantilização da natureza, do trabalho e da reprodução das comunidades

As “concessões de carbono” estabelecidas para gerar e vender créditos também estão erodindo profundamente as estruturas das comunidades, sua organização e sua reprodução. Esta é a história do vilarejo de Bapinang Hilir, na Indonésia. Apesar de estar localizado fora da área de concessão do “projeto de REDD+ Katingan”, foi situado dentro da zona do projeto verificada pelos esquemas de certificação (VCS e CCBA). O artigo explora como os concessionários lucraram com essa inclusão, à custa dos moradores de Bapinang Hilir.

O vilarejo de Bapinang Hilir está localizado na área administrativa do distrito de Pulau Hanaut, regência de Kotawaringin Timur (Kotawaringin Oriental), Indonésia. É uma das treze regências que compõem a província de Kalimantan Central, na ilha de Kalimantan. Sua localização no estuário, na fronteira com o rio Katingan e o rio

Mentaya, é responsável pela área de pântanos das marés com uma camada de turfa e pirita. Esta área começou a ser habitada por pessoas que migraram devido à extração de carvão mineral em Kalimantan Meridional há 150 anos. Foi por isso que o povo Banjar foi despejado e deslocado para o rio Mentaya, onde um circuito de capital, neste caso de commodities agrícolas (coco e borracha), estava sendo preparado pela administração colonial.

O contexto histórico na fase depois desta migração de Bapinang Hilir é caracterizado pelos conflitos de terra nessa região entre os circuitos da capital e as pessoas que vivem nesta área. O capital injetado de fora resulta principalmente na expansão das atividades industriais que devoram os espaços dos moradores. As turfeiras, sendo sensíveis a qualquer mudança, ilustram claramente a destruição ecológica, onde a influência nefasta da exploração dos humanos e de seus ambientes está cada vez mais exacerbando a experiência de marginalização para as comunidades. Na última década, o restante das terras da comunidade foram cada vez mais apropriadas para o negócio de comércio de carbono.

Este novo capítulo na história de Bapinang Hilir mostra a expansão absoluta da acumulação de capital que consome não apenas os espaços ecológicos da vida, mas também a reprodução da sociedade¹. O excesso (de poluição) que foi continuamente semeado pelo capital financeiro e industrial dos países do Norte ao longo dos últimos dois séculos é agora considerado uma crise (climática) e, na lógica do capital, tornou-se uma nova commodity. Isso, por sua vez, permitiu a criação de concessões de carbono que geram e vendem créditos de carbono. Ironicamente, este modelo transfere a responsabilidade de “reduzir” as emissões para pequenos agricultores em Bapinang Hilir. No entanto, os créditos de carbono que estão sendo gerados não estão reduzindo, mas, na verdade, só supostamente compensariam mais poluição em outro lugar.

Esta é a conclusão inicial sobre um plano de negócios que não apenas vende terrenos de turfeiras, mas também muda as estruturas e organizações da comunidade – conforme exigido pelos esquemas de **certificação de carbono** – e, até mesmo, indica a mercantilização da reprodução da comunidade. Assim, ao se referir às concessões de terras para a venda de **créditos de carbono**, em grande parte aos países e corporações do Norte, não se pode deixar de fazer referência a como o espaço (sociedade reprodutiva e natureza) também está sendo sistematicamente mercantilizado.

Projeto Katingan REDD+

A terra onde não há concessões econômicas ou o exercício de atividades extrativas ainda é considerada terra comunal. No entanto, na região em torno de Bapinang Hilir, desde 2016, esta área remanescente está sob o controle da PT Rimba Makmur Utama (RMU) para o Projeto de Restauração e Conservação de Turfeiras de Katingan, ou projeto Katingan REDD+, por meio da concessão da Licença de Utilização de Produtos Florestais de Restauração de Ecossistemas (IUPHHK-RE, na sigla em indonésia). A empresa indonésia RMU foi fundada em 2007 com a ideia de lucrar

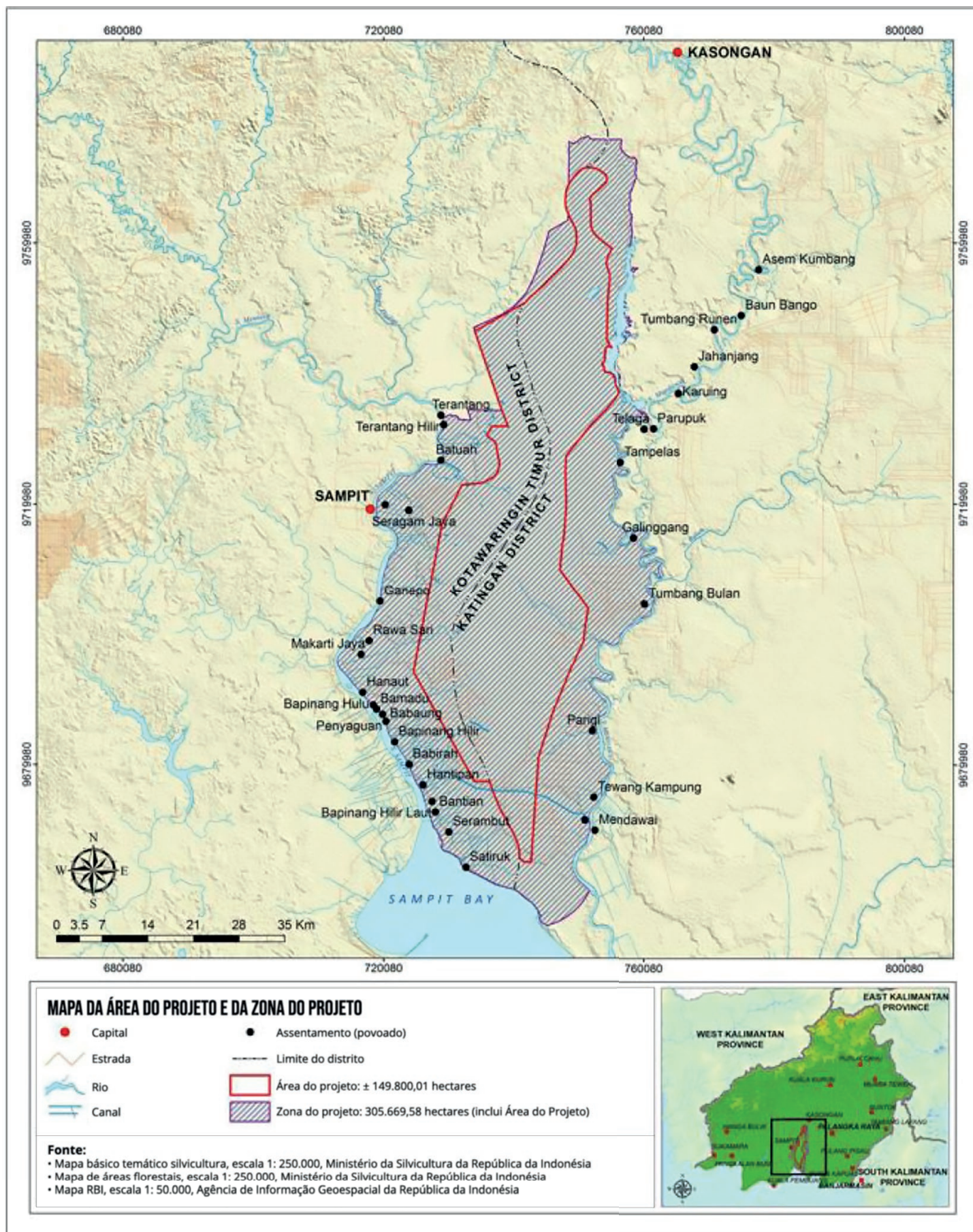
com as atividades de conservação florestal por meio do comércio de carbono. A RMU se candidatou em 2008 para ter uma Concessão para Restauração de Ecossistemas (CRE)², cobrindo uma área de 227.260 hectares localizada nas regências de Katingan e Kotawaringin Timur. Ainda assim, o Ministério do Meio Ambiente e Florestas só emitiu a concessão na regência de Katingan em 2013, e uma outra em 2016, cobrindo uma área de 149.800 hectares (ver Mapa da área do Projeto e da Zona do Projeto)³. Ao calcular a área da Zona do Projeto, que inclui a área fora das Concessões para Restauração de Ecossistemas, a área chega a 305.669 hectares, tornando o projeto Katingan REDD+ o maior projeto de redução de emissões do mundo. O projeto recebeu as **certificações** Verified Carbon Standard (VCS) e Climate, Community & Biodiversity Alliance (CCBA).

Embora a área de concessão da RMU seja de 149.800 hectares, como foi dito, a área total contabilizada como zona de projeto verificada pelo VCS e CCBA é de 305.669 hectares³. Antes que os créditos de carbono pudessem ser vendidos, a RMU contou com investimentos de várias organizações e empresas, incluindo a The David and Lucile Packard Foundation, USAID Indonesia Forest and Climate Support, o Fundo Global para o Meio Ambiente, a Fundação Clinton, o banco de desenvolvimento norueguês NORAD e a Puter Foundation, parceira da RMU para atividades de desenvolvimento comunitário.

Além da venda de créditos de carbono, a RMU, por meio da Puter Foundation, recebe fundos de várias empresas e fundações para realizar programas de fortalecimento da comunidade. Os que estão surgindo em Bapinang Hilir incluem mapeamento participativo, capacitação de produtores de açúcar de coco e programas que incentivam a comunidade a mudar para a horticultura orgânica. Esses fundos podem ser vistos como uma forma de a RMU atender aos requisitos de custo dos esquemas de **certificação** e como um incentivo para facilitar o comércio de créditos de carbono.

Os créditos de carbono são calculados com base no cenário de ameaça de desmatamento das concessões de plantações industriais, direitos comunitários de cultivo e usurpação florestal pela comunidade. A quantidade de dióxido de carbono que se espera evitar com o projeto REDD+, de acordo com o documento do projeto, é a base para a quantidade de créditos que podem ser vendidos. Supõe-se que seja baseado em cálculos na área de concessão (ou área do projeto) entre um cenário de base sem o projeto e um cenário imaginado com o projeto. No entanto, este cálculo também incorpora áreas fora da concessão, ou o que é referido como a zona do projeto, que inclui assentamentos das comunidades e terras agrícolas. Essas áreas são um fator que reduz a quantidade de créditos de carbono que podem ser vendidos. A própria RMU reconhece que isso representa riscos para a posse da terra e para a política local e sugere que eles possam ser reduzidos por meio de abordagens e acordos entre as comunidades³.

A **certificação** VCS obtida pela RMU tem condicionantes. Uma delas é garantir que o projeto não cause impactos negativos nas comunidades locais e estimular sua participação no processo de desenvolvimento e implementação. O certificado CCBS tem como objetivo garantir que o projeto melhore o bem-estar das pessoas na zona do projeto. Isso é calculado comparando cenários de bem-estar da comunidade



Mapa da Área do Projeto e da Zona do Projeto

O surgimento do carbono como mais uma commodity capitalista muda dramaticamente as relações laborais e produtivas no campo.

sem intervenção de atividade e bem-estar da comunidade após a intervenção. Um certificado CCBS pode aumentar o valor de um crédito de carbono em cerca de US\$ 1,6 dólar por tCO₂e (de um preço inicial de cerca de 2,3 a 3,9 dólares em 2016). Além disso, este certificado é um fator determinante para reduzir os riscos que impactariam a quantidade de carbono que pode ser vendida, bem como parte de um cenário de redução de emissões que surgem devido à invasão da comunidade. Estima-se que a RMU tenha o potencial para gerar cerca de US\$ 1,7 bilhão pelo período de concessão de 60 anos, sem levar em conta os subsídios que também está obtendo³.

A RMU começou a interagir com as comunidades por intermédio da Puter Foundation em 2012, usando fundos da USAID, para mapear os recursos e meios de subsistência das comunidades e prepará-las para colaborar no comércio de carbono. Essa foi a etapa inicial para a empresa tentar assinar um Memorando de Entendimento (ME) com o governo do vilarejo. Após a assinatura do ME, o vilarejo receberia 100 milhões de rúpias indonésias (cerca de US\$ 7 mil), e também dois milhões de rúpias (cerca de US\$ 140) por mês para fortalecer o aparato do vilarejo. Os moradores também poderiam apresentar propostas para o desenvolvimento de suas atividades econômicas. O desenvolvimento comercial comunitário realizado é baseado em um programa agrícola que introduz fertilizantes orgânicos e proíbe a queima e o uso de produtos químicos.

A primeira etapa piloto do projeto foi rejeitada por quase todos os governos de vilarejos, criando muitas dificuldades para a RMU obter um Memorando de Entendimento. Esta resistência foi mobilizada pela elite do coco que controlava as administrações dos vilarejos e dos subdistritos, bem como o Grupo de Agricultores Dayak Misik da Ilha de Hanaut⁴. Esta recusa foi motivada pela notícia que circulou na comunidade, na regência de Katingan, de que os moradores tinham dificuldade de acesso à floresta devido às restrições graduais impostas sobre o uso dos residentes da área de concessão pela RMU⁵. No entanto, o fornecimento de fundos ao governo do vilarejo encorajou a aspiração dos governos de outros vilarejos de cooperar com a RMU, bem como a desenvolver suspeitas entre o vilarejo e o Grupo Dayak Misik.

O Grupo Dayak Misik, como a única instituição consuetudinária do grupo com interesse em expandir terras por meio da emissão do Certificado de Terra Consuetudinária, é prejudicado pela RMU em relação ao controle das terras comunais. Outros agricultores que não fazem parte do Grupo Dayak Misik, como administrações do vilarejo e os proprietários de grandes plantações de coco em Bapinang Hilir, tendem a apoiar o Dayak Misik porque consideram que o ME entre o vilarejo e a RMU significou a entrega de terras comunais e proibiu a entrada dos moradores em sua floresta. O surgimento de apelos⁶ para não realizar atividades que tenham o potencial de reduzir os créditos de carbono, como o plantio de dendezeiros, a colheita de madeira e a caça, faz com que alguns agricultores se sintam ainda mais ameaçados⁷ pelo ME. Além disso, o controle da RMU sobre a terra também torna a terra escassa.

Em 2017, a administração do subdistrito conseguiu tirar os representantes da elite do coco, e o chefe novo eleito do subdistrito foi considerado aquele que facilitou o processo de assinatura do ME. Após a mudança do subdistrito, quase todos os vilarejos assinaram um acordo de cooperação com a RMU porque foram induzidos por outros vilarejos que receberam dinheiro.

O comércio de carbono e a mercantilização humana

O surgimento do carbono como mais uma commodity capitalista muda dramaticamente as relações laborais e produtivas no campo. Os camponeses, que tinham um certo grau de autonomia, controlavam os meios de produção e trabalhavam por conta própria, são transformados, devido ao projeto REDD+, em pequenos produtores de mercadorias⁸. Ao perderem sua autonomia, eles têm que produzir mercadorias para obter dinheiro em troca da compra de outras mercadorias para necessidades de consumo e, assim, se integrar na economia capitalista de mercado, dependendo do dinheiro que obtêm com a venda de sua mão de obra.

O povo de Bapinang Hilir e o povo indígena de Kalimantan em geral têm arranjos e divisões de trabalho específicos em termos de **queima** de arbustos antes do plantio⁹. Isso é feito de forma que o **fogo** não emita fumaça e não se espalhe para as hortas de outros agricultores. Durante a temporada de queima, as pessoas que têm hortas costumam usar sua força de trabalho para evitar que suas plantações sejam devoradas pelo fogo. A queima de arbustos tornou-se uma questão polêmica em Bapinang Hilir em 2019-2020 devido à ameaça de 25 anos de prisão e uma multa de 2 bilhões de rúpias indonésias (cerca de US\$ 14 mil) para quem iniciasse um incêndio. Em consequência, os agricultores geralmente passaram a usar herbicidas para remover a grama ou, em pequenas quantidades, a queimar a terra secretamente. Os incêndios terrestres, o que significa incêndios descontrolados, geralmente ocorrem devido às terras abandonadas e são disseminados pela expansão de plantações de monoculturas de árvores em grande escala, como dendezeiros e acácias.

Os incêndios de 2015, que deixaram os solos duros com elevada acidez e queimaram hortas, foram resultado dos circuitos de capital que surgiram há 150 anos. Junto com isso há que se considerar também a diferenciação de classes. Os pequenos agricultores estão cada vez mais marginalizados com os incêndios devido ao solo duro e de alta acidez; as elites que controlam as administrações dos vilarejos e têm grandes plantações de coqueiros acumulam mais terra e os agricultores médios expandem seus dendezeiros. Os rizicultores marginalizados são obrigados a usar herbicidas porque estão proibidos de usar o **fogo**, aumentando muito os custos do cultivo do arroz e danificando o solo e as fontes de água. Um ano após os grandes incêndios, o comércio de carbono está anexando e cercando as terras não cultivadas restantes por meio de Concessões para Restauração de Ecossistemas. A inspeção do comércio de carbono não diz respeito somente a apropriações de terra, restringindo o acesso às comunidades locais, mas também a como a reprodução da comunidade é mercantilizada.

A avaliação da linha de base e da trajetória das comunidades fora da área de

concessão [pela RMU], bem como as formas de intervenção propostas e acordadas pela certificadora, são as origens da valoração das atividades reprodutivas da comunidade. A reprodução em questão não fala apenas de comunidades marginais em crise, mas também fala da dinâmica da mudança agrária. O que está sendo vendido não abrange apenas os agricultores marginalizados, mas questões relacionadas aos hábitos da comunidade (queima de grama), reprodução de trabalho de longo prazo (educação) e a dinâmica de classe em áreas rurais (terras vagas, acesso restrito às elites, agricultores marginalizados).

Enquanto isso, o projeto Katingan REDD+ está vendendo créditos de carbono para poluidores multinacionais como a petrolífera Shell e a companhia aérea KLM. Essas empresas afirmam ser “neutras em carbono” por comprarem créditos de carbono gerados por projetos que, na verdade, estão mudando estruturalmente o tecido e a organização da comunidade¹⁰.

A implicação é uma fratura metabólica e a dinâmica concomitante (mudanças ecológicas, diferenciação de classe e marginalização) de serem incorporados como mercadorias reprodutivas comunitárias. As intervenções listadas no relatório de validação do certificado mostram que o comércio de carbono não está apenas mercantilizando o vasto panorama de carbono, mas também produzindo novos espaços onde a ecologia (da qual os humanos fazem parte) se torna uma mercadoria.

Izzuddin Prawiranegara

Centro de Recursos Agrários, Indonésia

1 A reprodução da sociedade em questão refere-se às relações e processos sociais que garantem ou sustentam as estruturas sociais ao longo do tempo. Veja mais em: Bachriadi, Dianto. 2020. 24.2: Manifesto Penataan Ulang Penguasaan Tanah ‘Kawasan Hutan’. Bandung: ARCBooks.

2 <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/indonesia-o-que-e-uma-concessao-para-restauracao-de-ecossistemas/>

3 RMU. 2016. *Katingan Peatland Restoration and Conservation Project: Project Description VCS Version 3, CCB Standards Third Edition*. Washington, DC: Verified Carbon Standards dan CCB Standards. https://www.katinganproject.com/uploads/default/modular/CCB_PROJ_DESC_ENG_1477_11MAY16.pdf

4 O Grupo Dayak Tani Misik faz parte do Fórum de Coordenação do Grupo de Agricultores Dayak Misik (FKKT) (doravante denominado Dayak Misik), que foi estabelecido em 2014 para fornecer segurança fundiária e sobre as florestas ao povo Dayak e evitar que as terras tradicionalmente ocupadas sejam controladas por migrantes e empresas. O FKKT Dayak Misik tem um programa de entrega de cinco hectares de terra aos membros do grupo Dayak Misik por meio da emissão de um Certificado de Terra Consuetudinária. Em alguns lugares, o Dayak Misik é usado como uma estratégia para lutar contra a posse de terras em grande escala por empresas de mineração e de óleo de dendê. Em Bapinang Hilir, a gestão do Misik Dayak é controlada por uma família de produtores de coco de elite e seus membros não se limitam ao povo Dayak, mas também incluem Banjar e malaios.

5 Antes de obter uma concessão na regência de Kotawaringin Oriental, a RMU obteve uma concessão na Regência de Katingan em 2012. Depois de obter o certificado VCS, a RMU conseguiu obter um Memorando de Entendimento com a maioria dos governos dos vilarejos em Katingan.

6 Este apelo é acompanhado por treinamento sobre o cultivo de alimentos e vegetais orgânicos para agricultores selecionados por oficiais de campo da RMU. Depois que os agricultores retornaram às suas respectivas áreas, receberam fundos para estabelecer campos-piloto para plantações de alimentos e fertilizantes orgânicos.

7 Esta ameaça cria alta suspeita de forasteiros, o que torna difícil interagir com o povo de Bapinang Hilir e ganhar sua confiança. Para detectar se forasteiros estão ou não do lado da RMU, os agricultores fazem perguntas sobre a permissibilidade de queimar grama em suas terras.

8 O termo camponês refere-se a uma pessoa que cultiva a terra no campo, controla os meios de produção, trabalha por conta própria, cuja produção excedente é tomada pelas autoridades e o resto é usado para trocar os produtos produzidos (do trabalho) para bens que – culturalmente – são considerados iguais; já os pequenos produtores de commodities são apenas um grupo de pessoas envolvidas na agricultura com o propósito de produzir mercadorias ou pessoas que estão envolvidas nas relações capitalistas de produção de mercadorias na agricultura. Apesar de parecer incoerente, especialmente quando se trata de encontrar equivalentes indonésios, aqui pequenos produtores de mercadorias também serão chamados de “agricultores”.

9 Para uma comparação, ver Dove, Michael, R. 1988. *Sistem Perladangan di Indonesia: Suatu Studi-studi Kasus dari Kalimantan Barat*. Yogyakarta: Gadjah Mada University Press. And, Dove, Michael R. “Theories of swidden agriculture, and the political economy of ignorance” *Agroforestry systems* 1.2 (1983): 85-99, que fornece uma descrição bastante detalhada das técnicas de queima de terras utilizadas pelo povo Dayak em Calimantã Ocidental na preparação de terras agrícolas. Watson, G. A. 1984. “Utility Of Rice Cropping Strategies In Semuda Kecil Village, Central Kalimantan, Indonesia.” *Workshop on Research Priorities in Tidal Swamp Rice*. Los Banos: International Rice Research Institute (IRRI). 49-67, também descreve como as pessoas na bacia hidrográfica do rio Mentaya cultivam o arroz através da queima.

10 <https://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/driving-carbon-neutral-shells-restoration-and-conservation-project-in-indonesia/>

Referências

Prawiranegara, Izzuddin. 2020. Dari marginal menjadi lebih marginal: Pendalaman Metabolic Rift di Lahan Gambut (unpublished). Bandung: Agrarian Resources Center.

Großmann, Kristina. 2019. “‘Dayak, WakeUp’: Land, Indigeneity, and Conflicting Ecologies in Central Kalimantan, Indonesia.” *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 175 (2019) 1-28 1-28.

Hamrick, Kalley, dan Melissa Gallant. 2017. *Unlocking Potential State of the Voluntary Carbon Markets 2017*. Washington, DC: Forest Trends’ Ecosystem Marketplace.

Reunião da comunidade em Nhambita, Moçambique



O legado do projecto comunitário de carbono em Nhambita, Moçambique: nostalgia, desilusão e revolta ¹

A empresa britânica Envirotrade iniciou um projeto de REDD+ em 2003 que envolvia comunidades na zona tampão do Parque Nacional da Gorongosa, no norte de Moçambique. O projeto vendeu créditos de carbono no mercado voluntário, e a Envirotrade recrutou centenas de moradores para plantar árvores. As famílias que receberam pagamentos por apenas sete anos foram obrigadas a cuidar das árvores por muitos anos mais. Em 2018, a empresa abandonou a região, deixando para trás obrigações não cumpridas, dívidas com os moradores e centenas de famílias perplexas.

A agora extinta empresa britânica, Envirotrade, iniciou em 2003 um projecto de REDD+ nas comunidades em redor e dentro da zona tampão do Parque Nacional de Gorongosa, na província de Sofala, no centro de Moçambique. Com o que se

chamou ‘projecto comunitário de carbono de Sofala’, alegou-se desenvolver o uso sustentável da terra e actividades para o alcance do desenvolvimento rural na região². Sendo este um empreendimento com fins lucrativos, o carbono capturado a partir do agroflorestamento, conservação florestal e desmatamento evitado, era comercializado no mercado voluntário de carbono.

A Envirotrade também recrutou centenas de membros de agregados familiares na região do Pungwe, da qual a comunidade de Nhambita faz parte, como ‘produtores’ para o plantio de variadas espécies de árvores, na base de um contrato que estabelecia pagamentos durante sete anos, embora a responsabilidade do contratado de cuidar e proteger as árvores iria além desse período.

O projecto incluía, para além destas actividades agro-florestais, o estabelecimento de uma carpintaria e serração local que usasse materiais locais de forma sustentável e incluía também o estabelecimento de um viveiro de plantas de fruta entre outras espécies. O viveiro tinha como objectivo o suporte das actividades agro-florestais e empregava maioritariamente mulheres. Portanto, para além dos produtores, a empresa tinha vínculo contratual com carpinteiros, viveiristas, extensionistas e agentes que patrulhavam a floresta contra desmatamentos e queimadas.

Quinze anos depois, em 2018, o projecto encerrou e deixou para trás deveres por cumprir e centenas de famílias com perplexidade. De acordo com antigos produtores, a empresa abandonou a região sem se despedir das comunidades e pagamentos por serviços de plantio e cuidado com as árvores por realizar.

*“A Envirotrade não saiu por bem. A Envirotrade deve pagamentos a muitas pessoas. Primeiro, deve aos produtores, três anos de plantio. Segundo, devem aos viveiristas, que faziam mudas das plantas, também três anos que não fizeram pagamento. Terceiro, devem aos homens que faziam proteção das áreas, a fazer os aceiros, são também três anos [de dívidas]. Quarto, devem às pessoas que pertenciam às áreas [florestais] individuais para o carbono, também três anos. Por último, devem indemnização aos trabalhadores.”*³

De acordo com o antigo gestor de carbono Envirotrade, quem refuta as declarações acima citadas, o negócio encerrou devido à queda do preço do carbono no mercado global e a consequente inviabilidade financeira, pois a receita do carbono sustentava o projecto financeiramente⁴. Para além disto, a empresa considera ter sido vítima de uma ‘campanha anti-REDD+’ que supostamente desacreditou o trabalho de muitos anos pela Envirotrade.

A questão sobre em que medida o projecto resultou, efectivamente, no desenvolvimento da região, divide opinião em Nhambita. Contudo, alguns antigos produtores e técnicos da Envirotrade lamentam a descontinuidade do projecto, principalmente pela perda dos benefícios monetários advindos dos pagamentos anuais que recebiam como pagamento.

Efeitos, legado, panorama e estratégias

Paira uma dúvida no seio da comunidade de Nhambita quanto à possibilidade

ou não da retomada do projecto pela Envirotrade ‘ou por outros interessados’⁵. Entre a incerteza e a expectativa, alguns produtores continuam, por um lado, a preservar as árvores plantadas, embora sem a necessidades de as cuidar, e por outro a abrir novas áreas para a prática da agricultura. Enquanto a Envirotrade esteve na região, aos produtores era proibido, nos termos dos contratos assinados, a abertura de novas áreas para outras actividades, incluindo para a prática da agricultura, já que a Envirotrade interessava a maior quantidade de vegetação e bioma, para permitir maior capacidade sequestrar carbono.

Das visitas efetuadas a agregados familiares em Nhambita pode-se constatar a presença abundante de árvores de fruta, principalmente mangueiras e cajueiros, plantadas no âmbito do projecto. Alguns dos produtores visitados firmaram múltiplos contratos, adotando diferenciados sistemas (*bordadura, consorciação, quintal*). Isto era possível principalmente para aqueles produtores com maior disponibilidade de terra.

Uma das preocupações levantadas pelos produtores entrevistados é a de não saberem o que fazer efetivamente com as árvores. Isto levanta uma questão pertinente sobre a grau de conhecimento dos produtores em relação aos objetivos e especificidades do projecto.

De acordo com um produtor,

*“Só ficamos com as plantas (...) têm uma área [em que] estavam a cortar árvores por nervos, porque não estavam a receber, na machamba também já estavam a cortar. Eu perguntei por que estão a cortar, disseram [porque foram] proibidos por muitos anos [para] depois não recebermos. Na machamba está cheio de plantas e eles [dizem que] nós vamos cortar.”*⁶

Para além da assimetria de informação entre a empresa e os produtores, destaca-se também que os discursos sobre a melhoria de vida das comunidades como resultado de projectos ambientais, não se concretizam. Verificou-se que a empresa criou um nível significativo de dependência económica no seio das comunidades, que resultou numa ruptura no nível de rendimento e de subsistência logo a seguir ao abandono da empresa. Não foram criadas estratégias que promovam soberania e independência, mas sim o oposto.

Soberania alimentar

Uma das críticas notáveis feitas por pesquisadores e activistas ao projecto de carbono de Nhambita estava relacionada com o potencial risco que aquele projecto apresentava para a segurança alimentar da região⁷, uma vez que os produtores contratados (algumas centenas), tenderiam a negligenciar a produção de culturas alimentares, para se dedicar ao plantio e cuidado com árvores.

Esta foi, de facto, a percepção que uma professora da escola local de ensino básico teve, depois de observar as dinâmicas da implementação do projecto durante cerca de 10 anos. Ela constatou que com o projecto, a comunidade de Nhambita apresentava uma particularidade que não se verificava em outras

comunidades onde lecionou. Verificou que os camponeses aplicavam menos horas de trabalho nas machambas para poder investir o seu tempo nas actividades de agroflorestamento. “[Os camponeses] perderam-se um pouco porque estavam mais inteirados na empresa e a produção alimentar já era a segunda prioridade”. Apesar de compensarem a subsistência alimentar com o rendimento do plantio de árvores, “ao deixar a produção alimentar acabavam tendo um prejuízo”, disse.

Evidências sugerem que os camponeses parecem ter aderido ao projecto pelo simples fato de que dele recebiam valores monetários. Embora não se possa minimizar o valor das árvores plantadas para a comunidade, por exemplo pelo fornecimento de sombra e fruta⁸ ou pela protecção que estas proporcionam em casos de ventos fortes e ciclones, numa perspetiva mais ampla, as árvores plantadas não parecem ter muita utilidade para os produtores. Se uns optam por abrir novos espaços, outros cortam (embora em pequena escala) algumas das árvores plantadas, o que indica que o projecto acabará produzindo efeito oposto ao desejado pelos proponentes, nomeadamente a Envirotrade, os financiadores e os compradores do carbono. O que certamente determinou a aceitabilidade do projecto na comunidade é a questão estrutural da falta de emprego rural em Moçambique.

É obviamente prematuro avaliar, na ausência de um estudo específico, as mudanças ocorridas em Nhambita no que diz respeito à redução na produtividade e dieta alimentar locais. O fenómeno que parece emergir com o encerramento do projecto parece-se com o processo de re-agrarianização, demonstrado pela retomada da prática agrícola, agora como actividade principal dos agregados familiares.

Percepções sobre o Impacto

Como referido anteriormente, as opiniões sobre os impactos económicos do projecto na comunidade são divergentes. Na opinião dos nostálgicos, o projecto permitia aos contratados adquirir certos bens materiais e de consumo, tais como blocos de cimento e zinco para construção de casas melhoradas e certos eletrodomésticos (rádio, painel solar, entre outros), embora sejam poucas as casas construídas na base de material não local, conforme a nossa equipa de pesquisa observou.

Das vozes mais cétricas, destaca-se a do régulo da comunidade de Nhambita, para quem a Envirotrade simplesmente ‘explorou as pessoas’. Este líder comunitário recusou-se, ele próprio, de se tornar num produtor da Envirotrade, por considerar que os valores económicos oferecidos estavam aquém do esforço requerido para manter as árvores vivas e saudáveis, para além de que, segundo ele, os termos do contrato beneficiavam apenas a Envirotrade. Com a sua família, este líder decidiu continuar a apostar na produção alimentar. Para além deste líder comunitário, várias foram as famílias que optaram por não se envolver no projecto.

A experiência de algumas mulheres é distinta dos restantes produtores envolvidos no projecto. Ao entrevistar uma mulher produtora, esta relatou que foi contratada para trabalhar no viveiro da Envirotrade, onde trabalhava das 6h às 16h e passou a trabalhar na sua machamba antes e depois do horário de trabalho no viveiro; a isto, ainda se adiciona actividades de reprodução social do agregado.

Quando questionada sobre a carga de trabalho que por si recaia e ainda pelo baixo salário que recebia, esta afirmava ter sido necessário para a sua sobrevivência e em particular para a saúde e educação dos seus filhos. Após o abandono da empresa, mulheres como ela, ainda com dinheiro por receber da empresa, perderam a fonte de rendimento do trabalho no viveiro, perderam também a fonte de rendimento das árvores plantadas, e voltaram a recorrer às suas machambas para subsistência.

Como fica o carbono?

Apesar desta divergência de opiniões, há uma suspeita que é partilhada entre vários membros da comunidade de Nhambita: ‘continuará o carbono a ser capturado pelas árvores por eles plantadas e cuidadas?’ Continuará a Envirotrade a vender os créditos de carbono, mesmo depois de lhes ter parado de pagar’.

Como referido anteriormente, o modelo usado no projecto de carbono de Nhambita foi o de pagar aos produtores durante sete anos após o plantio, o que a empresa diz terem sido pagamentos adiantados, uma vez que o produtor deveria assumir a obrigação de cuidar e proteger as árvores por um período muito mais longo, de até 100 anos⁹.

No caso do REDD+, não seria ilógico pensar que a Envirotrade continua a vender o carbono, mesmo que o projecto pareça estar abandonado, para os camponeses da região. Esta suspeita foi desmentida pelo antigo gestor de carbono da Envirotrade¹⁰, segundo o qual o projecto encerrou completamente.

O que instiga esta suspeita dos camponeses é o facto de terem recebido uma equipa que procurava verificar o inventário florestal em 2019, depois da Envirotrade ter abandonado a região. Questiona-se se existirá a possibilidade de as árvores continuarem a servir o seu propósito inicial (captação de carbono) sem que os produtores estejam a receber os benefícios financeiros devidos; para além das dívidas não sanadas.

As armadilhas das soluções da crise climática de cima (*from above*)

Nhambita e outros projectos ambientais para captura de carbono mostram as fragilidades e contradições daquilo que os/as autores/as deste artigo consideram ser soluções e políticas climáticas a partir do topo (*climate action from above*). Embora a narrativa dos proponentes do projecto apresentassem-no como sendo um projecto que, por um lado, promoveria o uso sustentável da terra e protegeria a biodiversidade local e por outro permitiria o desenvolvimento rural, através do pagamento de serviços ambientais aos camponeses contratados, este projecto falhou nos seguintes aspectos:

- **Condescendência ambientalista**

Para além deste projecto ter sido desenhado de cima para baixo, os seus

proponentes dispensaram as opiniões, conhecimentos, experiências e interesses reais dos beneficiários. Embora os camponeses tenham sido informados dos impactos e benefícios ambientais do projecto, os produtores não tinham conhecimento dos objectivos económicos do mesmo. Por exemplo, não tiveram conhecimento de que o carbono é um bem transacionável e que seria vendido no mercado internacional, nem sobre a quem se venderia e por quanto, para que servia, etc. Ou seja, verificou-se uma considerável assimetria de informação sobre os reais objectivos económicos do projecto: captura de carbono e posterior venda de seus créditos no mercado internacional. De igual modo, também não é informado aos produtores que os tais créditos de carbono são finalmente usados para acomodar actividades poluentes em outras regiões do mundo.

O facto de o projecto ter sido desenhado sem considerar as aspirações e prioridades dos produtores, fez com que à saída da empresa, os produtores sentissem uma ruptura nos níveis de rendimento - uma vez que investiram trabalho e terra no projecto para obter os benefícios económicos a partir das árvores, ao invés de concentrarem seus esforços em actividades que proporcionam benefícios a longo prazo e sem dependência económica da empresa.

Apesar de terem sido apontados benefícios do inventário florestal, atualmente os produtores encontram-se com as áreas ocupadas por árvores de fruta e outras espécies com pouca utilidade económica. Mas, por falta de mercado e de unidades de processamento, as frutas terminam apodrecidas. O cenário que se vive em Nhambita hoje é resultado de políticas desajustadas às realidades e prioridades locais e que acomodam interesses económicos externos.

● **O ‘fracasso do REDD+ e do mercado de carbono**

Não se conhecem projectos de REDD+ que tenham sido exitosos em relação aos seus objetivos de parar o desmatamento, porém são bem sucedidos nos objetivos de **compensação** de actividades poluentes. Alguns estudos já apresentam evidências de que este tipo de projectos, para além de efeitos sociais adversos, não são eficazes a atingir os seus objectivos ambientais, ou seja, questionam a eficácia de tais políticas na mitigação e combate às mudanças climáticas¹¹. No entanto, é preciso refletir e questionar sobre os fundamentos de políticas como o REDD+ por depender de estímulos de mercado internacional para a sua materialização. Por exemplo, uma das causas que levou ao fracasso da empresa Envirotrade em Moçambique, como foi referido, foi a queda do preço do carbono no mercado internacional. Sem a venda de créditos de carbono, o projecto tornou-se inviável financeiramente, o que revela uma dependência à variabilidade do preço e dos estímulos do mercado internacional.

Nos últimos 5 anos, o preço dos créditos de carbono, como poderá ser o caso deste tipo de projecto REDD+, variou de 5 a 36 USD por tonelada¹². Esta variabilidade apresenta riscos para a implementação e sustentabilidade de projectos de REDD+ que dependem de venda de créditos de carbono. Para além do risco económico, este factor apresenta riscos sociais na medida em que um preço baixo de carbono pode significar ainda menos benefícios para os agregados familiares afectados pelo projecto ou pode significar até o fracasso do projecto tal como aconteceu com a Envirotrade em Moçambique. No entanto, existe ainda um risco relacionado com

este esquema que provém da volatilidade da taxa de câmbio USD para Meticais (moeda local). Quanto maior a valorização do Dólar face ao Metical, maiores serão as receitas em moeda local, e mais recursos disponíveis para projectos sociais. No entanto, o contrário representa um risco. Portanto, para além da dependência ao preço do carbono, o sucesso destes programas também depende da volatilidade da taxa de câmbio. Ou seja, a subsistência dos produtores envolvidos dependerá de dinâmicas do mercado internacional e cambial, e estará sujeita a todos os riscos que este esquema envolve.

Portanto, a forma como o REDD+ foi concebido, apresenta não só riscos sociais e de intensificação de pobreza rural, mas também promove um esquema que continua debilitando o ambiente na medida em que permite que actores poluidores reproduzam as suas actividades poluentes. Ou seja, a lógica de mercado em que o REDD+ funciona faz com que a sua componente económica seja mais dominante do que os objectivos ambientais e sociais.

- **Necessidade da construção da justiça climática**

A implementação do REDD+ em Moçambique, em particular o caso de Nhambita, revela como a injustiça climática se materializa. Moçambique está entre os países com menor pegada ambiental do mundo, historicamente. No entanto, o país tem-se tornado hospedeiro de múltiplos projectos de captação de carbono, com altos custos sociais para permitir que grandes emissores como China e EUA assim como corporações transnacionais continuem produzindo e industrializando. Para além de atuarem em setores como a de extração mineral (carvão, minérios, gás), plantações (eucalipto, pinheiro, borracha, etc) e agricultura industrial em larga escala, afetando negativamente a milhares de camponeses, essas empresas beneficiam-se também dos mercados de carbono. Esta estratégia serve para limpar a imagem dessas empresas, que se auto-classificam 'neutro em carbono' (*carbon neutral*).

Os projectos de soluções à crise climática desde o topo podem ser atrativos ao campesinato rural, pelas promessas monetárias que se fazem, assim como as de melhoria das condições de vida. Contudo, esse modelo não tem sido sustentável, como mostra a experiência de Nhambita. Para além dos efeitos adversos destas políticas, Moçambique tem sido palco de eventos extremos climáticos com efeitos devastadores. Isto significa que os países que menos contribuíram para a crise ambiental, constituem os que mais sofrem com os seus impactos e os que hospedam as 'falsas soluções' às mudanças climáticas.

É neste contexto que se sublinha a necessidade de aprofundar a noção e conceito de justiça climática, visando políticas e soluções para a crise ambiental que seja economicamente sustentável e socialmente justa, tendo em conta o histórico de pegada ambiental e as diferentes prioridades de países com diferentes níveis de industrialização e desenvolvimento económico. Ou seja, a concepção e desenho de políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas não devem estar alheios aos princípios que guiam a justiça climática.

Investigador associado no Centro de Estudos Africanos (CEA, UEM) e investigador de pós-doutoramento no Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies (PLAAS, UWC). Bolseiro do Grupo Internacional sobre Autoritarismo e Contra-Estratégias (IRGAC), da Fundação Rosa Luxemburgo

Natacha Bruna

Investigadora no Observatório do Meio Rural

Euridse Samuel

Assistente de pesquisa

Fotos: Elton Júlio

Puzzle Pictures

1 Este artigo é resultado de uma pesquisa acadêmica financiada pela Queen Elizabeth Scholarship (QES), da York University, Canadá, com apoio editorial da World Rainforest Movement. Os autores deste artigo visitaram Nhambita em julho de 2021 e conduziram entrevistas semi-estruturadas e grupos focais com os cerca de 20 membros da comunidade, dentre os quais antigos produtores, antigos técnicos da Envirotrade, lideranças locais e governo local.

2 https://mer.markit.com/br-reg/public/project.jsp?project_id=100000000000169

3 Entrevista, antigo técnico local da Envirotrade.

4 <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/DR-135-Mercado-de-carbono.pdf>

5 Entrevista 1, antigo produtor.

6 Entrevista 2, antigo técnico e produtor da Envirotrade.

7 <https://viacampesina.org/en/mozambique-carbon-trading-and-redd-farmers-grow-carbon-for-the-benefit-of-polluters/>

8 Alguns camponeses entrevistados associaram o facto de Nhambita e comunidades vizinhas terem sofrido efeitos atenuados do Ciclone Tropical IDAI, que devastou a província de Sofala em Março de 2019, devido à existência de muitas árvores na região.

9 https://www.fern.org/fileadmin/uploads/fern/Documents/Nhambita_internet.pdf

10 De facto, este projecto e a Envirotrade não constam dos portais virtuais onde os créditos de carbono são vendidos.

11 <https://redd-monitor.org/2019/02/15/recent-academic-review-describes-redd-readiness-in-indonesia-as-a-failure/>

12 <https://indices.ihsmarkit.com/#/Carbonindex>

Área do projeto de REDD em Mai Ndombe, RDC

Foto: WRM



O Projeto de REDD+ PIREDD/Plateaux em Mai-Ndombe, na RDC: conflitos e um mecanismo de queixas

O projeto discutido neste artigo faz parte de uma das maiores iniciativas de REDD+ jurisdicional do mundo: o Projeto PIREDD/Plateaux REDD+. Como a maioria dos projetos de REDD+, ele possui um mecanismo de reclamações. Histórias de comunidades afetadas revelam a falsa promessa de que esse mecanismo ajudaria a responsabilizar o projeto diante das pessoas afetadas por ele. O formato do mecanismo fracassou sistematicamente em resolver as reclamações das comunidades. Mas então, por que ele existe?

A República Democrática do Congo (RDC) possui a maior área de floresta tropical da África e, portanto, é um alvo preferencial dos defensores do REDD+, como o Banco Mundial e ONGs conservacionistas. A história que eles vêm contando nos últimos 10 a 15 anos é que as pessoas que dependem da floresta na RDC são responsáveis pelo desmatamento, e que os projetos de REDD+ irão reduzir isso. Essa história erra ao apontar as principais causas do desmatamento e ao propor restringir as formas como as comunidades – e não as indústrias de madeira ou de mineração – podem usar suas florestas. O resultado é um índice crescente de desmatamento e numerosos conflitos entre as comunidades e os defensores de projetos de REDD+ (consulte, por exemplo, este artigo do boletim do WRM: <https://www.wrm.org.uy/pt/outra-informacao/projeto-floresta-tropical-da-bacia-do-congo-comunidades-estao-desconfiadas-da-revolucao-da-conservacao>).

O governo da RDC adotou sua estratégia de REDD+ em 2012, principalmente para abrir caminho para mais financiamentos do Banco Mundial e de outras fontes. Elaborou um plano de investimentos visando operacionalizar a estratégia de REDD+ para o período 2016-2020, e adotou diversos instrumentos jurídicos relacionados ao REDD+.

Este artigo trata de um projeto que faz parte de uma das maiores iniciativas de REDD+ jurisdicional do mundo: o Projeto PIREDD/Plateaux REDD+, na província de Mai-Ndombe¹. Como na maioria dos projetos de REDD+ – se não for em todos – a implementação do projeto causou conflitos com comunidades cujo uso da terra ele restringiu. Como a maioria dos projetos de REDD+ – se não for em todos – o PIREDD/Plateaux também inclui um mecanismo de queixas. Embora esse mecanismo deva servir para que os afetados por projetos de REDD+ possam exigir responsabilização, na realidade, a maneira como o mecanismo está concebido não possibilita responsabilizar seus implementadores.

O fracasso do mecanismo de queixas descrito neste artigo levanta uma questão mais ampla sobre o papel desses mecanismos em gerar aceitação por parte de doadores e do público para iniciativas de REDD+ que afirmam ser participativas. A disfuncionalidade do mecanismo de reclamação do Projeto de REDD+ PIREDD/Plateaux não é uma mera questão de má implementação. Ao contrário da ideia por trás da sua concepção, o mecanismo é implementado de uma forma que não funciona e não consegue resolver as reclamações das comunidades.

O Projeto de REDD+ PIREDD/Plateaux

A província de Mai-Ndombe abrange 12,3 milhões de hectares, dos quais 80% são cobertos por florestas. Em 2016, a Parceria de Carbono Florestal (FCPF) do Banco Mundial aprovou 13,1 milhões de dólares para o projeto de REDD+ PIREDD/Plateaux. É a primeira parte de um financiamento maior acordado com o governo da RDC. O projeto é a primeira fase do programa de REDD+ Mai Ndombe, e é considerado a iniciativa de REDD+ jurisdicional mais avançada no país. Está sendo implementado em quatro regiões administrativas (Mushie, Kwamouth, Bolobo e Yumbi).

A ONG WWF é a chamada “agência local de implementação”, com responsabilidade de colocar o projeto em prática nessas quatro regiões. Sob o objetivo declarado de “reduzir a pressão sobre as florestas”, as atividades do projeto se concentram em reflorestamento, agricultura e controle de incêndios², e fazem parte do chamado Projeto de Gestão Aprimorada de Paisagens Florestais (PGAPF). Em troca do plantio de mudas e da proteção das savanas, prometem-se às comunidades pagamentos baseados em resultados, benefícios monetários por serviços prestados pela comunidade, como a manutenção de estradas secundárias para a agricultura ou a instalação de uma madeireira. Os pagamentos devem ser feitos anualmente pelo Programa de Investimento Florestal do Banco Mundial (FIP), tendo o WWF como intermediário.

Para a interação com as comunidades, o WWF estabeleceu Comitês Locais de Desenvolvimento (CLDs) em cada comunidade. O CLD representa comunidades,

funciona como ponto de contato da comunidade para aqueles que implementam os projetos, encaminha queixas, e recebe e distribui pagamentos aos membros da comunidade por tarefas específicas. O projeto deve estabelecer 175 desses CLDs. Cada comunidade dentro da área do projeto deve preparar um Plano de Gestão de Recursos Naturais, identificando, entre outras coisas, áreas a ser protegidas e outras nas quais árvores seriam plantadas.

Conflitos com comunidades

O governo da RDC afirma que um dos pilares da estratégia de REDD+ do país, além de reduzir o desmatamento, é melhorar as condições de vida das pessoas mais pobres e mais vulneráveis do país.

No entanto, pesquisas realizadas por uma rede de grupos de base e apoiadas pela organização congoleza Action pour la Promotion et Protection des Peuples et Espèces Menacées (APEM) em parceria com a Rainforest Foundation do Reino Unido (RFUK), sugerem que a realidade está longe dessa aspiração. Eles se reuniram com pessoas em mais de vinte comunidades nas regiões administrativas de Mushie, Bolobo e Kwamouth em 2018 e 2019. Principalmente durante seus encontros com mulheres, foi exposta uma longa lista de problemas e conflitos relacionados ao projeto de REDD+, que inclui:

- **As mulheres não estão autorizadas a continuar com as práticas agrícolas tradicionais**

Durante as reuniões, as mulheres descreveram como manejam tradicionalmente as savanas. Depois de arar o terreno que planejam usar para o cultivo, usam o **fogo** em pequena escala para eliminar o capim que foi arrancado. Essa **queima** também cria um ambiente ideal para coletar posteriormente cogumelos, frutas, lagartas, folhas e outras plantas. Com a proibição do uso do **fogo** pelo projeto de REDD+, as famílias ficaram sem fontes de alimentos vitais. Moradoras da comunidade Bosina denunciaram a falta de espaço para o cultivo de alimentos nas savanas. Não houve consultas à comunidade sobre o uso dessas áreas para atividades de reflorestamento do REDD+. Como resultado, elas agora têm que andar distâncias muito maiores para encontrar áreas onde possam cultivar mandioca. A maioria desses locais é arborizada e, portanto, as mulheres precisam da ajuda de homens para limpá-los. Isso não apenas cria uma dependência dos homens que elas não tinham antes, mas também gera mais desmatamento. Como resultado do projeto de REDD+, a produção de mandioca por mulheres caiu. Moradoras da aldeia de Maa explicaram que a proibição do uso da savana também tira outras fontes de alimento e renda, principalmente a coleta de cogumelos. O projeto de REDD+ piorou a situação econômica das famílias. Isso, por sua vez, afeta, por exemplo, sua capacidade de pagar pela educação dos filhos. Ao mesmo tempo, o risco de insegurança alimentar e doenças aumentou. Situações semelhantes foram descritas por pessoas em outras aldeias, como Bompensole, Mbala II, Camp Ferrera, Twa à Kwamouth, Lovwa, Nkô, Mbali e Bopaka.

- **Nenhum pagamento por atividades de reflorestamento**

As mulheres das comunidades de Bosina e Komambi informaram que não receberam nenhum dinheiro pelo reflorestamento das espécies de árvores de crescimento rápido e frutíferas que plantaram para o projeto.

- **Escolha inadequada de espécies de árvores para reflorestamento**

Membros da comunidade de Maa disseram que as espécies de rápido crescimento escolhidas pelos responsáveis do projeto, como acácia e eucalipto, não são do interesse das comunidades. As mulheres argumentaram que coletam madeira morta como lenha para cozinhar para suas famílias, e não precisam de acácias nem de eucaliptos para isso.

- **Sem pagamento pela manutenção de estradas**

Embora tenham trabalhado na manutenção de estradas e finalizado sua tarefa claramente definida, os membros da comunidade de Komambi não foram pagos por esse trabalho. Pessoas que vivem nas comunidades de Maa, Camp Molart e Komambi relataram o mesmo problema, explicando que representantes do projeto chegaram a assinar os documentos atestando a finalização de seu trabalho, mas, mesmo assim, elas não receberam o pagamento.

- **Pagamentos atrasados por “serviços ambientais”**

O trabalho de membros da comunidade de Bosina, classificado como “serviços ambientais” (proteger a savana, contendo incêndios florestais) não foi pago por duas temporadas. As comunidades de Masiambio, Lovwa, Komambi, Bompensole, Mbala II e Maseke também relatam atrasos no pagamento por seu trabalho de combate aos incêndios florestais. Em junho de 2019, depois de sofrer com a escassez de alimentos por ter tido que abandonar suas plantações para trabalhar no combate a incêndios florestais e pela alocação de terras no âmbito dos Planos de Gestão de Recursos Naturais, e porque ainda não haviam recebido os pagamentos, as comunidades decidiram protestar queimando savanas que deveriam proteger dentro do projeto. Na comunidade de Maa, o presidente do CDL, que assinou o contrato com o projeto de REDD+ em torno desses pagamentos, acrescentou que se sente ameaçado por essa situação. As comunidades de Masiambio, Lovwa, Bosina, Bompensole, Komambi e Maseke também reclamaram do atraso no pagamento por fazer aceiros.

- **Contratos de pagamento decididos unilateralmente pelo WWF**

O presidente do CDL em Komambi explicou que os contratos do projeto de REDD+ para pagar os membros da comunidade por serviços prestados são decididos unilateralmente pelos proponentes do projeto. Ele explicou que não teve assistência para que pudesse avaliar, com a comunidade, os termos dos contratos propostos pelo projeto. Membros da comunidade Lovwa acrescentaram que, embora não haja estipulação de multa ou valor ajustado a ser pago em caso de atrasos nos pagamentos do projeto, o contrato prevê penalidades para as comunidades que não

cumprem bem o seu trabalho, no caso, o combate a incêndios florestais.

- **Pagamentos extremamente baixos**

Os membros da comunidade de Komambi reclamaram do pagamento muito baixo para combater incêndios florestais e fazer a manutenção dos aceiros: 5 dólares anuais por hectare. Na comunidade de Maa, também relataram que recebem muito pouco em troca de várias atividades do projeto em que estão envolvidos. Eles argumentaram que ganhavam muito mais com as atividades pastoris e agrícolas que costumavam desenvolver como meeiros antes do projeto. Explicaram que esse era um dos motivos para não fazer mais parte do projeto de REDD+.

- **Falta de transparência na seleção dos facilitadores dos comitês e do presidente do CLD**

Membros da comunidade da Lóvoa criticaram a falta de transparência na forma como os facilitadores dos diferentes grupos dentro do Comitê Local de Desenvolvimento (CLD) foram selecionados pelo projeto de REDD+. Muitas comunidades disseram que não tiveram a oportunidade de eleger os presidentes de seus comitês. Também desaprovaram a falta de relatórios financeiros dos CLDs para as comunidades. Essas questões foram comunicadas ao WWF, mas a ONG não interveio, e os problemas continuam.

- **Exacerbando antigos conflitos de terras**

Os promotores do projeto de REDD+ exacerbaram um antigo conflito de terras nas fronteiras entre as comunidades Komambi e Maa. Como parte da criação do Plano de Gestão de Recursos Naturais para cada comunidade, os promotores do REDD+ produziram um mapa que aloca parte das terras tradicionais da comunidade à comunidade de Maa, o que acabou reacendendo o antigo conflito de terras e resultou em um processo judicial.

- **Criação de novos conflitos de terra**

Um novo e delicado conflito de terras surgiu quando foram criados os mapas produzidos como parte do Plano de Gestão de Recursos Naturais para cada comunidade. A fronteira mostrada no mapa entre as aldeias de Mongana e Nkó estava incorreta. Embora as comunidades saibam exatamente onde fica a fronteira entre seus territórios tradicionais, as autoridades de ambas viram os mapas com os limites errados. Membros da comunidade de Nkó explicaram que isso gerou mais desconfiança entre as duas comunidades, também porque os promotores do projeto de REDD+ não revisaram os mapas para corrigir o problema. Outra reclamação relacionada à terra foi mencionada pelo chefe da Masiambio, que argumentou que seus direitos de posse sobre as terras tradicionais não foram respeitados. Da mesma forma, na comunidade Nkuru, as aldeias se recusaram a assinar a ata da validação do Plano de Gestão de Recursos Naturais porque ele alocava parte de suas terras à comunidade de Hebi³.

- **Falta de informação e participação**

Membros da comunidade de Bosina relataram que não participaram da elaboração de seu Plano de Gestão de Recursos Naturais. Em Komambi, as pessoas acrescentaram que nem foram consultadas sobre o projeto, e denunciaram que o WWF costuma usar outra comunidade, Maa, para representá-los. O chefe da comunidade Maa, por sua vez, disse que nunca deu permissão para o projeto. Após consultar os membros, ele decidiu escrever uma carta dizendo que a comunidade não deseja mais fazer parte do projeto de REDD+. Os moradores de Mongana afirmaram não saber o que é o projeto de REDD+ PIREDD/Plateaux, e os pesquisadores da comunidade descobriram que apenas 20% da população da aldeia consultada dentro do PIREDD/Plateaux já tinham ouvido falar de REDD+.

A disfuncionalidade exposta do mecanismo de queixas do Projeto de REDD+ PIREDD/Plateaux coloca em questão o real propósito desses mecanismos em projetos REDD+ em geral.

Um mecanismo de queixas disfuncional

Em teoria, os mecanismos de queixas devem se tornar ferramentas muito importantes nos casos em que surgem conflitos, ou melhor, um último recurso para que as comunidades possam ter alguma prestação de contas com relação aos direitos e benefícios sociais que foram prometidos e acordados. A disfuncionalidade exposta do mecanismo de queixas do Projeto de REDD+ PIREDD/Plateaux coloca em questão o real propósito desses mecanismos em projetos REDD+ em geral. Eles são realmente projetados para resolver conflitos que surgem da implementação do projeto? Quais são os interesses por trás do estabelecimento desses mecanismos?

Em 2014, quando o governo da RDC ainda estava na fase preparatória do processo de REDD+, o Banco Mundial pagou 5,2 milhões de dólares ao governo para operacionalizar as **salvaguardas** do REDD+, incluindo um mecanismo de queixas. Quatro anos depois, em 2018, o decreto governamental nº 047, de 9 de maio de 2018, estabelece o procedimento para a aprovação de investimentos em REDD+ na RDC e as **salvaguardas** e padrões a ser desenvolvidos. O decreto também afirma que um mecanismo de gestão de reclamações e recursos é um imperativo para o processo. Os padrões nacionais de REDD+ que aguardam validação incluem este, do princípio 3: As atividades de REDD+ devem minimizar perdas e danos, proporcionar reparação e implementar mecanismos para reparação justa e equitativa de qualquer perda e/ou dano sofrido pelas comunidades e outras partes interessadas. No entanto, de acordo com informações oficiais de 2020, o mecanismo ainda está em fase experimental.

Ainda assim, os promotores do REDD+ dão a impressão de que os mecanismos de queixas estão bem estabelecidos e funcionando. O Programa de Investimento Florestal do Banco Mundial (FIP) elaborou um modelo de como o mecanismo de queixas deve funcionar para seus projetos de REDD+, composto por sete etapas detalhadas de como as queixas devem ser recebidas, avaliadas, investigadas e tratadas⁴. O projeto de REDD+ PIREDD/Plateaux afirma que capacitou as

comunidades para usar o mecanismo de queixas.

Mas as visitas de campo coordenadas pela APEM mostraram que as comunidades não foram devidamente informadas sobre esse mecanismo, não sabem como usá-lo e não têm a assistência nem a orientação necessárias. O resultado é que, na prática, o mecanismo não é realmente acessível para aqueles afetados negativamente pelo projeto de REDD+. As visitas também revelaram que as autoridades locais identificadas como entidades encarregadas de receber e encaminhar as reclamações não estão informadas e/ou não estão dispostas a cumprir essa função.

O mecanismo de queixas foi concebido sem que houvesse que consultar às comunidades que deveriam se beneficiar dele. Portanto, é projetado para beneficiar a parte contra a qual a queixa é apresentada. Nenhum mecanismo facilita às comunidades a apresentação de suas queixas, por exemplo, tendo as informações e os formulários disponíveis nos idiomas locais. Outro exemplo é que não existem definições claras sobre prazos, acesso às informações e transparência no procedimento geral. As visitas de campo também observaram que, entre as 26 aldeias visitadas, apenas os presidentes dos CLDs de Bosina e Nkô conheciam o mecanismo de queixas.

Tudo isso indica que a intenção e o interesse não eram realmente criar um mecanismo de queixas acessível. O resultado tem sido o fortalecimento de relações desiguais de poder e a criação de um mecanismo de fachada que só prejudica os denunciadores, ou seja, as comunidades. O desenvolvimento e a concepção do mecanismo de queixa é outro exemplo da abordagem de cima para baixo, que define toda a arquitetura do REDD+.

Testando o mecanismo

A equipe da APEM decidiu apoiar várias comunidades no teste do funcionamento do mecanismo de queixas. Eles ajudaram as comunidades a apresentar queixas oficiais às autoridades competentes, garantindo que as queixas fossem preparadas e apresentadas de acordo com as diretrizes do mecanismo. As comunidades em diálogo com a APEM optaram por se concentrar em questões como o reconhecimento dos direitos tradicionais à terra, a falta de espaço para as mulheres cultivarem seus alimentos, a seleção - feita de cima para baixo - de espécies de árvores para reflorestamento, as formas não participativas de produção de mapas em cada uma das comunidades, a ausência de participação das comunidades no projeto, e a falta de informação adequada e/ou de consentimento das comunidades ao projeto de REDD+.

As comunidades de Komambi e Maa foram as primeiras a apresentar sua queixa à autoridade competente em Mushie, em 10 de novembro de 2019. Inicialmente, a queixa foi recusada, com a explicação de que o mecanismo ainda não estava operacional. Após a insistência dos reclamantes, a pessoa que não quis receber a queixa da primeira vez apresentou outro argumento: disse não ter orientação sobre como lidar com as queixas e que não havia recebido nenhuma até o momento.

Após 5 dias de insistência, a queixa foi finalmente recebida e uma confirmação

foi entregue aos reclamantes. No documento de confirmação, no entanto, faltava um número de registro para identificar claramente a queixa que acabava de ser apresentada. Os reclamantes apenas receberam uma promessa verbal de que a queixa seria examinada. Aparentemente, nada aconteceu depois. Durante uma visita ao escritório do FIP em Kinshasa, em 18 de dezembro de 2019, para obter informações sobre o status da queixa, o responsável por “**salvaguardas**” afirmou não ter recebido nenhuma queixa.

Considerações finais

O caso do Projeto de REDD+ PIREDD/Plateaux mostra que todos esses anos e milhões de dólares gastos na suposta preparação dos países para a implementação de projetos de REDD+ em consonância com as **salvaguardas** adotadas nas conferências da ONU sobre o clima para prevenir conflitos e violações de direitos humanos foram, em grande parte, desperdiçados. Problemas sociais e conflitos locais têm surgido sistematicamente desde que os primeiros projetos de REDD+ tiveram início, há quase 15 anos⁵. Além disso, uma análise preliminar do PIREDD/Plateau mostra que as atividades do projeto de REDD+ não reduziram a perda anual de florestas.

Este caso também mostra que os promotores de REDD+ definitivamente não estão preocupados com as comunidades e com o que elas têm a dizer sobre a defesa da floresta. Promotores do REDD+, como o Banco Mundial e o WWF, impõem suas próprias ideias e planos. Eles não parecem ter nenhuma preocupação com proteger as comunidades dos impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais e das violações de direitos humanos em geral. As **salvaguardas** permaneceram burocráticas. Pior ainda, quando os conflitos existentes permanecem sem solução e os proponentes do REDD+ podem alegar que adotam padrões sociais e ambientais em seus projetos de **compensação**, abrem-se as portas para mais conflitos.

O resultado final é que os mecanismos de reclamação e as discussões em torno das **salvaguardas** parecem funcionar muito bem para garantir que os doadores continuem financiando esquemas polêmicos e propensos a conflitos como o REDD+. Esse falso mecanismo de reclamação cria a aparência de que haverá responsabilização quando algo der errado. A realidade é que não há intenção de assumir responsabilidades, porque os conflitos são inevitáveis na realidade da implementação do REDD+, onde as comunidades são responsabilizadas pelo desmatamento e enfrentam a imposição de mudanças e restrições no uso da terra. Também se ignora que essas comunidades fazem uma boa gestão dessas mesmas florestas e as protegeram sem a intervenção de terceiros. Se essa é a intenção dos projetos de REDD+, por que alguém esperaria que um mecanismo de queixas funcionasse para resolver os próprios conflitos decorrentes daquilo que o projeto de REDD+ busca: restringir o uso da terra por parte das comunidades?

Prince LUNGUNGU

APEM - Action pour la promotion et protection des peuples et espèces

menacées (Ação para a promoção e proteção de povos e espécies ameaçadas),
DRC

lungprince@gmail.com

1 Artigo baseado nas informações do relatório da APEM, não publicado, “Retour d’expérience de suivi des plaintes et recours des communautés locales dans la mise en œuvre de la REDD+ dans la Province de Mai-Ndombe en République Démocratique du Congo : Cas de PIREDD/Plateaux” (Avaliação do monitoramento de reclamações e apelos das comunidades locais na implementação do REDD+ na Província de Mai-Ndombe na República Democrática do Congo: Caso de PIREDD/Plateaux). As informações contidas no relatório da APEM são baseadas em várias visitas de campo feitas por membros da ONG em 2018 e 2019 às comunidades no projeto de REDD+ PIREDD/Plateaux. As visitas foram realizadas para entender se e como o mecanismo de reclamação do projeto está funcionando. “REDD-MINUS: The Rhetoric and Reality of the Mai Ndombe REDD+ Programme”, Norah Berk and Prince Lungungu, dezembro de 2020 <https://www.rainforestfoundationuk.org/media.ashx/redd-minus.pdf>

2 WWF, REDD+: PIREDD-plateaux, an encouraging model in the fight against deforestation in the DRC, <https://www.wwfdrc.org/?26981/REDD-PIREDD-plateaux-an-encouraging-model-in-the-fight-against-deforestation-in-the-DRC>

3 Dos 24 Planos de Gestão de Recursos Naturais que foram elaborados no território de Bolobo, nove foram validados/aprovados sem objeções, 11 foram validados/aprovados pelas comunidades sob a condição de que os erros fossem corrigidos e, em quatro casos, as comunidades se recusaram a aprovar os Planos devido à gravidade dos conflitos que haviam sido criados. Esses conflitos continuam até hoje.

4 Programme d’investissement pour la Forêt de La Republique Democratique Du Congo PIF RDC, https://pifrdc.org/glis_c/MGPR_PIF

5 REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras: <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras>

Exploração madeireira na área do Projeto Grande Mayumba, no Gabão.
Foto: Muyissi



Perigosas para as comunidades e para o clima: as Soluções Baseadas na Natureza no Gabão

Na conferência climática da ONU, em 2021, o governo do Gabão dizia estar à frente da luta contra o colapso climático. A extração de combustíveis fósseis no Gabão chegaria ao fim? Não. A retórica equivalia a uma lavagem verde. Em seu núcleo estão um acordo assinado em 2019 com a Noruega, produtora de combustíveis fósseis, e o projeto Grande Mayumba. As comunidades temem que o projeto de compensação de carbono traga mais dificuldades para as famílias que viram a pesca artesanal ser fortemente restringida ao longo da costa enquanto se recuperam da destruição, nunca indenizada, de suas plantações por elefantes, que se aproximaram pressionados pela extração industrial de madeira e as plantações de dendezeiros.

Nos meses que antecederam a cúpula do clima da ONU, em novembro de 2021, em Glasgow, na Escócia, reportagens publicadas na imprensa do Reino Unido destacaram a importância das florestas para o clima – e das florestas do Gabão

em particular¹. Elas sustentam a afirmação de que, para ajudar a proteger o clima, países como o Gabão devem ser pagos para preservar suas florestas e o carbono armazenado nelas². A ONG britânica Chatham House inclusive publicou um podcast³ de uma hora, em que o ministro das Florestas, Oceanos e Mudanças Climáticas do Gabão, Lee White, defendeu esse argumento.

O repentino interesse da mídia do Reino Unido nas florestas do Gabão tem muito a ver com as emissões de carbono. Governos de países industrializados, empresas e grandes ONGs conservacionistas afirmam que as florestas podem compensar os danos (climáticos) causados quando os depósitos subterrâneos de carbono são destruídos para extrair carvão, petróleo e gás. Como? Protegendo florestas que supostamente corriam o risco de ser destruídas. Impedir essa suposta destruição prevista mantém o carbono na floresta – e fora da atmosfera (veja, nesta publicação, o artigo *Todo o carbono é igual? Carbono fóssil, violência e poder*). Essa linha de argumentação agrada às empresas porque lhes permite continuar lucrando com os combustíveis fósseis, desde que paguem algum projeto que alegue proteger as florestas em risco, plantar mais árvores ou restaurar turfeiras degradadas. Essa ideia perigosa de que a destruição de estoques subterrâneos pode ser compensada pelo carbono acima do solo armazenado em florestas foi promovida sob o nome de REDD – ou, mais recentemente, de “Soluções Baseadas na Natureza” (veja o artigo de introdução ao REDD para mais informações)⁴.

Dois exemplos do Gabão demonstram por que as “Soluções” Baseadas na Natureza levarão a mais caos climático, pois não ajudam a acabar com a extração de carvão, petróleo e gás. Assim como o REDD nos últimos 15 anos, essas ditas soluções também irão expor as comunidades a mais conflitos e violência, e nada farão para reduzir as emissões geradas pela extração industrial de madeira ou o agronegócio.

O Acordo Noruega-Gabão: pagar pela redução do desmatamento enquanto se aumenta o desmatamento

Em um acordo assinado em setembro de 2019, o governo da Noruega se compromete a pagar 150 milhões de dólares ao governo do Gabão se este puder demonstrar que reduziu o desmatamento abaixo do nível acordado⁵. O argumento é que evitar o desmatamento implica que certa quantidade de dióxido de carbono não seja liberada na atmosfera, pois as árvores que supostamente seriam cortadas permanecerão em pé, e evitar essas emissões ajuda a reduzir as emissões na atmosfera.

Os benefícios desse acordo para o governo da Noruega são óbvios: por um pagamento pequeno (em comparação com os lucros obtidos com a destruição dos estoques subterrâneos de carbono na costa norueguesa), o governo pode se apresentar ao mundo como um líder na luta contra as mudanças climáticas. Enquanto isso, o mesmo governo que pede que as pessoas do Gabão protejam seus estoques de carbono florestal acima do solo porque eles são importantes para a proteção do clima, continua destruindo os estoques subterrâneos para extrair petróleo e gás, e para lucrar ainda mais com a venda desses combustíveis fósseis⁶.

O acordo também foi bem recebido pelo ministro das Florestas, Oceanos e Mudanças Climáticas do Gabão⁷. A Noruega – importante produtora de petróleo – poderia usar o acordo para desviar a atenção dos danos climáticos causados pela exploração de petróleo e gás no mar e afirmar sua liderança nas Soluções Baseadas na Natureza e na proteção do carbono armazenado nas florestas do Gabão. O acordo inclusive permitiu que o governo da Noruega pagasse os primeiros 17 milhões de dólares em junho de 2021⁸, mesmo com o aumento do desmatamento no Gabão – um país onde 60% das estradas são usadas para o escoamento de madeira e 44% das florestas são entregues a empresas como concessões para atividades extrativas⁹.

É importante observar que essas perversidades não são uma exceção quando se trata de pagamentos por supostas reduções nas emissões florestais (REDD)¹⁰. Os países e empresas mais responsáveis por causar o colapso climático estão pagando regularmente a outros que afirmam ter reduzido as emissões do desmatamento, embora o desmatamento nesses países ou dentro de projetos de REDD esteja aumentando¹¹. Ou então, fazem pagamentos por alegações de que se evitou o desmatamento de florestas em risco de destruição, embora não haja indicação plausível de que esse risco existisse. A consequência: as empresas e os países mais responsáveis pelo colapso do clima podem alegar que seus acordos comerciais, produtos e serviços são, de alguma forma, “neutros em carbono” e produzem emissão “**líquida zero**” – e, ***ainda assim***, continuar lucrando com a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento que ainda é associado a eles.



Comunidades na província de Nyanga, Gabão, pedem a suspensão do projeto Grande Mayumba NBS, novembro de 2021.

Para Lee White, o acordo de 150 milhões de dólares com a Noruega é apenas o começo. No podcast da Chatham House, de outubro de 2021, White diz aos ouvintes que *“todos os anos, o Gabão absorve cerca de 100 milhões de toneladas de dióxido de carbono, líquidas. Portanto, estamos compensando todas as nossas emissões. Não estamos visando a neutralidade de carbono; nós já somos neutros em carbono. E somos ainda melhores do que isso. Estamos absorvendo cerca de um quarto a um terço das emissões anuais do Reino Unido em nossas florestas tropicais.”*¹²

Esse argumento não está longe da afirmação dos países industrializados e das grandes empresas, de que eles não precisam parar de queimar carvão, petróleo e gás em seus países para alegar ser “neutros em carbono”; basta pagar, por exemplo, o Gabão para proteger o carbono armazenado em suas florestas. Isso, prossegue o argumento, equivale a conter a destruição dos estoques subterrâneos de carbono remanescentes, e os países industrializados e as grandes empresas não precisam parar de queimá-los na forma de combustíveis fósseis.

É óbvio que compensar não é tão bom quanto parar a destruição dos depósitos subterrâneos de carbono. Na verdade, compensar significa que as comunidades cujas terras foram destruídas por minas de carvão e campos de petróleo continuarão sendo expostas à violência e à poluição tóxica que estão inextricavelmente ligadas à extração de combustíveis fósseis. Compensar também significa que as comunidades cujo entorno é afetado por refinarias continuam expostas a impactos devastadores na saúde. E compensar significa, ainda, que mais terras no final da equação da **compensação** estão sendo controladas para servir aos interesses das grandes empresas – como estoques de carbono, neste caso – enquanto famílias de pequenos agricultores e povos da floresta são instruídos a parar de cultivar alimentos na floresta.

O projeto Grande Mayumba: uma ameaça aos meios de subsistência das comunidades disfarçada de “Solução Baseada na Natureza”

Em setembro de 2021, o governo do Gabão apresentou uma proposta que permitirá às empresas lucrar com projetos de compensação de carbono, com base no mesmo argumento do acordo entre os governos da Noruega e do Gabão: se o projeto demonstrar que as florestas estavam em risco de destruição e que ele as protegeu, poderá vender o carbono economizado por meio dessa proteção florestal a empresas que queiram continuar queimando combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, alegar que os danos climáticos decorrentes dessa queima de combustíveis fósseis foram compensados¹³. Um desses projetos já existe na província de Nyanga, no sudoeste do Gabão: chama-se Grande Mayumba.

O projeto Grande Mayumba data de 2011, quando o governo do Gabão e uma empresa então chamada SFM Africa Ltd¹⁴. constituíram a Grande Mayumba Development Company (GMDC) como uma parceria público-privada. O governo possui 34% da empresa, enquanto 66% estão nas mãos da SFM Africa Ltd., hoje conhecida como African Conservation Development Group (ACDG)¹⁵.

Assim como outras empresas fundadas pelo empresário sul-africano Alan

Bernstein, a SFM Africa Ltd. e o African Conservation Development Group estão registrados em países que costumam ser chamados de paraísos fiscais. São países procurados por quem quer evitar a taxaço, entre outras razões, porque as empresas registradas nesses lugares pagam impostos muito baixos e têm de revelar muito poucas informações sobre seus negócios e proprietários. Em 1999, Bernstein registrou sua empresa SFM International Ltd. nas ilhas Bermudas. O African Conservation Development Group, que ele criou mais tarde, está registrado nas Ilhas Maurício. Segundo o portal investigativo Ojo Público, a SFM International Ltd. fazia parte de uma rede de empresas envolvidas na venda de créditos de carbono e evasão fiscal em conexão com um projeto de reflorestamento na província de Uyacali, no Peru¹⁶. Em 2011, a SFM International Ltd. declarou falência.

Documentos importantes sobre o projeto são mantidos em segredo

Há muito pouca documentação substancial disponível sobre a Grande Mayumba Development Company ou o projeto Grande Mayumba. Na verdade, o único documento público importante é um contrato assinado em 20 de outubro de 2011 entre a Grande Mayumba Development Company e sua subsidiária integral de exploração florestal, a Nyanga Forestry Operations. Esse contrato se refere a outro, que foi assinado em 20 de abril de 2011 e deu origem à Grande Mayumba Development Company. No entanto, este último contrato não parece ter sido divulgado.

Membros das comunidades e representantes de organizações da sociedade civil que se reuniram na cidade de Mayumba em setembro e novembro de 2021 ficaram alarmados com o sigilo que cerca o projeto Grande Mayumba. Em uma nota à imprensa de 5 de março de 2021, o African Conservation Development Group (ACDG) afirma que “o projeto foi cuidadosamente elaborado por meio de um amplo processo de consulta ao longo de vários anos”¹⁷. Em contrapartida, os membros das comunidades presentes nas reuniões disseram não ter conhecimento de nenhuma consulta e, certamente, nenhuma que tivesse apresentado o projeto em toda a sua dimensão. Disseram que nunca viram um mapa detalhado da área de concessão, não sabiam quem está por trás do ACDG nem que a Grande Mayumba Development Company é uma parceria público-privada da qual o Gabão é acionista. Também não sabiam que a Nyanga Forestry Operations (NFO), que eles conheciam apenas como uma empresa madeireira não confiável, é, na verdade, uma subsidiária da Grande Mayumba Development Company. Como qualquer outra empresa madeireira, a NFO tem obrigação legal de negociar e pagar uma contribuição financeira às comunidades afetadas por suas operações. O Artigo 251 do Código Florestal do Gabão exige que as madeireiras aceitem essa contribuição como parte da negociação de *cahiers de charge*¹⁸ com as comunidades afetadas por suas operações. A NFO ainda não cumpriu essa obrigação legal. Enquanto isso, representantes das comunidades se perguntavam quanto dinheiro a NFO já pagou, nos últimos dez anos, à Grande Mayumba Development Company pela madeira extraída da concessão nas terras ancestrais dessas comunidades (não nos esqueçamos de que a NFO é uma subsidiária desta empresa)¹⁹.

Hospedagem de luxo

Em uma entrevista de 2019, Alan Bernstein menciona planos para um complexo de hospedagem de luxo no Parque Nacional Loango, ao norte das concessões do projeto Grande Mayumba²⁰. Em sua nota à imprensa de 12 de janeiro de 2021, o ACDG afirma que, no Parque Nacional de Loango, “o African Conservation Development Group (ACDG) está construindo hospedagem sob concessão da Agência Nacional de Parques Nacionais (*Agence Nationale des Parcs Nationaux*, ANPN).”²¹ Um relatório sobre a indústria do turismo no Gabão também observa que, “em fevereiro de 2013, a ANPN assinou um acordo de concessão para turismo de conservação na forma de uma PPP [parceria público-privada] com a Sustainable Forestry Management (SFM) Safari Gabon, uma subsidiária da SFM Africa, uma firma de conservação e desenvolvimento de paisagens sediada nas ilhas Maurício. O acordo prevê a criação de um circuito de hospedagens para safári, sustentáveis e luxuosas, começando com duas, nos parques nacionais Loango e Pongara, cujo objetivo será atrair 2.000 visitantes por ano.”²²

O projeto aparentemente consiste em seis grandes contratos de concessão separados, cobrindo uma área equivalente a 3% da superfície terrestre do Gabão.

Os Parques Nacionais Loango e Pongara estão localizados bem fora da vasta área de concessão do projeto Grande Mayumba. Um artigo de 2 de março de 2021, ligando a construção das hospedagens ao fundo de investimento do governo gabonês, FGIS, e sua subsidiária Luxury Green Resorts não menciona o ACDG nem o projeto Grande Mayumba²³. Mas o comentário de Alan Bernstein na entrevista de 2019 menciona hospedagens no Parque Nacional de Loango. Ainda não está claro como, exatamente, a construção das hospedagens de luxo no Parque Loango está ligada ao projeto Grande Mayumba, nem se a SFM Safari Gabon faz parte da Grande Mayumba Development Company ou está realizando atividades comerciais no Gabão como uma entidade separada, de propriedade de Alan Bernstein.

Grandes anúncios, nenhum dinheiro?

O extinto site SFM Africa descreveu a Grande Mayumba Development Company como uma parceria “para consolidar e desenvolver uma área florestal de 631.100 hectares e uma área marinha de 260.900 hectares, com base em um plano de gestão de longo prazo ecologicamente correto e economicamente ideal (Plano de Desenvolvimento Sustentável Grande Mayumba).”

Representantes das comunidades dentro da área de concessão do projeto Grande Mayumba e organizações da sociedade civil que se reuniram em setembro e novembro de 2021 ficaram surpresos ao descobrir que o projeto aparentemente consiste em seis grandes contratos de concessão separados, cobrindo uma área

equivalente a 3% da superfície terrestre do Gabão. Eles não sabiam que a terra dentro dessa grande área de concessão seria dedicada a “cinco atividades econômicas primárias – silvicultura, agronegócio, pesca, ecoturismo e desenvolvimento de infraestrutura”²⁴ – e que uma parte importante da concessão madeireira seria transformada em uma “floresta de conservação”, possivelmente uma nova **Área Protegida**.

Em reportagens, entrevistas e postagens em blogs, Alan Bernstein menciona muitas atividades comerciais relacionadas a suas empresas e ao projeto Grande Mayumba. Isso também foi novidade para os representantes das comunidades. As atividades mencionadas por Bernstein vão desde um projeto de plantação de cana-de-açúcar que pretende produzir 250 mil toneladas de açúcar por ano, uma nova²⁵ unidade de processamento de madeira em Mangali (uma aldeia próximo à cidade de Mayumba), uma rede de acomodações de luxo para ecoturismo, construção de instalações portuárias na lagoa da Mayumba, e implantação de fazenda de ostras para apoio à pesca artesanal.

Com exceção da extração de madeira pela Nyanga Forestry Operations, os membros das comunidades não foram informados sobre nenhuma das atividades planejadas; eles não sabem quando elas começarão nem como afetarão suas vidas e seus meios de subsistência. As pessoas estão particularmente preocupadas com as atividades de pesca e conservação mencionadas nas informações esparsas que existem sobre o projeto Grande Mayumba.

A subsistência dos pescadores artesanais de Mayumba já está sendo ameaçada nos últimos meses pela ampliação do Parque Nacional de Mayumba, uma área protegida marinha. Agora, eles têm que pescar a 10 km da costa, o que torna a pesca impossível (e perigosa, já que a maioria dos pescadores artesanais sai em pequenos barcos, muitos sem motor de popa). Enquanto isso, frotas de pesca comercial receberam licenças do governo e podem ser vistas da terra, operando dia e noite, aparentemente sem ser perturbadas. As restrições impostas pela administração do Parque Marinho à pesca artesanal afetam a soberania alimentar na cidade de Mayumba e em outros lugares. “Não dá para comprar mais peixe aqui em Mayumba”, comentaram as pessoas, explicando que ali sempre foi o lugar ideal para quem procurava peixe fresco no sul do Gabão.

É difícil dizer se os planos de Bernstein irão se concretizar. Há uma década ele fala sobre a maioria dessas atividades no presente. No entanto, apenas a construção da hospedagem de luxo no Parque Nacional de Loango e a extração de madeira pela NFO já estão em andamento, com algumas atividades preliminares que estariam ocorrendo no local da plantação de cana-de-açúcar.

Uma razão para o início lento da maioria das atividades parece ser que o African Conservation Development Group, e a SFM Africa/SFM Gabon antes dele, ainda não encontraram dinheiro para colocar seus grandes planos em prática. Em um artigo de julho de 2021, seu diretor de “Debt Capital”, ou seja, capital levantado por meio de empréstimos, explica que a empresa espera arrecadar até 300 milhões de dólares com a venda de títulos (investidores privados emprestam dinheiro à empresa e recebem pagamentos regulares de juros enquanto a empresa está usando seu capital)²⁶. Parte desses títulos estaria vinculada a créditos de carbono que a empresa

espera gerar a partir do projeto Grande Mayumba. Há cerca de 10 anos, o cofundador da SFM África, Kevin Leo-Smith, escreveu que a empresa estava prestes a lançar um “título verde” para dar o pontapé inicial no projeto Grande Mayumba. Resta saber se seus planos de arrecadação de recursos se concretizarão desta vez.

Matéria implausível sobre desmatamento coloca em dúvida a suposta redução de emissões

Em sua matéria sobre o que teria acontecido às florestas sem o projeto Grande Mayumba, o ACDG escreve em seu site que 52% (225 milhões de toneladas de CO₂) de carbono armazenado na floresta seriam perdidos nos próximos 25 anos. Com o projeto Grande Mayumba, o grupo afirma que, em vez de 52%, apenas 5% do carbono na floresta dentro de sua concessão serão lançados na atmosfera ao longo desses 25 anos. A diferença entre os 52% do carbono florestal que eles dizem que teria sido destruído sem o projeto e os 5% é a quantidade de carbono que o projeto afirma economizar: emissões de cerca de 200 milhões de toneladas de CO₂²⁷. Isso significa 200 milhões em créditos de carbono que o ACDG espera vender a empresas ou países como a Noruega, que querem continuar lucrando com a queima de combustíveis fósseis e, **ainda assim**, alegar que não prejudicam o clima.

Os números acima levantam muitas questões para as quais o site da ACDG não fornece respostas. O fato é que, durante 10 dos 25 anos tomados como referência para os cálculos, a subsidiária da Grande Mayumba Development Company, NFO, vem explorando madeira na concessão do projeto Grande Mayumba. E os cálculos no site do ACDG situam o desmatamento dentro da concessão do projeto em 2.000% acima do desmatamento médio anual no Gabão, de cerca de 0,1%. Nenhuma informação adicional é fornecida sobre por que essa suposição é plausível.

Também é implausível que as áreas que o projeto Grande Mayumba pretende separar como “florestas de conservação” teriam sido desmatadas sem o projeto²⁸. Um relatório sobre a expansão das **Áreas Protegidas** no Gabão mostra que grande parte dessas florestas está crescendo em terrenos inadequados para a exploração madeireira: “A SFM reconhece que grande parte da área proposta é proibitivamente íngreme para a exploração madeireira, principalmente ao longo da fronteira com o Congo e das cadeias de montanhas ao leste.”²⁹ O relatório sugere que essa parte da concessão pode ser candidata a uma futura expansão de **Área Protegida**.

Considerando que 52% do carbono é armazenado nas florestas dessas cadeias de montanhas e áreas de fronteira com a República do Congo parecem portanto altamente implausíveis, se não ridículos. O clima ficará pior se os créditos de carbono gerados pelo projeto Grande Mayumba um dia chegarem ao mercado.

Também existe uma grande distância entre as realidades que as comunidades camponesas e os pescadores artesanais estão enfrentando na região de Mayumba hoje e o projeto que Alan Bernstein descreve como estando “na vanguarda da atribuição de valor aos serviços ecossistêmicos” e “trabalhando para melhorar a situação das comunidades”³⁰. A experiência das comunidades com os parques de conservação está longe de representar melhorias. É marcada por conflitos e

destruição não compensada de suas plantações por elefantes, forçados a um contato mais próximo com as comunidades porque as plantações de dendezeiros e as operações comerciais de extração de madeira invadem a floresta. As comunidades estão particularmente preocupadas com a proposta de “floresta de conservação”. Elas temem ser proibidas de usar a floresta que protegem há gerações quando ela for declarada **Área Protegida**.

A preocupação não surpreende, considerando que o Ministro do país, Lee White, afirma que *“artificialmente, grande parte da área rural do Gabão está vazia. Portanto, conseguimos criar esses Parques Nacionais sem quase ninguém neles.”*³¹ Lee White está errado em ambas as afirmações. Embora tenham sido forçadas pelo domínio colonial francês a abandonar suas aldeias e se mudar para as margens das estradas para facilitar a cobrança de impostos, as comunidades mantiveram os laços com suas terras ancestrais, e as aldeias continuam existindo em lugares que foram declarados Parques Nacionais. Esse também seria o caso da floresta que o projeto Grande Mayumba identificou como “floresta de conservação”.

Em 5 de novembro de 2021, as comunidades do departamento de Basse-Banio e do município de Mayumba que seriam impactadas pelo projeto Grande Mayumba divulgaram uma declaração intitulada *“NÃO ao projeto Grande Mayumba”*. As comunidades trabalham pela sobrevivência de seus bairros e vilarejos, e lutam contra as desigualdades sociais, ambientais e climáticas, chamando à suspensão do projeto Grande Mayumba³².

Muyissi Environnement
Gabão e WRM

1 Veja, por exemplo Sky News, 13 de outubro de 2021. Gabon: ‘Very difficult’ to protect Great Congo Basin unless country rewarded for conservation efforts, minister warns. <https://news.sky.com/story/gabon-very-very-difficult-to-protect-great-congo-basin-unless-country-rewarded-for-conservation-efforts-minister-warns-12407143>; Financial Times, 20 July 2021. Africa’s green superpower: why Gabon wants markets to help tackle climate change. <https://www.ft.com/content/4f0579ac-409f-41d2-bf40-410d5a2ee46b>

2 Idem 1

3 Chatham House Podcast (2021): Episode 7. Climate Change in Africa with Minister Lee White. <https://soundcloud.com/chathamhouse/episode-7-climate-change-in>

4 WRM, REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras, <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras>

5 Gabon signs US\$150 million REDD deal with Norway. Shhh... Don’t mention corruption. <https://redd-monitor.org/2019/09/24/gabon-signs-us150-million-redd-deal-with-norway-shhh-dont-mention-corruption/>

6 Para mais informações, veja “Payment for non-performance”: Norway pays Gabon US\$17 million for increasing deforestation. <https://redd-monitor.org/2021/07/07/payment-for-non-performance-norway-pays-gabon-us17-million-for-increasing-deforestation/>

- 7 Payment for non-performance”: Norway pays Gabon US\$17 million for increasing deforestation. <https://redd-monitor.org/2021/07/07/payment-for-non-performance-norway-pays-gabon-us17-million-for-increasing-deforestation/>
- 8 <https://www.nicfi.no/current/gabon-receives-first-payment-for-reducing-co2-emissions-under-historic-cafi-agreement/>
- 9 Olivier Hymas (2015). L’Okoumé, fils du manioc: Post-logging in remote rural forest areas of Gabon and its long-term impacts on development and the environment. <https://core.ac.uk/download/pdf/79498104.pdf>
- 10 Ben Elgin (2020). These Trees Are Not What They Seem. How the Nature Conservancy, the world’s biggest environmental group, became a dealer of meaningless carbon offsets. Bloomberg Green. <https://www.bloomberg.com/features/2020-nature-conservancy-carbon-offsets-trees/>
- 11 O site REDD-Monitor lista muito exemplos: www.redd-monitor.org
- 12 Ibid 3, minute 39ff.
- 13 Diário Oficial da República do Gabão. 16 de setembro de 2021. Dossiê 777.
- 14 SFM Africa management team: <https://is.gd/vUPR3o>
- 15 AIHITDATA, Grande Mayumba: <https://www.aihitdata.com/company/027E21Bo/grande-mayumba/overview>
- 16 Ojo Público, 5 de novembro de 2017. Carbon Credits: The multimillion dollar offshore scheme in the Peruvian Amazon: <https://is.gd/mhwjtV>
- 17 Grande Mayumba Development Company Signe un Accord de Convention Portuaire Avec l’OPRAG. <https://afcondev.com/media/grande-mayumba-development-company-signs-port-convention-agreement-with-oprag>
- 18 Os cahiers de charge podem ser vistos como um reconhecimento dos direitos consuetudinários das comunidades à terra pelos estados da região, que mantiveram a afirmação colonial de que todas as terras pertencem ao Estado. Cahiers de charge são acordos que listam as obrigações financeiras da empresa para com uma comunidade cuja terra tradicional está dentro da concessão dessa mesma empresa.
- 19 O artigo 6 do contrato de 20 de outubro de 2011 obriga a NFO a pagar, entre outras coisas, uma taxa de FCFA 5.000 por metro cúbico de madeira Okomué de qualidade igual ou superior a CS, e FCFA 5.000 por metro cúbico cortado para outras espécies, onde a madeira seja de qualidade igual ou superior a B.
- 20 Gorillas, Forest Elephants Lure SFM Investment in Gabon’s Forest. <https://www.bqprime.com/onweb/gorillas-forest-elephants-lure-sfm-investment-in-gabon-s-forest>
- 21 Afrinca Conservation Development Group. Construction of ACDG’s First Lodge in Gabon Under Way. <https://panafricanvisions.com/2021/01/construction-of-acdgs-first-lodge-in-gabon-under-way/>
- 22 Oxford Business Group. A more sustainable approach: Development and promotion

with an eye on the longer term. <https://oxfordbusinessgroup.com/overview/moresustainable-approach-development-and-promotion-eye-longer-term>

23 Le Fonds gabonais d'investissements stratégiques veut valoriser le potentiel de l'écotourisme. <https://www.lenouveaugabon.com/fr/economie/0303-16540-le-fonds-gabonais-d-investissements-strategiques-veut-valoriser-le-potentiel-de-l-ecotourisme>

24 SFM Africa, Gabon: <https://web.archive.org/web/20181102061505/http://www.sfmafrica.com/projects/gabon>

25 O extinto site da SFM Africa já afirmava, usando o tempo presente, que “as árvores colhidas na área de concessão do GMDC são processadas localmente na serraria do GMDC.” Essa unidade de processamento não existia no momento em que este artigo foi escrito.

26 <https://www.ft.com/content/4f0579ac-409f-41d2-bf40-410d5a2ee46b>

27 Africa Conservation Development Group <https://afcondev.com/grande-mayumba>

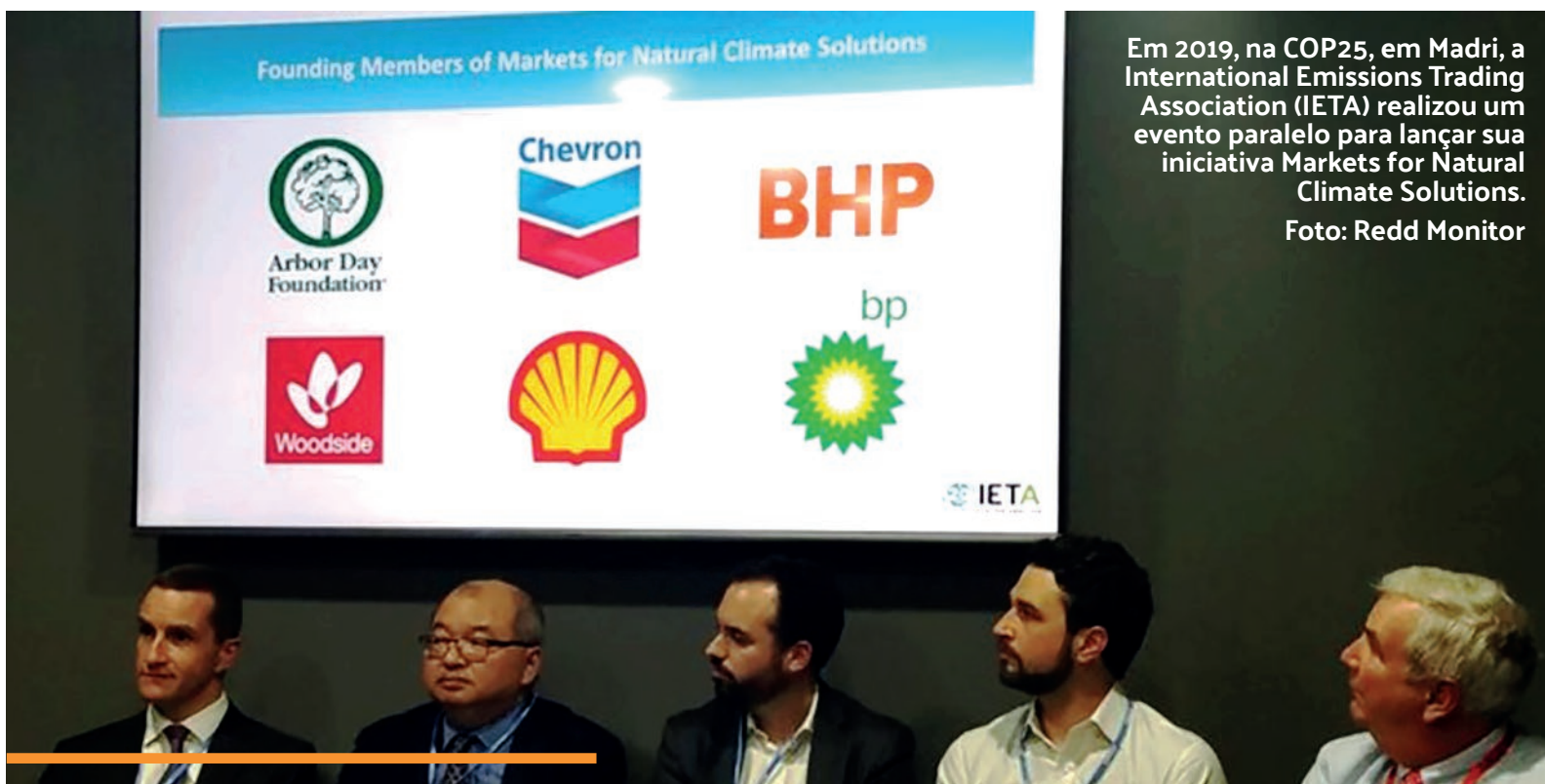
28 “O Plano de Desenvolvimento Sustentável Grande Mayumba, elaborado em parceria com a República Gabonesa, destina 29% do Grande Mayumba para extração de madeira de baixo impacto nas áreas florestais existentes e 13% para a agricultura mista em pastagens altamente degradadas, enquanto 30% das concessões florestais do Grande Mayumba serão retirados da silvicultura comercial e declarados como área de conservação, devido ao seu alto valor de biodiversidade. Isso significa que mais de 220 mil dos 730 mil hectares de terra serão reservados permanentemente para a conservação, incluindo florestas representativas e ecossistemas de savana, bem como ambientes marinhos e de água doce.” Alan Bernstein (2021). The convening power of natural capital. <https://forestlab.partners/perspective/perspective-01/natural-capital-investment-provides-a-new-development-model-for-africa>

29 CAFI. Accélérateur de réformes en Afrique centrale. Version 2019-18-12 Expansion des aires protégées et optimisation de l'utilisation des terres aux fins de production de cultures vivrières au Gabon. https://www.cafi.org/sites/default/files/2021-03/05_Gabon%20Parks_Ag_Final%20prododoc_23.04.pdf pg 75/76

30 Putting a price on our natural environment could give Africa the edge. <https://www.businesslive.co.za/bd/opinion/2021-05-19-putting-a-price-on-our-natural-environment-could-give-africa-the-edge/>

31 Idem 3

32 Gabão: Comunidades Dizem NÃO ao Projeto Grande Mayumba. <https://www.wrm.org.uy/pt/alertas-de-acao/gabao-comunidades-dizem-nao-ao-projeto-grande-mayumba>



Em 2019, na COP25, em Madri, a International Emissions Trading Association (IETA) realizou um evento paralelo para lançar sua iniciativa Markets for Natural Climate Solutions.

Foto: Redd Monitor

Grandes poluidores, compensação de carbono e REDD+

A compensação é uma distração perigosa em relação às causas da crise climática. Essa falsa solução é o outro lado da reação inicial da indústria do petróleo à ciência climática: negação. Os grandes poluidores não inventaram o comércio de carbono, mas o apoiaram, pressionaram fortemente por ele e o promoveram. Eles também são grandes compradores de compensações de carbono. Nos últimos anos, a compra de compensações pelos grandes poluidores passou de um gotejamento constante a uma inundação, e as ONGs de conservação estão entre os principais fornecedores e apoiadores. Seu apoio ao comércio de carbono também se deu de formas menos visíveis.

A negação da mudança climática e a **compensação de carbono** têm o mesmo propósito: permitir que os Grandes Poluidores continuem lucrando com seus negócios pelo maior tempo possível, como se nada estivesse acontecendo.

Mas talvez a **compensação** seja ainda mais perigosa do que negar as mudanças climáticas, porque parece reconhecer que a crise é real, mas dá a impressão de que os Grandes Poluidores estão tomando medidas para enfrentá-la.

Atualmente, a **compensação** está passando por uma explosão de crescimento.

Porém, mais de três décadas de experimentos com o comércio de carbono revelam que ela é um grande fracasso no enfrentamento à crise climática. A compensação é uma distração perigosa, que permite que os Grandes Poluidores continuem fazendo negócios normalmente.

Mais de 1.500 empresas já assumiram compromissos com “**emissão líquida zero**”¹. Quase dois terços de todos os países têm esse tipo de compromisso, mas eles “nada mais são do que um grande golpe”, como observa Sara Shaw, da Amigos da Terra Internacional. Os Grandes Poluidores planejam continuar poluindo enquanto fazem a lavagem verde de sua imagem com compensações e esquemas de plantio de árvores.

O setor de aviação civil desenvolveu seu próprio sistema de comércio de carbono, denominado Esquema de Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional (CORSIA), segundo o qual as emissões aumentarão sem qualquer limite e a indústria usará a **compensação** para justificar a continuidade da poluição.

As empresas petrolíferas aderiram com entusiasmo às Soluções Naturais para o Clima -às vezes chamadas de Soluções Baseadas na Natureza²-, em uma tentativa de dar a impressão de que, de repente, elas se preocupam com o meio ambiente. Ao mesmo tempo, continuam explorando novas fontes de lucro em alguns dos ecossistemas mais ameaçados do planeta.

Em 2019, o CEO da Shell, Ben van Beurden, anunciou que é necessário “outro Brasil em termos de florestas tropicais”³ para enfrentar a mudança climática por meio dessas Soluções Naturais para o Clima.

A Total comprou **compensações** para criar uma fantasia sobre gás natural liquefeito “neutro em carbono”⁴ e planeja gastar 100 milhões de dólares (5) por ano em proteção florestal e plantio de árvores⁶.

Enquanto isso, a petrolífera italiana Eni planeja aplicar 8,1 milhões de hectares na África⁷ para compensar a continuidade de suas emissões.

As grandes empresas de tecnologia também aderiram, com Microsoft, Apple, Amazon e Facebook assumindo compromissos de “**emissão líquida zero**”.

A Exxon sabia

Essas falsas soluções para a crise do clima são o outro lado da reação inicial dos Grandes Poluidores à ciência climática: negacionismo.

Em 2015, a Inside Climate News realizou oito meses de investigações⁸ sobre a história da relação da Exxon e de outras empresas de petróleo com a ciência climática, começando há mais de 40 anos.

As empresas petrolíferas não apenas conheciam as informações científicas, mas estavam ativamente envolvidas na realização de pesquisas de ponta sobre os impactos que a queima de combustíveis fósseis tem sobre o clima. A Exxon, por exemplo, gastou mais de 1 milhão de dólares no projeto de um navio-tanque para tentar descobrir quanto CO₂ é absorvido pelos oceanos.

Já em 1977, o principal cientista da Exxon, James Black, disse ao comitê de gestão da empresa:

“Em primeiro lugar, há um consenso científico geral de que a maneira mais provável pela qual a humanidade está influenciando o clima global é através da liberação de dióxido de carbono resultante da queima de combustíveis fósseis.”

Segundo ele, dobrar a concentração de CO₂ na atmosfera aumentaria a temperatura média global em dois ou três graus. Ele conclamou a Exxon a agir, dizendo que temos “uma janela de tempo de cinco a dez anos antes que seja preciso tomar decisões urgentes e difíceis em relação às mudanças nas estratégias de energia”.

Em vez de agir, a Exxon se tornou líder do negacionismo. Cerca de uma década depois de iniciar suas pesquisas sobre mudança climática, a empresa promoveu campanhas para lançar dúvidas sobre a ciência climática e atrasar a regulamentação de sua indústria. Em 1989, foi membro fundador da Global Climate Coalition, que gastou cerca de 1 milhão de dólares por ano fazendo lobby contra iniciativas de limitar às emissões de gases de efeito estufa. E se opôs ao Protocolo de Kyoto.

Como George Monbiot expôs em seu livro “Heat”, de 2006, a Exxon também financiou⁹ um grande grupo de organizações que argumentavam que a ciência climática não era uma questão resolvida, que os ambientalistas são nazistas, comunistas, malucos, terroristas ou fraudes, e que se os governos agissem com relação à mudança climática, a economia global entraria em colapso.

A indústria do petróleo usou as mesmas táticas adotadas pela indústria do tabaco para negar que o cigarro causasse câncer. Inclusive usou algumas das mesmas pessoas, como Frederick Seitz, que era presidente do Instituto George C. Marshall¹⁰. Seitz fundou o instituto¹¹ em 1984, inicialmente para apoiar a Iniciativa de Defesa Estratégica do Presidente Reagan, conhecida como “Guerra nas Estrelas”. No final da década de 1980, o Instituto passou a negar as mudanças climáticas – com financiamento generoso da Exxon.

Antes disso, Seitz foi consultor permanente da empresa de tabaco RJ Reynolds, onde financiou pesquisas para “refutar as críticas ao cigarro”.

Embora a UNFCCC tenha discutido repetidamente os mecanismos de mercado, a questão de deixar os combustíveis fósseis no subsolo continua fora da agenda.

IPCC

Uma das respostas dos ativistas do clima à campanha de negação das mudanças climáticas, principalmente no Norte Global, foi elevar as publicações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas a um status acima de qualquer crítica. A seu ver, o IPCC se tornou a única autoridade em tudo o que diz respeito à ciência climática.

O IPCC¹² é um órgão da ONU, criado em 1988, com o objetivo de avaliar as informações científicas em torno das mudanças climáticas. Ele informa os governos

para que possam desenvolver políticas de enfrentamento à crise climática. O IPCC produziu uma série de Relatórios de Avaliação abrangentes, o primeiro dos quais foi publicado em 1992 e o mais recente, em agosto de 2021.

No mínimo, as avaliações do IPCC tendem a ser conservadoras. Como aponta George Monbiot¹³, isso não é surpreendente, dada a quantidade de pessoas que têm que aprovar as avaliações do IPCC antes da publicação.

No entanto, como Larry Lohmann aponta em seu livro “Comércio de carbono: uma conversa crítica sobre mudança climática, privatização e energia”¹⁴, muitas coisas ficam de fora dos relatórios do IPCC. O livro de Lohmann foi publicado em 2006, mas continua mais relevante do que nunca.

Lohmann observa que, antes de o IPCC publicar seu relatório sobre “Uso da Terra, Mudança no Uso da Terra e Silvicultura”¹⁵ em 2000, governos de vários países, como Estados Unidos, Japão, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Noruega, pressionavam para poder descontar o carbono armazenado em suas terras florestadas das emissões permanentes que resultam da queima de combustíveis fósseis. Muitos governos do Norte também estavam interessados em comprar créditos de carbono de projetos que reduzissem o desmatamento em países tropicais.

“Não deveria ser uma surpresa total”, escreve Lohmann, “que o relatório do IPCC tenha fornecido aos Estados Unidos e seus aliados exatamente as conclusões de que eles precisavam”. Mas, para isso, Lohmann escreve, o relatório “teve que abandonar os padrões normais de rigor técnico”.



Lava-jato verde Zero Líquida; Soluções Baseadas na Natureza; Aberto 24 horas, 7 dias da semana até +3°; Trocamos árvores por Tecnologia; Créditos de REDD+. Ilustração: Ethan Cornell/Clara.earth

“Faltavam milhares de referências importantes revisadas por pares – sobre desmatamento, a história dos projetos de desenvolvimento florestal, a resistência dos camponeses, as formas de uso coletivo das florestas, o comportamento dos investidores e assim por diante.”

Os autores do relatório do IPCC presumem que o carbono armazenado temporariamente nas árvores e no solo seja idêntico ao que está enterrado no subsolo, como parte dos combustíveis fósseis. Mas em termos de impacto sobre o clima, os dois são completamente diferentes. O carbono dos combustíveis fósseis permanece armazenado com segurança no subsolo e só interage com a atmosfera quando é extraído e queimado.

O carbono é armazenado em árvores e solos apenas temporariamente, e é liberado na atmosfera quando as árvores morrem, quando a floresta é cortada ou desmatada para dar lugar a, por exemplo, plantações de dendezeiros ou quando a floresta queima (o que estamos vendo cada vez mais frequentemente à medida que a crise climática se intensifica).

Em um artigo recente¹⁶ publicado na revista *Social Anthropology*, Lohmann descreve como os cientistas climáticos da ONU se comportam como se os combustíveis fósseis e o extrativismo simplesmente não fossem relevantes para a ciência do clima:

“Em 2014, Sir John Houghton, membro fundador do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, deu uma entrevista explicando que os climatologistas da ONU não tinham permissão para mencionar o carbono preso nos combustíveis fósseis em suas análises das mudanças climáticas, apenas o carbono que havia se tornado mais móvel na forma de CO₂. Acompanhar o que acontece quando os átomos de carbono cruzam uma das fronteiras internas do sistema geofísico da Terra para a atmosfera é ‘ciência’, disse Houghton, mas analisar seus movimentos em direção a essa fronteira ‘não é uma questão científica’.”

E embora a UNFCCC tenha discutido repetidamente os mecanismos de mercado, a questão de deixar os combustíveis fósseis no subsolo continua fora da agenda. A expressão “combustíveis fósseis” não aparece em nenhum lugar do Acordo de Paris¹⁷.

Os grandes poluidores e as compensações de carbono

Os Grandes Poluidores não inventaram o comércio de carbono, mas o apoiaram e o promoveram, e são importantes compradores de compensações. Nos últimos anos, a compra de compensações ou créditos de carbono pelos Grandes Poluidores deixou de ser um gotejamento constante e se transformou em uma inundação.

O primeiro projeto de **compensação**¹⁸ do mundo foi um projeto agroflorestal na Guatemala. O financiamento veio da Applied Energy Services (AES), uma empresa de energia com sede nos Estados Unidos, no valor de 2 milhões de dólares. A partir do final da década de 1980, a AES financiou o plantio de árvores em um projeto executado pela CARE na Guatemala, para compensar as emissões de uma nova usina termoeletrica a carvão de 181 MW, que a AES estava construindo em Connecticut.

O projeto na Guatemala foi um fracasso desastroso¹⁹. Hannah Wittman, professora do departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Simon Fraser, na Columbia Britânica, estudou os impactos do projeto de plantio de árvores sobre os meios de subsistência dos agricultores. Wittman encontrou conflitos frequentes de uso da terra. Quando os agricultores começaram a plantar árvores, diminuiu a terra disponível para o cultivo de alimentos, resultando em escassez de comida na região.

Atividades como a coleta de lenha para cozinhar foram criminalizadas, resultando em conflitos relacionados aos direitos sobre as árvores. Dez anos após o início do projeto, uma avaliação da Winrock International concluiu que o projeto de plantio de árvores estava ficando muito abaixo do necessário para que AES cumprisse sua meta de **compensação**. Os agricultores não receberam pagamentos diretos pelo plantio de árvores, e muitos não estavam cientes de que as árvores armazenavam carbono para compensar a usina movida a carvão da AES.

Mas os Grandes Poluidores não apenas financiaram projetos de **compensação** para fazer lavagem verde em suas operações destrutivas.

Em 1999, 11 homens e uma mulher participaram de uma reunião na sede da Shell. Foi a primeira reunião da Associação Internacional de Comércio em Emissões, a IETA na sua sigla em inglês. Desde então, a IETA, fundada por Grandes Poluidores, tem feito lobby por esquemas comerciais do mercado de carbono. A organização colocou seus membros em delegações de países nas negociações climáticas da ONU.

Nos últimos anos, a compra de compensações ou créditos de carbono pelos Grandes Poluidores deixou de ser um gotejamento constante e se transformou em uma inundação.

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) também esteve envolvida na criação da IETA. De 1990 a 1999, Frank Joshua foi chefe do Grupo Internacional de Peritos sobre Comércio de Emissões, da ONU. Depois de ajudar a criar a IETA, ele se tornou seu primeiro Diretor Executivo.

A IETA é uma das associações comerciais mais destacadas e influentes na UNFCCC. Entre os seus membros estão bancos, negociantes de carbono, empresas de consultoria, desenvolvedores de projetos, empresas de petróleo (incluindo BP, Chevron, Eni, Equinor, Shell e Total), mineradoras, bem como padrões e registros de carbono. A IETA existe “para garantir que as políticas sobre a mudança climática não afetem negativamente os lucros dos grandes poluidores”, como aponta um relatório de 2018²⁰ da ONG Corporate Accountability.

Obviamente, não é surpresa que os Grandes Poluidores estejam promovendo distrações perigosas como o comércio de carbono. No entanto, isso está sendo feito com o apoio de várias organizações ditas ambientais.

Para dar apenas um exemplo, em 2019, a IETA lançou seus Mercados para Soluções Naturais para o Clima²¹ durante as negociações climáticas da ONU, em

Madrid. Os membros fundadores são quatro empresas de petróleo e gás (Shell, Chevron, BP e Woodside Energy), uma mineradora (BHP) e uma organização de plantação de árvores com sede nos Estados Unidos (Arbor Day Foundation).

O Painel Consultivo da IETA incluiu representantes de organizações ditas ambientais como Conservation International (CI), Environmental Defense Fund, Earth Innovation Institute e The Nature Conservancy (TNC).

Entram em cena os grandes poluidores da Noruega e o REDD

O apoio ao comércio de carbono por parte de ONGs também veio de forma menos direta.

Em 27 de setembro de 2007, dois homens chamados Lars enviaram uma carta a Jens Stoltenberg, então primeiro-ministro da Noruega. O título: “Não é tarde demais: salvem a floresta tropical – salvem o clima!”.

A carta veio de Lars Løvold, então diretor da Rainforest Foundation da Noruega, e Lars Haltbrekken, então presidente da Sociedade Norueguesa para a Conservação da Natureza (Amigos da Terra – Noruega).

Lars e Lars pediram a Stoltenberg que gastasse 1 bilhão de dólares por ano, durante cinco anos, para proteger as florestas tropicais como forma de enfrentar a mudança climática. Eles argumentaram que o dinheiro não deveria ser usado para criar um mecanismo de **compensação de carbono**, e sim para reduzir as emissões, mas convidaram Márcio Santilli, da organização brasileira Instituto Socioambiental, para se reunir com políticos noruegueses e divulgar sua ideia. Foi uma escolha estranha, pois, em 2005, Santilli havia se manifestado a favor do “comércio internacional de emissões de carbono para a proteção das florestas tropicais” ²².

Em 10 de dezembro de 2007, o governo da Noruega anunciou que o país estava “disposto a aumentar seu apoio à prevenção do desmatamento nos países em desenvolvimento para cerca de três bilhões de coroas [cerca de 550 milhões de dólares] por ano”.

O Primeiro Ministro Jens Stoltenberg apresentou a estratégia da Noruega para prevenir o desmatamento em uma reunião em Oslo, junto com o Ministro do Meio Ambiente, Erik Solheim, e o Ministro do Petróleo e Energia, Åslaug Haga. A indústria do petróleo esteve por trás do apoio da Noruega ao REDD desde o início²³.

O governo norueguês possui dois terços das ações da gigante petrolífera norueguesa Equinor. Até julho de 2021, as ações eram administradas pelo Ministério do Petróleo e Energia – elas já foram transferidas para o Ministério do Comércio e Indústria²⁴.

Nos últimos 30 anos, a Equinor perfurou mais de 100 poços ao norte do Círculo Polar Ártico. A empresa não pretende parar. “A produção de petróleo e gás nas áreas do norte”, afirma a empresa em seu site, “dará uma importante contribuição para garantir que o fornecimento atenda à crescente demanda global de energia” ²⁵.

Desde o início, a indústria petrolífera da Noruega esteve envolvida nos planos

do país para salvar as florestas tropicais. Esse é o defeito oculto do REDD: usar as florestas tropicais para fazer lavagem verde na exploração de petróleo e na poluição, que assim podem continuar.

Em 13 de dezembro de 2007, Stoltenberg estava em Bali para as negociações climáticas da ONU (COP 13). Em seu discurso na conferência do clima, ele nos disse que deter o desmatamento seria rápido e barato²⁶:

“Por meio de medidas eficazes contra o desmatamento, podemos alcançar grandes reduções nas emissões de gases de efeito estufa – de forma rápida e com baixo custo. A tecnologia é bem conhecida e está disponível há milhares de anos. Todo mundo sabe como não cortar uma árvore.”

Stoltenberg não deixou dúvidas de que estava propondo um mecanismo de comércio de carbono para salvar as florestas tropicais:

“Para mobilizar os recursos necessários, precisamos colocar um preço no carbono. A seguir, criamos incentivos para um comportamento que não prejudique o clima. Depois, fazemos os poluidores pagarem por suas emissões. Portanto, temos que criar um sistema global de comércio de carbono e impostos sobre o CO₂.”

O Banco Mundial também lançou seu mecanismo, a Parceria para o Carbono Florestal (FCPF), durante a COP 13, em Bali. Benoît Bosquet, especialista sênior em gestão de recursos naturais do Banco Mundial, liderou a criação da FCPF e foi seu coordenador de 2008 a 2014. “O objetivo final da Parceria é dar a partida em um mercado de carbono florestal que altere o equilíbrio econômico em favor da conservação das florestas”, disse Bosquet em uma declaração do Banco Mundial sobre o lançamento da FCPF em Bali.²⁷

A petrolífera BP Technology Ventures Inc. contribuiu com o financiamento de 5 milhões de dólares para a FCPF, assim como a TNC. Ao longo dos anos, a maior parte do financiamento veio dos governos da Noruega, da Alemanha e do Reino Unido.

Apesar de arrecadar mais de 1 bilhão de dólares, a FCPF “provou ser uma forma incrivelmente ineficaz de reduzir o desmatamento, com custos administrativos astronômicos e nada a mostrar em termos de desmatamento evitado”, como observou um comentário anônimo de 2017 no site REDD-Monitor²⁸.

Legitimar compensações

Recentemente, tem havido muita discussão sobre “consertar o REDD”. Por exemplo, a empresa de compensações finlandesa Compensate afirma que 91% dos projetos que examinou não passaram no processo de avaliação²⁹. Uma start-up chamada Sylvera diz que quase metade dos projetos de REDD analisados “deixam a desejar”³⁰. E o portal de notícias Bloomberg Green descreveu³¹ a forma como os projetos de **compensação** florestal da TNC nos Estados Unidos não foram realmente ameaçados pelo desmatamento. A TNC tornou-se “uma negociante de compensações de carbono sem sentido”, escreveu Bloomberg Green.

Mas esses argumentos estão legitimando a **compensação de carbono** porque dão a impressão de que os 9% ou 50% restantes são, de alguma forma,

“compensações genuínas”. Bloomberg Green argumenta que, “cientificamente, as [compensações de carbono] tem sentido”, sugerindo que a compensação só precisa de mais (ou melhor) regulamentação.

A realidade é que nenhuma regulamentação pode contornar o fato de que não são apenas algumas compensações (as ruins, as sem sentido) que estão atrasando a ação climática. O problema é o próprio conceito de **compensação** que, por décadas, conseguiu retardar uma ação significativa sobre a crise climática. As empresas de petróleo estão até comprando compensações para criar combustíveis fósseis que sejam “neutros em carbono”, o que é obviamente um absurdo.

Compensações, REDD e Soluções Naturais para o Clima são a ferramenta perfeita para os Grandes Poluidores, dando a impressão de estarem agindo contra o clima, enquanto permitem a continuação de seu extrativismo destrutivo.

Chris Lang

[REDD-Monitor.org](https://redd-monitor.org)

- 1 REDD-Monitor: <https://redd-monitor.org/tag/net-zero/>
- 2 REDD-Monitor: <https://redd-monitor.org/tag/natural-climate-solutions/>
- 3 REDD-Monitor, Shell boss says “Another Brazil in terms of rainforest” is needed to address climate change. Meanwhile, Shell continues to profit from fossil fuels, 2019, <https://redd-monitor.org/2019/03/22/shell-boss-says-another-brazil-in-terms-of-rainforest-needed-to-address-climate-change-meanwhile-shell-continues-to-profit-from-fossil-fuels/>
- 4 REDD-Monitor, How Total’s fantasy of carbon neutral fossil fuel is helped by offsets from the Kariba REDD+ Project in Zimbabwe, 2021, <https://redd-monitor.org/2021/08/18/how-totals-fantasy-of-carbon-neutral-fossil-fuel-is-helped-by-offsets-from-the-kariba-redd-project-in-zimbabwe/>
- 5 REDD-Monitor, Total greenwash: Total CEO announces oil company will spend US\$100 million a year on forest protection and reforestation, 2019, <https://redd-monitor.org/2019/10/23/total-greenwash/>
- 6 REDD-Monitor, Anatomy of a ‘Nature-Based Solution’: Total oil, 40,000 hectares of disappearing African savannah, Emmanuel Macron, Norwegian and French ‘aid’ to an election-rigging dictator, trees to burn, secret contacts, and dumbstruck conservationists, 2021, <https://redd-monitor.org/2021/04/16/anatomy-of-a-nature-based-solution-total-oil-40000-hectares-of-disappearing-african-savannah-emmanuel-macron-norwegian-and-french-aid-to-an-election-rigging-dictator-trees/>
- 7 REDD-Monitor, Oil company Eni plans 8.1 million hectare land grab in Africa for carbon offset plantations, 2019, <https://redd-monitor.org/2019/03/17/oil-company-eni-plans-8-1-million-hectare-land-grab-in-africa-for-carbon-offset-plantations/>
- 8 Inside Climate News, Exxon. The Road Not Taken, <https://insideclimatenews.org/project/exxon-the-road-not-taken/>

- 9 The Guardian, The denial industry, 2006, <https://www.theguardian.com/environment/2006/sep/19/ethicalliving.g2>
- 10 James L Powell, The Inquisition of Climate Science, Columbia University Press, 2021, <https://cup.columbia.edu/book/the-inquisition-of-climate-science/9780231157193>
- 11 Science Progress, Distorting Science While Invoking Science, 2010, <https://web.archive.org/web/20100919104142/http://www.scienceprogress.org/2010/08/distorting-science-while-invoking-science-2/>
- 12 BBC News, Climate change: UN to reveal landmark IPCC report findings, 2021, <https://www.bbc.com/news/science-environment-58141129>
- 13 George Monbiot, The Heat of the Moment, 2012, <https://www.monbiot.com/2012/08/27/the-heat-of-the-moment/>
- 14 The CornerHouse, Carbon Trading. A Critical Conversation on Climate Change, Privatisation and Power, 2006, <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/carbon-trading-0>
- 15 IPCC, Land Use, Land-Use Change, and Forestry, 2000, <https://www.ipcc.ch/report/land-use-land-use-change-and-forestry/>
- 16 The CornerHouse, White Climate, White Energy. A Time for Movement Reflection?, 2020, <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/white-climate-white-energy>
- 17 REDD-Monitor, COP21 Paris: REDD and carbon markets, 2015, <https://redd-monitor.org/2015/12/15/cop21-paris-redd-and-carbon-markets/>
- 18 REDD-Monitor, REDDheads: Sheryl Sturges and a coal-fired power plant in the USA “offset” by tree planting in Guatemala, 2016, <https://redd-monitor.org/2016/12/11/reddheads-sheryl-sturges-and-a-coal-fired-power-plant-in-the-usa-offset-by-tree-planting-in-guatemala/>
- 19 Idem 18
- 20 Corporate Accountability, Primer: IETA, Big Polluters, and the UNFCCC, https://www.corporateaccountability.org/wp-content/uploads/2018/04/CA_Bonn_Cop24_2018_webEN.pdf
- 21 REDD-Monitor, Launched at COP25, IETA’s Markets for Natural Climate Solutions is greenwash for the oil industry, 2019, <https://redd-monitor.org/2019/12/11/launched-at-cop25-ietas-markets-for-natural-climate-solutions-is-greenwash-for-the-oil-industry/>
- 22 Santilli, M., Moutinho, P., Schwartzman, S. et al. Tropical Deforestation and the Kyoto Protocol. Climatic Change 71, 267–276 (2005). <https://doi.org/10.1007/s10584-005-8074-6>
- 23 REDD-Monitor, Norway’s oil industry has been right behind REDD from the start, 2018, <https://redd-monitor.org/2018/12/07/norways-oil-industry-has-been-right-behind-redd-from-the-start/>
- 24 Regjeringen flytter Equinor og Petoro til Næringsdepartementet: – Har jobbet med dette i over ett år, <https://e24.no/boers-og-finans/i/6zmOVO/regjeringen-flytter-equinor->

[og-petoro-til-naeringsdepartementet-har-jobbet-med-dette-i-over-ett-aar](#)

25 Equinor, <https://www.equinor.com>

26 Tale til FNs klimakonferanse på Bali, <https://www.regjeringen.no/no/dokumentarkiv/stoltenberg-ii/smk/taler-og-artikler/2007/Tale-til-FNs-klimakonferanse-pa-Bali/id493899/>

27 Forest Carbon Partnership Facility Takes Aim at Deforestation, 2007, <https://is.gd/J75KHf>

28 REDD-Monitor, The most cost-inefficient tree-saving scheme ever: The Forest Carbon Partnership Facility, 2017, <https://redd-monitor.org/2017/03/29/the-most-cost-inefficient-tree-saving-scheme-ever-the-forest-carbon-partnership-facility/>

29 REDD-Monitor, Finnish carbon offsetting firm Compensate finds 91% of carbon offset projects fail its evaluation process. Of course the remaining 9% will also not help address the climate crisis, 2021, <https://redd-monitor.org/2021/08/11/finnish-carbon-offsetting-firm-compensate-finds-91-of-carbon-offset-projects-fail-its-evaluation-process-of-course-the-remaining-9-will-also-not-help-address-the-climate-crisis/>

30 Bloomberg Green, Startup That Rates Carbon Offsets Finds Almost Half Fall Short, 2021, <https://archive.ph/wdhGh#selection-3669.0-3669.62>

31 The Nature Conservancy's fake forest offsets: <https://redd-monitor.org/2020/12/14/the-nature-conservancys-fake-forest-offsets/>

Materiais recomendados

1. “Soluções Baseadas na Natureza”: ocultando um grande roubo de terras

<https://wrm.org.uy/pt/boletins/nro-255/>

2. O que as florestas têm a ver com a mudança climática, os mercados de carbono e o REDD+?

<https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/o-que-as-florestas-tem-a-ver-com-a-mudanca-climatica-os-mercados-de-carbono-e-o-redd>

3. Declaração “Não às Soluções Baseadas na Natureza!”

<https://www.wrm.org.uy/pt/declaracoes/declaracao-nao-as-solucoes-baseadas-na-natureza>

4. Golpe Verde – Falsas Soluções para o desastre climático

<https://cimi.org.br/2022/02/golpeverde/>

5. Offsetting: climate-neutral through forest protection? An assessment of the ‘climate neutral’ claims related to the Tambopata-area: REDD project in Brazil nut concessions in Madre de Dios, Peru. Foodwatch

https://www.foodwatch.org/fileadmin/-DE/Themen/Windbeutel/Bilder/2021/Dokumente/foodwatch2021_Tambopata-offset-project_Assessment.pdf

6. REDD-Monitor para mais informações em inglês

<https://redd-monitor.org/>

